

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Psicologia

Maryana Pereira Jácome

LUGARES QUE SE (TRANS)FORMAM – O TERRITÓRIO-RIZOMA E OS
MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA FAVELA SANTA LÚCIA

Belo Horizonte
2020

Maryana Pereira Jácome

LUGARES QUE SE (TRANS)FORMAM – O TERRITÓRIO-RIZOMA E OS
MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA FAVELA SANTA LÚCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Luísa Magalhães Nogueira

Co-orientador: Prof. Dr. Jardel Sander da Silva

Área de Concentração: Psicologia Social.

Linha de Pesquisa: Política, Participação Social e Processos de Identificação

Belo Horizonte
2020

150	Jácome, Maryana Pereira.
J171	Lugares que se (trans)formam : o território-rizoma e os modos de subjetivação na Favela Santa Lúcia [manuscrito] /
2020	Maryana Pereira Jácome. - 2020.
	126 f.
	Orientadora: Maria Luísa Magalhães Nogueira.
	Coorientador: Jardel Sander da Silva.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Psicologia – Teses. 2. Psicologia social - Teses.
	3. Favelas - Teses. 4. Habitações – Teses. I. Nogueira, Maria Luísa Magalhães . II. Silva, Jardel Sander da.
	III .Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

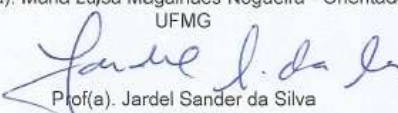
LUGARES QUE SE (TRANS)FORMAM - O TERRITÓRIO - RIZOMA E OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA FAVELA SANTA LÚCIA

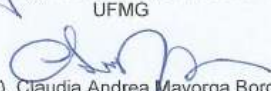
MARYANA PEREIRA JACOME


Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Política, Participação Social e Processos de Identificação.

Aprovada em 14 de fevereiro de 2020. nela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Maria Luiza Magalhaes Nogueira - Orientador
UFMG


Prof(a). Jardel Sander da Silva
UFMG


Prof(a). Claudia Andrea Mayorga Borges
ufmg


Prof(a). Simone Parreia Tostes
Instituto Federal Minas Gerais

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2020.

*Aos moradores, agora também amigos,
da Favela Santa Lúcia que tão gentilmente compartilharam
suas experiências e sentidos de moradia.*

AGRADECIMENTOS

A pesquisa não se encerra aqui – se pesquisar é possibilidade de criação, novos caminhos podem ser traçados a partir do que aqui se iniciou. Esses caminhos não seriam possíveis sem pessoas que compartilharam o trajeto comigo.

Agradeço aos moradores da favela Santa Lúcia e suas famílias – Juvenal, Junio Moreira, Júlio Fessô, Pelé, Dona Dávila, Gláucia, Elaine, Sinésia, Seu Paulino, Gilmar, Ana, Wanusa e a todos os moradores da Vila São Bento – caminhar com vocês ou até vocês englobou lindos e desafiadores gestos, obrigada por embarcarem nessas andanças comigo. Ao Padre Mauro, pelas conversas inspiradoras. Aos parceiros da Rua do Livro e Favela Bela, em especial a Maria Luiza Viana. Sem o diálogo, contribuição e amizade de vocês essa pesquisa não teria sido possível. Serei sempre grata! Espero ter conseguido transmitir nessas páginas um pouco do que aprendi com vocês.

Aos meus orientadores Malu e Jardel, vocês são inspiração e exemplo a ser seguido, de docência que se faz com acolhimento e afeto. Obrigada por tanto! Malu, obrigada por estar sempre aberta às minhas propostas, escutando atentamente e ajudando a não me perder nas caminhadas. Jardel, obrigada pela sensibilidade e por mostrar que fazer uma pesquisa “dançante” é possível.

Aos meus pais, sem eles não seria possível me dedicar para a pesquisa de forma integral, obrigada por acreditarem em mim e entenderem a educação como possibilidade de transformação. À minha mãe, Ada Lúcia, por amor e apoio incondicionais, sua forma sensível de ver o mundo me inspira. Ao meu pai, Antônio, que com seu olhar calmo me tranquiliza, obrigada por tanto amor e confiança!

Ao meu irmão Phellipy, por ser exatamente como é: parceiro, engraçado e por me fazer acreditar que sou capaz. À Juli, pela presença sempre alegre. Vocês dois me inspiram.

À minha vó Odília, obrigada por existir e tornar a vida mais engraçada. A tia Márcia, João, Pedro e Cacau, obrigada por trazerem ainda mais amor e aconchego à nossa casa. Aos primos, tios e vó Any que nos encontros cotidianos ajudaram esse processo a ser mais leve.

Ao improvisórios (Carla, Tiago, Mayra e Jardel): queridos, essa pesquisa tem muito de vocês e das danças que fizemos nos nossos encontros, obrigada!

Aos meus amigos da vida: Bárbara, Thais, Izabel, Bruna, Moara, Daniel, Alexandre, Augusto, Marina e Flávia – obrigada pela presença e apoio.

Aos meus grandes presentes do mestrado: Isabela, Lucas, Miriam, Hilceia, Luísa, Walter e Juliana, sem vocês teria sido muito mais difícil finalizar essa etapa. Obrigada por fazerem do mestrado, uma experiência muitas vezes solitária, um emaranhado de coisas lindas.

Aos amigos Pablo e Lucas, por toda a parceria construída, seguimos juntos!

Agradeço à Prof.^a Simone Tostes e ao Prof. Marco Antônio Torres pelas valorosas contribuições na banca de qualificação que foram importantes para o amadurecimento deste trabalho. Agradeço a Prof.^a Cláudia Mayorga e, novamente, a Prof.^a Simone Tostes pela presença na banca de defesa, pelas leituras atentas e cuidadosas, essenciais para a versão final desse trabalho.

Aos professores e técnicos do PPG-Psi pelo conhecimento compartilhado. À Andrea, David e Isabela pela luta e amizade na representação discente.

Ao Polos Santa Lúcia, pelas primeiras caminhadas no meu território-rizoma. .

À CAPES, pela bolsa de estudos que tornou possível esse fazer pesquisa.

Por fim, agradeço a todos aqueles que estiveram comigo nessa caminhada e lutam cotidianamente por uma educação pública, de qualidade e para todas e todos!

*A única finalidade aceitável das atividades humanas é a
produção de uma subjetividade que enriqueça de modo
contínuo sua relação com o mundo (Guatarri, 1992, p.33)*

RESUMO

Os lugares são movidos por sentidos de moradia. Compreendemos, nesta pesquisa, que são esses sentidos que transformam o espaço em lugar, dotado de significância, afetos e simbologias. Buscamos compreender os sentidos de moradia que permeiam a experiência do habitar na favela Santa Lúcia e em que medida esses sentidos dialogam e/ou se transformam com a implantação do Programa Vila Viva – uma intervenção de cunho estruturante da Prefeitura de Belo Horizonte. A problemática de pesquisa que nos moveu foi buscar compreender os modos de subjetivação que englobam a experiência do morar, nesse sentido, os projetos estruturantes aparecem como um atravessamento, indicando que são implantados, na maioria das vezes, com pouca participação da comunidade na tomada de decisões, fazendo com que modos de pensar os espaços tão singulares e importantes para o cotidiano sejam desconsiderados. Partimos da ideia de que há uma relação entre a produção do espaço e produções subjetivas, pensando o espaço como fator importante para diversas instâncias da vida, uma vez que é por meio dele que a existência humana é possibilitada. Consideramos, portanto, o espaço para além de sua estrutura física, tomando-o como local de encontros e afetos – onde as pessoas produzem ações diversas e se reinventam cotidianamente. Partindo da ideia de que a favela é um espaço-movimento não poderíamos optar por metodologias sedentárias. Nesse sentido, construímos, a partir de outras experiências do uso da deriva na pesquisa científica, o que chamamos de caminhadas dialógicas, por entender que o caminhar, nosso gesto mais cotidiano, se torna uma importante ferramenta nos estudos sobre as cidades. A partir da cartografia social pela ótica da esquizoanálise buscamos desemaranhar linhas que contam histórias, afetos, encontros, resistências do nosso território-rizoma. Deste modo, consideramos finalmente que a cidade vivida não cabe nos limites da cidade planejada e, por isso, é preciso incluir necessariamente em seu fazer os sentidos de moradia, que são movidos por encontros, afetos, memórias, conflitos, microrresistências cotidianas – tal como percebemos nas andanças pela favela. Concluimos que é necessário pensar os espaços na cidade pela potência do encontro, é preciso aprender com os arquitetos sensíveis da favela e compreender a *ginga* que movimenta esse lugar.

Palavras-chave: favela – moradia – intervenção estruturante – caminhadas

ABSTRACT

Places are driven by senses of housing. That is why we defend, in this research, that it is these senses that transform space into places, endowed with significance, affections and symbologies. We seek to understand the meanings of housing that permeate the experience of living in the Santa Lúcia *favela*. Also, we are interested in arguing how these senses dialogue or were changed by the implementation of *Vila Viva* – a structural intervention by the Belo Horizonte City Hall. The research problem is permeated by the modes of subjectification that encompass the experience of living. In this sense, structural intervention projects appear as a crossing, indicating that they are implemented, in most cases, with minimal community participation. As a result, different ways of thinking about space (that are so unique and important for everyday life) tend to be disregarded. We start from the idea that there is a relationship between the production of space and subjective productions; and also that space is a decisive factor for different instances of life, since it is through it that human existence is made possible. We consider space beyond its physical structure, taking it as a place of encounters and affections – where people produce different actions and reinvent themselves daily. Since we argue that favela is a space-movement, we could not choose sedentary methodologies. In this sense, we build “dialogical walks” because we understand that walking, our most everyday gesture, becomes an important tool in space studies. From a social cartography through the perspective of schizoanalysis, we seek to untangle lines that tell stories, affections, encounters, resistance from our rhizome-territory, understanding that the lived city does not fit within the limits of the planned city. It is necessary to go further and that is how the perspective of our study is sustained.

Keywords: favela - housing - structural intervention - walks

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa – caminhadas	47
Figura 2: Trajet48o das caminhadas feitas na área dos predinhos	54
Figura 3: Localização dos predinhos.....	58
Figura 4: Trajeto para chegar a Vila São Bento	67
Figura 5: Pontos de chegada à Vila São Bento	70
Figura 6: Rua Professor Fábio Alves após a remoção de inúmeras famílias	71
Figura 7: Trajeto para conversa com João Benício	72
Figura 8: Entulhos na Vila São Bento em 2018.....	76
Figura 9: Caminhada com Pelé e Fica Vivo!	80
Figura 10: Caminhada com Julio Fessô	81
Figura 11: Trajeto Rua do Livro nos Predinhos.....	88
Figura 12: Rua do Livro na Vila Estrela	90
Figura 13: Como chegar ao Espaço Favela Bela.....	91
Figura 14: Trecho da Rua Principal	92
Figura 15: Favela Bela Vila Estrela	96
Figura 16: Favela Bela Rua Capelinha.....	97
Figura 17: Escada da quadra da barragem	98
Figura 18: Trajeto para conversa com Gilmar	103
Figura 19: O morro visto desde o Muquifu.....	109
Figura 20: Caminhada com Gláucia na Vila Estrela.....	111
Figura 21: caminhada com Dávila na Vila Estrela.....	112
Figura 22: Caminhada no Muquifu	112
Figura 23: Beco que entre a Rua H e a Rua Brasília.....	116
Figura 24: Intervenção Favela Bela espalhadas pelo espaço	117
Figura 25: Canecas das 14 Marias para o chá da Dona Jovem	123
Figura 26: Parte da Iconografia Igreja das Santas Pretas com o antigo barracãozinho	125
Figura 27: Parte da Iconografia Igreja das Santas Pretas	125
Figura 28: Parte da Iconografia Igreja das Santas Pretas	126

LISTA DE SIGLAS

ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

MUQUIFU - Museu de Quilombos e Favelas Urbanos

OP - Orçamento Participativo

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PGE - Plano Global Específico

PVV - Programa Vila Viva

URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

SUMÁRIO

1) INÍCIO DA CAMINHADA.....	13
1.1) PERCURSO.....	13
1.2) UM CONVITE À LEITURA	16
1.3) PONTOS DE PARTIDA	17
1.3.1) PSICOLOGIA SOCIAL E ESTUDO DO ESPAÇO	20
1.3.2) O PROGRAMA VILA VIVA.....	23
1.4) ENCONTROS E INTERSEÇÕES: PENSANDO COM	25
2) MODOS DE FAZER.....	31
2.1) PENSANDO O MÉTODO	31
2.2) TERRITÓRIO-RIZOMA: MOVIMENTO.....	35
2.3) MAPA-CAMINHADA: DEVIR CRIAÇÃO.....	43
3) DESEMARANHANDO LINHAS.....	48
3.1) NOSSO CHÃO	48
3.2) LUGARES E SUAS MUDANÇAS.....	54
3.3) EM MEIOS AOS ESCOMBROS: UMA VILA QUE RESISTE	66
3.4) POLÍTICAS DO ESPAÇO	80
3.4.1) MEMÓRIA POLÍTICA	99
3.4) FAVELA OU AGLOMERADO? “EU MORO NA VILA”.....	111
4) ATÉ AQUI CHEGAMOS	130
5) REFERÊNCIAS	133

1) INÍCIO DA CAMINHADA

1.1) PERCURSO

Antes de adentrar aos modos de fazer pesquisa é importante dizer do percurso que me levou a pensar essa investigação, o que me moveu e continua me movendo. Minha trajetória na graduação em psicologia foi permeada pelo estudo de problemáticas que afetam os direitos humanos. Convivi e conheci realidades muito diferentes da minha, marcadas por outro tipo de experiência, que pouco provavelmente viverei. Ao estudar sobre cidades, me deparei com um modelo que segue uma lógica de exclusão, marcada pela insensibilidade à diferença e pela desconsideração com as experiências individuais e coletivas. Essa lógica, muitas vezes, está presente na composição das intervenções do poder público nos territórios urbanos, fazendo com que, frequentemente, os projetos habitacionais tenham um caráter incoerente com seus propósitos, desrespeitando direitos básicos, não compreendendo outras formas sensíveis de se construir e partilhar cidades. E que possivelmente desconsidera que a produção de subjetividade também acontece nesse movimento.

Em 2014, quando ainda estava na graduação, comecei um estágio no programa Polos de Cidadania, cujo núcleo que participava se localizava na Favela Santa Lúcia. As atividades que desenvolvíamos permeavam a mediação de conflitos e a mediação comunitária, desenvolvidas sob uma perspectiva coletiva. Nessa mesma época, o *Programa Vila Viva* estava em fase inicial de execução na comunidade e desde o início já apresentava violações de direitos (Fernandes e Pereira, 2010), tais como verificados em outras localidades que também receberam a intervenção: pagamento baixo de indenizações, desconsideração da relação construída com aquele local durante anos – na Favela Santa Lúcia, por exemplo, temos famílias que estão no território há quase um século¹. Comecei então a buscar autores que pensavam a dinâmica espacial para além da instância meramente física e compreendiam que a produção da subjetividade estava

¹ Maria Luísa M. Nogueira (2004) em um estudo no referido território, aponta que a Favela Santa Lúcia existe há quase um século, sendo que a primeira localidade a ser ocupada foi a área onde hoje se localiza a Vila Estrela.

atrelada a várias relações, inclusive com a construção dos espaços – falarei sobre esses encontros na parte intitulada *Encontros e interseções: pensando com*.

Nesse mesmo período também participei de uma pesquisa sobre o *Programa Vila Viva* na Favela da Serra, uma das maiores do município. Lá foi possível entender, sob a perspectiva dos moradores e da URBEL², como o programa foi implantado. Encontramos várias divergências em relação aos dois discursos e uma grande dificuldade das moradoras em fazer valer os seus direitos, por exemplo, a necessidade de uma delas em morar no primeiro andar do prédio devido a um problema de saúde do filho (Rodrigues et al, 2019).

Além disso, participei de uma pesquisa sobre cidade no âmbito da FAE/UFMG, dessa vez, no centro da capital mineira. Buscávamos analisar o gestual cotidiano dos caminhantes, estávamos atentos a elementos que indicassem não só a homogeneidade gestual, mas também a dimensão inventiva e criativa do corpo em movimento nos espaços públicos. Foi possível ter contato e experienciar outras possibilidades de investigação, na medida em que utilizávamos a metodologia das derivas urbanas, que foi importante para a construção metodológica da presente pesquisa.

Todo esse percurso contribuiu para que as perguntas desse *fazer pesquisa* fossem construídas – como as pessoas vivenciam o espaço-favela? Como os modos de vida vão constituindo os processos de produção subjetivos? Qual a visão desses moradores e moradoras sobre a intervenção Vila Viva? Quais são as formas que essas pessoas encontraram para construir modos de resistência frente a um projeto estruturante que altera espaços importantes da comunidade? De antemão é válido afirmar que não buscamos colocar o Vila Viva sob uma perspectiva maniqueísta, mas compreender a lógica e complexidade que perpassam a instauração de um projeto como esse.

Buscamos, portanto, estudar os processos de produção de subjetividade por meio da experiência do morar (habitar) no cotidiano da Favela Santa Lúcia, entendida como espaço do viver. Nesse sentido, localizamos a intervenção Vila Viva como um atravessamento no território, modificando, muitas vezes, as relações ali previamente constituídas. Por isso objetivamos conhecer, por meio das narrativas dos moradores e das experiências na comunidade, os sentidos de moradia e ocupação presentes na Favela Santa Lúcia (tanto da casa, quanto dos espaços comuns), bem como os afetos e

2 Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, responsável pelo empreendimento.

experiências que movem a construção desses sentidos e, a partir disso, entender como o Vila Viva dialoga com esses sentidos de ocupação dos espaços.

Objetivamos também apontar a importância de estudos em psicologia social sobre intervenções que modificam o espaço, reconstruindo-o, tendo em vista que é nele que o sujeito se constitui e organiza sua vida. Nas pesquisas em que participamos foi possível compreender que a psicologia, ciência que se propõe entre outras coisas ao estudo da subjetividade humana, durante muito tempo e ainda frequentemente se esquivou em pensar que a produção de subjetividade também ocorre por meio das inúmeras relações e interações que acontecem no espaço. A tessitura da pesquisa, pensada no âmbito da psicologia social, também se justifica por esse fato.

Nos capítulos que seguem falaremos sobre casa, afetos, resistência, pessoas. A inserção no território da Favela Santa Lúcia possibilitou construir uma cartografia social, inspirada pela proposta de Gilles Deleuze e Félix Guatarri em *Mil platôs* (1995). Localizamos, assim, o Santa Lúcia como um território-rizoma.

A seguir passarei a discorrer sobre o referencial teórico que nos move, o capítulo seguinte explicará a escolha metodológica e como os modos de fazer foram construídos. No capítulo intitulado *Desemaranhando linhas* o objetivo é que, por meio da leitura, seja possível conhecer e adentrar a alguns aspectos do cotidiano da favela Santa Lúcia. Mas antes e adentrar a essas partes tenho um convite a fazer.

1.2) UM CONVITE À LEITURA

A escrita de uma dissertação envolve, sobretudo, circulação de afetos. Afeto não é só sobre sentimento – amor ou carinho – mas é sobre sentir, sobre ser afetado de alguma forma, e esse movimento de se afetar permeia toda a pesquisa. É o ponto inicial, o que me moveu, refletindo a minha indignação com processos de exclusão oriundos da construção das cidades, pautados na negação à diferença, criando assim subjetividades empobrecidas. Essa pesquisa é construída por meio da experiência na favela Santa Lúcia, a partir das relações que vou construído com aqueles moradores e com o território e é, sobretudo, o afeto que circula na relação que esses moradores vão criando com seus pares e com o território em que vivem.

É importante ressaltar, desde já, que nesse trabalho encontram-se alternadas formas gramaticais – um recurso linguístico utilizado para buscar englobar os diversos interlocutores. Quando utilizada a primeira pessoa do singular, refiro-me as minhas experiências, ao que fiz e vivenciei. Já a primeira pessoa do plural (nós) busca englobar os diversos atores com os quais dialoguei, além de incluir o leitor. Há ainda a utilização da forma indeterminada, por meio da partícula “se”, buscando suspender o falante e o ouvinte, voltando-se para o indefinido.

Este é um estudo com moradia, com habitação, com casa – uma bricolagem de subjetividades, partilha do sensível, materialidades. É com favelas e com as histórias de seus moradores, contadas por eles e costuradas por mim e pelos afetos que circulam. É história de resistências, de chegadas e partidas, de mudanças, de coletividades. Meu convite aqui é: venha se afetar junto a mim por essa pesquisa que transpõe os limites dessa escrita, que imagina e cria mundos possíveis e se materializa (e desmaterializa) nas histórias e fatos que aqui trarei. É um devir de produção intersubjetiva, que na força do cotidiano se faz potente.

.3) PONTOS DE PARTIDA

Não sei como podem ter tanto medo e achar o morro tão feio. Adoro o tom amarelado, meio envelhecido do lugar. A favela não é o mundo, mas as ruas, os becos, as lâmpadas amarelas e o silêncio da noite são o infinito. São poesia concreta, de tijolos à vista, de entendimento difícil, apreciada por poucos. Aqueles barracos são como os pensamentos, aparentemente sem lógica, mas marcados por uma coerência peculiar (Cruz, 2009, p.62).

Essa passagem foi retirada do livro intitulado *Morro do papagaio* escrito por Márcia Cruz, jornalista, escritora, nascida e criada naquele território. Na obra, a autora aponta histórias importantíssimas sobre a Favela Santa Lúcia e, a partir do seu olhar como moradora e pessoa apaixonada pela favela, consegue mostrar de forma clara que os espaços não são feitos apenas de tijolos e concreto, as relações, as pessoas, a produção subjetiva e as resistências ajudam a construir o que de fato um território representa.

A despeito disso, a favela sempre foi colocada no lugar de bode expiatório na cidade, sendo a ela encaminhadas diversas lamúrias presentes no território urbano – local de extrema pobreza, violência, sujeira. Em oposição à cidade limpa e planejada que se desejava construir, nos moldes europeus. Fato que faz com que, em Belo Horizonte, algumas favelas tenham data de ocupação próxima à data de fundação da cidade, sintoma do planejamento que não destinou lugares aos trabalhadores que vieram construí-la (Nogueira, 2004). Essa questão de criação de espaços segregados na cidade, tal como as favelas, remete-nos também à questão de raças na distribuição de corpos pelas cidades, pois os espaços não são criados de forma neutra³.

Em minhas caminhadas pelas vilas da Favela Santa Lúcia o que encontrei foi algo diferente do que prevalece no imaginário social, a sensação de insegurança em relação àquele local foi sendo desconstruída a cada diálogo construído com os moradores e a cada caminhada que fazia acompanhada ou não pelos becos e ruas do lugar.

³ Raquel Rolnik em uma reportagem sobre o *Massacre de Paraisópolis*, produzido pelo ataque violento da polícia militar em um baile funk na favela paulista afirma que espaços da cidade são classificados como bons ou ruins a partir de uma lógica definida pela branquitude. A política urbana é, portanto, racista. Link para a reportagem: https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2019/12/02/apenas-politica-urbana-racista-explica-massacre-de-paraisopolis/?fbclid=IwAR38jdMfKPuOBIU7fIQb019c3eTCwP2nh8INcuAg36a_u2UAqqwy4sfdYGM

Nesse sentido, retomo um trecho de *Estética da Ginga*, no qual Paola B. Jacques fala sobre a problemática de se fazer pesquisa em favela, sem considerar a ordem cultural-estética que permeia aquele local:

Apesar dos inúmeros trabalhos realizados sobre favelas, as questões arquitetônica, espacial e estética sempre foram muito negligenciadas pelos pesquisadores. A situação política e social anterior – até a abertura política do início dos anos 1980, quando os favelados estavam constantemente ameaçados de expulsão, era o tema principal da grande maioria das pesquisas. Hoje com a sistematização das urbanizações, surge um novo problema, pois nós, arquitetos e urbanistas, não somos formados para trabalhar em favelas e, na maioria das vezes, desconhecemos a arquitetura dessas comunidades. Deparamo-nos em campo com um universo espaço-temporal completamente diferente daquele a que estamos habituados. Além disso, as características culturais e estéticas próprias às favelas tornam o espaço muito difícil de ser apreendido formalmente. (Jacques, 2011, p. 17)

Assim, para estudar favelas é preciso esquecer algumas formalidades socialmente construídas e com as quais estamos acostumados. Não quero, portanto, escrever um texto sobre favelas, mas um texto com favelas, no qual consiga mostrar as experiências vivenciadas nesse percurso do fazer pesquisa dotado de movimento. Entendendo que há um duplo movimento de experiências: há o *meu deslocamento* enquanto pesquisadora, não habitante da favela, que deseja se impregnar deste espaço, sendo afetada pela sua fluidez e o *movimento dos favelados*⁴. No processo da pesquisa ambos os movimentos se inter cruzarão a todo tempo. É preciso afirmar: para estudar espaço, seja qual for, necessita-se experienciá-lo, adentrar sua arquitetura, conhecer parte das vivências daquele local, ações que possibilitaram desenvolver uma escuta sensível aos relatos dos moradores.

Os objetivos dessa pesquisa foram se reconfigurando em cada ida à Favela Santa Lúcia e isso está em sintonia com o saber cartográfico, que pressupõe que a cartografia vai sendo constituída a partir da experiência do pesquisador ou cartógrafo. Quando iniciei a pesquisa, o foco central de minhas perguntas era o Programa Vila Viva. Nas idas ao território percebi que a favela era muito mais do que essa intervenção, havia outros

4 Compreendemos que o termo favelado pode assumir dois sentidos: um deles de caráter pejorativo, utilizado para a desqualificação dos habitantes da favela. Já o outro é utilizado como uma identidade de luta, muitos moradores da favela se referem a eles próprios como favelados, uma forma de ressignificar essa identidade, mostrando que ser morador da favela é motivo de orgulho e não de vergonha. Nessa pesquisa, quando utilizamos esse termo, queremos corroborar com esse segundo sentido.

movimentos e experiências que compunham aquele lugar, o espaço vivido não podia ser apreendido tendo em vista só as ações do PVV. Por isso, considero importante mostrar um pouco do que vivi nas minhas idas ao Santa Lúcia, como os moradores vão construindo suas vivências naquele local, e – como será exposto a seguir – o Vila Viva inevitavelmente aparece nas histórias e relatos.

Tendo em vista que as vivências que temos no espaço ajudam a compor os nossos sentidos de moradia, ao escrever essas páginas na casa onde vivo há oito anos, percebo que há muito em mim dos lugares pelos quais passei, minhas memórias quase sempre estão atreladas a algum lugar específico e a seus detalhes, desde sua arquitetura até as pessoas com as quais compartilhei momentos. Sensações das mais diversas ajudam a compor esses lugares e suas memórias – escrever sobre lugares é, sobretudo, escrever sobre pessoas, sob esta perspectiva o espaço deixa de ser apenas mero palco ou receptáculo para nossas ações.

Nos estudos sobre *lugar*, esse conceito aparece como algo dotado de significados, circulação de afetos e simbologias. Para Milton Santos (2006) o *lugar* seria o intermédio entre indivíduo e mundo, ele defende que a globalização provoca uma mudança na forma como nos relacionamos com o espaço, construindo o que ele chama de uma relação local-global. E os espaços assumem importância central nessa construção, visto que para o autor cada *lugar* é, de certa maneira, o mundo.

O *lugar* é, portanto, uma categoria relacional e por meio do cotidiano – uma categoria que se presta “ao tratamento do mundo geográfico vivido” (Santos, 2006, p. 213), pode ser revisitado e reinventado permanentemente – os lugares não cessam de se formar. Seguindo visão similar à de Milton Santos, Cassio V. Hissa e Rosana R. Corgosinho (2006) afirmam que: “A vida é feita dos lugares, *plenos do ser*, tal como o mundo é realizado nos lugares. Eles são a vivência cotidiana nesses pequenos universos que, cada qual com a sua particularidade, carregam um pedaço de mundo” (Hissa e Corgosinho, 2006, p.7).

Os lugares devem ser compreendidos a partir do cotidiano vivido, sendo constituídos por afetos, encontros, conflitos – é da ordem da experiência. Defendemos que os espaços são dotados de sentidos de moradia, pois ao longo da pesquisa pudemos compreender que esses sentidos ajudam na transformação do espaço em lugar, a partir de sua apropriação:

Nos lugares — feitos de espaços carregados do simbólico — encontra-se o sentido do mundo, compreendido como o espaço comum que se

estrutura, simultaneamente, a partir do encontro e da alteridade. A comunicação, carregada desse pôr em comum, é indispensável para a compreensão de todos os processos que constituem as relações entre o local e o global, entre o sujeito e a vida, entre os indivíduos e o mundo exterior. (Hissa e Corgosinho, 2006, p. 18)

Diante disso, como não pensar a relação entre *espaço, lugar e subjetividade*? Ao desembranhar linhas compreendemos também os sentidos que permeiam o lugar da Favela Santa Lúcia. Entendemos que os lugares são feitos de (e por) gente e por serem da ordem do cotidiano vivido, não cabem nos moldes rígidos da cidade planejada. Lugar não é da ordem do previsto, programado e, por isso, as intervenções estruturantes não conseguem captar as inúmeras experiências que compõem determinado território⁵, não captam o movimento da contínua (trans)formação dos lugares. No capítulo *Desembranhando linhas* mostraremos as relações que ajudam a formar continuamente a Favela Santa Lúcia em lugar, falaremos sobre esse movimento e as ações que o permeiam.

1.3.1) PSICOLOGIA SOCIAL E ESTUDO DO ESPAÇO

É possível realizar pesquisas sobre moradia e espaço a partir de diferentes perspectivas/miradas. Alguns autores falam da existência de várias psicologias sociais, sendo importante ressaltar que esta pesquisa se ancora na vertente da psicologia social crítica, constituída após a crise de relevância da psicologia na década de 1970, movimento que criticava as bases metodológicas e conceituais de uma psicologia essencialmente voltada para o indivíduo, questionando sua validade, relevância e capacidade de generalização (Ferreira, 2010). Esse movimento contribuiu para o desenvolvimento de uma psicologia social europeia e latinoamericana mais preocupada com o contexto social e com os problemas advindos dele.

As especificidades culturais e materiais da América Latina levaram pesquisadores deste campo a realizar uma ruptura com a psicologia social norte-americana, alguns estudiosos, como Silvia Lane, Maritza Monteiro, Martin-Baró, entre outros, afirmavam que a perspectiva de uma psicologia social psicológica, voltada ao estudo dos indivíduos,

⁵ Há diferenças entre os conceitos de espaço, lugar e território. A partir da geografia de Milton Santos, percebemos que o espaço só pode ser compreendido a partir de sua apropriação. E, dessa apropriação, surgem os lugares e territórios (Nogueira, 2013). Os lugares são dotados de afetos e significância; já o território seria a delimitação política do espaço.

não abarcava os problemas sociais que permeavam o contexto dos países latinos. Era necessária uma psicologia social de cunho transformador. Assim, os psicólogos latinoamericanos passam a referenciar seus estudos pela abordagem da Psicologia Social Crítica, mais contextualizada com as especificidades da história de nosso subcontinente, defendendo a produção de um conhecimento que tinha o objetivo de romper com realidades opressoras e alienantes (Ferreira, 2010).

Seguindo a perspectiva da psicologia social crítica no Brasil em 1980, há a criação da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), que tinha como propósito redefinir o campo da Psicologia Social brasileira e contribuir para a construção de um referencial teórico orientado pela ideia de que indivíduo e sociedade se implicam mutuamente – o ser humano é um produto histórico-cultural. (Ferreira, 2010) Em 1984, Silvia Lane e Wanderley Codo organizam o livro *Psicologia Social: o homem em movimento*, que se torna uma grande referência na área. Neste livro, no capítulo *A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia*, Silvia Lane aponta as bases epistemológicas que constituem a vertente crítica da psicologia social latino-americana, a concepção de mulheres e homens como produtos e produtores do meio em que vivem, estabelecendo uma relação dialética. A psicologia social, vista a partir desta perspectiva, tem por objetivo recuperar a subjetividade enquanto materialidade psicológica, algo que se perdeu devido ao enfoque positivista na contradição objetividade x subjetividade.

Deste modo, a Psicologia Social Crítica emerge reconhecendo o indivíduo como um produto histórico-cultural, visando à produção de um conhecimento que dialogue com a realidade social e o cotidiano de cada indivíduo, e considerando a subjetividade como objeto de estudo para tal perspectiva. Como afirma Frederico V. Machado (2011), a psicologia social pode ser considerada como uma perspectiva que, de forma multidisciplinar, ajuda a compreender os fenômenos sociais. Nas palavras do autor: “A Psicologia Social se caracterizaria, então, como um saber que busca compreender o insuperável hiato teórico e epistemológico que separa indivíduo e sociedade, no enquadramento dos fenômenos.” (p. 155)

Sobre os estudos na psicologia social que abordam os processos socioespaciais, Maria Luísa M. Nogueira (2009) defende a importância do espaço para diversas instâncias da vida, na medida em que está intimamente ligado à produção subjetiva, fato que o torna uma categoria imprescindível para análise da vida social e, portanto, deveria ser também objeto de estudo da psicologia: “Nossa crítica a uma certa psicologia se justifica pela

compreensão de que o espaço define, em primeira instância, a possibilidade da existência do ser humano e da produção dessas condições de existência” (Nogueira, 2009, p. 70).

A autora defende que a subjetividade existe enquanto materialidade, uma vez que processos psicossociais são atravessados por um conteúdo simbólico, que se relaciona intimamente com o concreto, o material e o social. Assim, é também dever da psicologia⁶ construir estudos que pensem a subjetividade⁷ enquanto algo construído pelo sujeito em suas relações e não apenas como uma instância que paira sobre o ser e não tem relação com o mundo exterior. Pensar a subjetividade enquanto processo e que produzimos subjetividade a todo tempo a partir da nossa relação com o espaço vivido, nos leva a afirmar, mais uma vez, a importância de projetos estruturantes pensarem o território para além de sua estrutura física.

O território foco deste estudo está localizado na região centro-sul de Belo Horizonte e, de acordo com dados⁸ da prefeitura, sua demografia é de 18.118 habitantes⁹. Possui creches, postos de saúde, escolas de ensino fundamental e acesso aos transportes públicos coletivos¹⁰, estando, portanto, relativamente urbanizado (Furiati, 2014). Assim como outras favelas, o Santa Lucia possui uma arquitetura peculiar e um modo diferente de pensar/fazer moradia quando comparados aos modelos de habitação seguidos pelos projetos estruturantes, uma vez que algumas casas na favela parecem nunca estar prontas: é sempre possível construir um cômodo. Em contrapartida, a forma de morar defendida pelo *Vila Viva* é verticalizada e baseada na ideia de rigidez, o espaço já está definido enquanto estrutura física, não sendo possível aumentá-lo de acordo com as necessidades.

6 Estamos finalizando uma revisão bibliográfica não sistemática na revista *Psicologia e Sociedade*, vinculada à ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), cujo objetivo é, a partir das palavras-chave: espaço, território, lugar e moradia; compreender como as pesquisas têm abordado as questões espaciais. De antemão podemos afirmar que há um número irrisório de trabalhos publicados que se propõe a pensar as problemáticas do espaço.

7 Na sessão seguinte, intitulada *Encontros e interseções: pensando*, com sobre a concepção de subjetividade que adotaremos neste trabalho

8 Dados do PGE (Plano Global Específico), conseguimos acesso ao relatório do estudo por meio da Lei de acesso à informação.

9 Em conversa com o presidente da Associação Santa Rita de Cássia, Júlio César Evaristo de Souza, mais conhecido como Júlio Fessô, ele afirmou que os censos populacionais realizados na favela apontam uma média do número de habitantes, ele considera, mas não tem nada escrito ou documentado, que a demografia da Favela Santa Lúcia é de aproximadamente 30 mil habitantes.

10 Na primeira parte do Capítulo 6, intitulada *Nosso Chão*, falaremos um pouco mais sobre a história deste local.

1.3.2) O PROGRAMA VILA VIVA

A intervenção *Vila Viva* vem sendo implementada na Favela Santa Lúcia desde 2010 e tinha previsão de ser concluída em 2018. No entanto, as obras ainda estão ocorrendo, sobretudo, na região da Rua Principal com a Avenida Nossa Senhora do Carmo, onde estão sendo construídas outras Unidades Habitacionais. O Programa é a principal política urbanística de cunho municipal e é operacionalizada pela URBEL autarquia da PBH (Prefeitura de Belo Horizonte). Utiliza recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e tem o objetivo de promover uma ação integrada de urbanização, desenvolvimento social e regularização fundiária. Para que a intervenção seja operacionalizada, uma parcela da população deve ser removida e realocada em unidades habitacionais verticalizadas, construídas na área de abrangência do território em que a comunidade está inserida.

Além disso, a intervenção pressupõe reestruturação viária e obras de infraestrutura, como saneamento básico, por exemplo. O programa é baseado no PGE (Plano Global Específico), estudo, também realizado pela URBEL, e que, em teoria, aponta os caminhos para que a intervenção proporcione uma melhor qualidade de vida no local onde será implantada. No Santa Lúcia, o PGE foi realizado entre 1999 e 2003, e somente após 7 anos, a intervenção começa a ser implantada no território, fato que nos leva a afirmar que o estudo pode estar ultrapassado, pois o espaço é vivido e se transforma cotidianamente pela ação dos atores que o compõem. (Furiati, 2014)

O Programa já foi objeto de estudo de vários pesquisadores, sobretudo, em ciências sociais, direito, arquitetura e urbanismo e geografia. Patrícia Moura (2013), Eduardo Bittencourt (2014), Izabel Melo (2009), Edésio Fernandes e Helena Pereira (2014), entre outros, destacam em seus trabalhos a forma como o *Vila Viva* é operacionalizado em algumas favelas do município de Belo Horizonte e questionam se, de fato, traz melhoria da qualidade de vida.

Edésio Fernandes e Helena D. Pereira (2014) pontuam uma série de problemáticas em relação à forma como a política municipal de urbanização e legalização fundiária de assentamentos informais vem sendo gerida em Belo Horizonte e afirmam que não ela segue as discussões da nova ordem jurídico-urbanística nacional, embasada na noção da função social da propriedade e da cidade, do direito à moradia adequada e à regularização fundiária. Os autores defendem que isso fica evidente na instrumentalização política dos

discursos ambiental e urbanístico, que desconsideram direitos fundiários já adquiridos pelos moradores. Além disso, afirmam que a forma como os programas são implantados ajudam a manter processos históricos de segregação socioespacial.

Izabel Melo (2009) investigou as formas cotidianas de apropriação do espaço, a partir da implantação do *Programa Vila Viva* na Favela da Serra, partindo do pressuposto de que o processo de produção do espaço acontece na tensão do espaço planejado e das formas de apropriação cotidianas desse espaço. Assim, a autora propõe a ideia de um espaço da política (arena institucionalizada de participação) e a política do espaço (formas de apropriação cotidianas). O estudo conclui que, mesmo havendo uma participação dos moradores no espaço da política, isso não fez com que a intervenção fosse pensada de forma a atender as peculiaridades de ocupação do espaço da favela e as necessidades dos moradores.

No âmbito da psicologia social, os estudos sobre o programa são poucos, o que leva a afirmar que discussões sobre o tema ainda devem ser feitas. Lucas Furiati (2014) aborda em sua pesquisa a trajetória de luta de algumas mulheres que seriam removidas pelo programa na Favela Santa Lúcia, além de fazer um resgate histórico da constituição das favelas em Belo Horizonte, e como as intervenções estruturantes vêm sendo implementadas. Já Fernanda Gomes de Amorim (2016), investigou a implantação do *Vila Viva* na Vila São Tomaz, pautando a importância do espaço para a constituição subjetiva, exemplificada na fala dos moradores que mostraram pertencimento ou não ao local que viviam antes de serem realocados pelo programa. A contribuição original da presente pesquisa, portanto, se dá na medida em que busca destacar a importância da psicologia em estudos e problemáticas acerca das intervenções estruturantes, ressaltando a relação entre espaço e produção da subjetividade, por meio dos sentidos de ocupação do espaço.

Entendemos que é necessário, portanto, romper com o dualismo objetivo x subjetivo, estrutura física x simbólica – tudo se complementa e se configura em linhas que serão desemaranhadas na cartografia aqui construída.

1.4) ENCONTROS E INTERSEÇÕES: PENSANDO COM

É necessário que se defina a abordagem que será utilizada para falar sobre subjetividade, uma vez que é possível falar sobre essa instância sob diferentes perspectivas. Essa pesquisa foi pensada tendo como foco principal a ideia de movimento – seja o movimento de construir a pesquisa em contato com outros autores ou o próprio ato de se movimentar.

Encontramos na esquizoanálise¹¹ uma visão da subjetividade que corrobora com essa ideia. Gilles Deleuze e Félix Guatarri (1995) defendem que a subjetividade é uma produção, sobretudo rizomática e cartográfica, é a possibilidade de construirmos uma vida vibrátil, rodeada de sentidos, desejos e possibilidades de devir. Busca romper com o pensamento cartesiano, que visa produzir verdades absolutas sobre a vida, criando rótulos, classificações, uma tentativa de estruturar a vida nos mínimos detalhes. Para a esquizoanálise há um constante movimento de produção, uma produção maquínica movida pelo desejo.

A esquizoanálise acredita que as vertentes estruturalistas são válidas, no entanto, apenas quando seus pressupostos são usados sem o objetivo de reduzir o sujeito ou ditar regras da vida. Nesse sentido, corroboramos com os fundamentos esquizoanalistas de que a subjetividade seria a argamassa que constrói o mundo, sendo sua produção algo não exclusivo de homens e mulheres, mas desenvolvida por sistemas maquínicos.

Para os autores, pensar a subjetividade a partir desta perspectiva nos ajuda a romper com a visão de dualismo entre objetivo x subjetivo. Acreditamos que partir dessa visão sobre a subjetividade se torna importante, sobretudo em estudos que têm como um dos focos de análise o espaço. Pensar a subjetividade enquanto algo não exclusivamente humano permite romper com o dualismo entre estrutura objetiva (física) e subjetiva – afinal, todos os elementos presentes no mundo possibilitam, de certo modo, uma vida

11 A esquizoanálise constitui-se como um conjunto de saberes contemporâneos propostos após os movimentos de 1968 na França pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guatarri. Os autores propõem uma análise micropolítica dos agenciamentos, investimentos desejantes e de poder. Com uma clara crítica à psicanálise, eles tentam romper com a ideia de inconsciente como teatro representativo e do desejo. Buscam, portanto, romper com o par família-neurose, compreendendo o inconsciente como uma usina intensiva de produção e não como falta (Hur, 2018). Criticam o capitalismo enquanto sistema de exploração, dominação, e apontam também que ele é responsável pela colonização do desejo. Para a esquizoanálise o foco é a produção, inclusive produção subjetiva, operada por meio de máquinas desejantes.

mais vibrátil. Os escritos de Deleuze e Guatarri também nos ajudam a traçar o percurso metodológico desta pesquisa – exposto no capítulo seguinte.

Corroborando com as ideias de Gilles Deleuze e Félix Guatarri, entende-se que a perspectiva adotada por Ludmila Brandão em *A casa subjetiva* possibilita compreender como a produção arquitetural e a produção subjetiva são construídas em diálogo – há aqui a ideia de não se pensar em opostos. No texto, é colocada uma questão importante: “Quanto de tudo o que devemos ser é devido às nossas casas que nos abrigaram?” (Brandão, 2002). Essa pergunta levanta a problemática desenvolvida aqui, a ideia de que a produção de nossa subjetividade está ligada aos lugares onde vivemos e vice-versa, esses lugares ultrapassam o nível meramente físico, pois são dotados de simbologia: encontros, afetos, resistência.

A casa subjetiva aponta questões importantes sobre a construção de subjetividade e a construção dos espaços, uma vez que Ludmila Brandão mostra que os processos subjetivos não são exclusivos de mulheres e homens, mas de todos os objetos que compõem determinado meio. Assim, as casas também são dotadas de subjetividades, são máquinas produtoras de afeto, encontros cotidianos, sensações, sentidos e expressões corporais. A autora aponta que não escreve sobre as casas, mas sim com as casas, deixando claro em sua narrativa que em diferentes épocas temos diferentes modos de subjetivação e produção arquitetural – a forma como a casa-fazenda, a casa-urbana e a casa-contemporânea são descritas por ela é composta por subjetividades, que vão se modificando ao longo do tempo. Isso permite afirmar que produzir espaços está intimamente relacionado à ideia de produzir subjetividades – é uma mistura, que está ligada a aspectos sociais, econômicos e culturais de cada época.

Nesse ponto, já é possível afirmar que as casas em geral e as da favela, aqui especificadas, assumem esta posição: como em uma bricolagem de sentidos, são produzidas e produzem os seus habitantes continuamente e a construção dessas casas se dá no significado atribuído ao espaço habitado pelas pessoas. No discurso dos moradores sobre o espaço-favela, é possível perceber que onde os outros habitantes da cidade veem uma estética feia, eles encontram outras possibilidades de se relacionar com o mundo, de viver em comunidade, ainda que os conflitos existam. Morar na favela revela-se, portanto, ser muito mais do que ocupar um barraco, pois está ligado à forma como as pessoas vão transformando aquele local por meio de suas relações e, novamente, produzindo subjetividades.

Outro autor que nos ajuda a pensar sobre a produção espacial atrelada a inúmeros atores é Milton Santos. Em sua geografia, ele aponta que o espaço deve ser analisado tendo em vista sua apropriação – a formação socioespacial desenvolvida por ele parte da ideia de que uma sociedade só se concretiza através do espaço por ela produzido e que esse espaço, por sua vez, só pode ser compreendido através da sociedade. Portanto, considera o espaço como fator social, instância da sociedade, que transforma e é transformado e não apenas um mero reflexo social. (Santos, 1978).

Essas ideias, revisitadas posteriormente, foram escritas na obra *Por uma geografia nova*, na qual Milton Santos (1978) aponta a necessidade em se constituir uma geografia voltada para a problemática social de forma ampla e construtivista, além de afirmar a importância de estudarmos o espaço geográfico como resultado de um processo, no qual a ação dos indivíduos e o tempo exercem papel essencial. Ele defende a criação de uma teoria sobre o espaço que o considere como instrumento de criação e reprodução da vida e não uma mercadoria que é trabalhada pelos sujeitos, que nesse contexto também aparecem como uma mercadoria – sujeitos produzidos artificialmente. O espaço na obra do autor é histórico e constitui-se como uma estrutura social. Nessa linha corroboramos que a produção desse espaço acontece por diversos atores e se dá no cotidiano produzido por meio das vivências, pois o espaço não é mercadoria, apesar de ser tomado como tal, e sim produto de relações sociais e intersubjetivas.

Seguindo essa concepção sobre o espaço, nos primeiros capítulos de sua obra *A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção*, Milton Santos sustenta a ideia de que o espaço não pode ser considerado como uma instância imutável e, novamente, deve ser analisado em sua completude, que envolve ações racionais e irracionais e técnicas – o espaço aparece “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (Santos, 2006, p. 12). Nessa obra, Milton Santos coloca a importância de pensarmos a técnica como um instrumento que permite a modificação do espaço, sendo responsável pela mediação entre homem e meio: “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada” (Santos, 2006, p. 16).

Se há uma relação entre técnica e espaço, é importante levar em consideração que estas técnicas abarcam a realidade social do tempo em que foram constituídas, pois há decisões políticas e econômicas que permeiam a escolha das técnicas a serem utilizadas em determinado espaço. No caso dos projetos estruturantes, por que não pensar em

técnicas que possibilitem a manutenção da estética da favela? A dimensão estética tem uma importância fundamental na construção dos sentidos de moradia e, conseqüentemente, nos processos de construção de subjetividades.

Clarice Libânio (2016) critica a forma como as políticas de habitação, em especial o *Vila Viva*, atua nas favelas, indicando certa tentativa de desfavelização ao desconsiderar formas singulares de ocupação desses espaços. Além disso, o manifesto *Vila Viva ou Vila Morta?*¹² produzido por movimentos sociais também aponta essa outra face do programa, muitas vezes silenciada pelos meios de comunicação. A escolha das técnicas utilizadas para a implantação do PVV nas localidades ajuda a corroborar com a ideia de *desfavelização* como objetivo final do programa. O PVV utiliza as mesmas técnicas para a intervenção em todos os territórios em que é implantado – há sempre a construção de uma grande via, no caso do Santa Lúcia a via do Bicão, e a construção de Unidades Habitacionais verticalizadas. Não há uma absorção da lógica local, da estética que está ligada à forma como as pessoas se organizam e relacionam no território. Ao implantar a estética padrão da cidade formal, o PVV desconsidera as vivências e peculiaridades existentes na construção da favela. Se o objetivo fosse trazer melhor qualidade de vida para os habitantes dessas localidades, por que não pensar em técnicas e formas de construir espaço que dialoguem com *o cotidiano vivido?*

Milton Santos (2006) afirma que é importante pensar a história para entender a técnica, mas nunca perder de vista a importância do espaço nessa relação. Além disso, entender a técnica permite compreender a relação entre espaço e tempo:

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. (Santos, 2006, p. 33)

Nesse sentido, se o que está como ponto de partida é a sociedade humana, processos subjetivos também devem ser levados em consideração, para se analisar essa relação entre espaço, tempo e mundo. A geografia de Milton Santos nos ajuda, portanto,

¹² O manifesto *Vila Viva ou Vila Morta?* foi produzido em 2008 por diversos movimentos sociais para denunciar as violações de direitos no âmbito do PVV.

a pensar também em produções subjetivas. A discussão que ele traz sobre as técnicas ajudam a entendê-las como atores que também produzem modos de subjetivação.

Em linha teórica semelhante à de Santos, o filósofo francês Henri Lefebvre, em seu livro *A produção do espaço*, desenvolve uma teoria social do espaço, a partir da dialética socioespacial. O autor discorre sobre a influência do capitalismo nas questões práticas da produção do espaço: construção de imóveis, repartição de investimentos, divisão do trabalho no planeta, os capitais fundiários, comercial e financeiro; ressaltando que o espaço não se situa no capitalismo como lugar passivo das relações sociais. Ao contrário se mostra ativo, no sentido operatório e instrumental, ao exercício da hegemonia. Sua teoria socioespacial aponta que a estrutura do espaço não é autônoma, mas definida dialeticamente a partir das relações de produção que são sempre concomitantemente sociais e espaciais. Há um materialismo histórico-geográfico presente nessa relação dialética, na qual relações espaciais não podem ser analisadas separadamente das relações sociais. O autor afirma que essa relação pode ser encontrada na ideia de que o espaço expressa as relações sociais e também reage sobre elas. (Lefebvre, 2000)

Além disso, Henri Lefebvre (2008) desenvolve um conceito importante e cada vez mais atual denominado *direito à cidade*, que afirma que todos temos direitos de usufruir e experienciar o território urbano. Esse conceito abarca tanto dimensões estruturais (acesso à moradia, serviços de educação, saúde e lazer gratuitos), quanto dimensões subjetivas: o direito experienciar essa cidade, usando, por exemplo, a imaginação. Esse conceito influenciou a pesquisa de modo transversal, uma vez que em todas as categorias de análise o direito à cidade está presente. Pensar o direito à cidade é, portanto, pensar os vários modos de subjetivação que compõem a construção da cidade, é pensar em possibilidades de se construir espaços mais justos, democráticos e sensíveis.

Por sua vez, Michel de Certeau, faz sua análise do espaço a partir das práticas cotidianas ou maneiras de fazer, como ele as denomina. Atos como caminhar, cozinhar e morar configuram esse cotidiano que transforma o espaço continuamente – “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural.” (Certeau, 1998, p. 41). Michel de Certeau (1998) afirma que as maneiras de fazer são movidas pela criatividade cotidiana que os consumidores vão adquirindo com a experiência do espaço. Assim, para entender esse cotidiano é preciso entender quais os jogos de poder movem essas

práticas e os processos que organizam a ordenação sociopolítica, ou seja, compreender que esse processo é formado por práticas estratégicas e táticas.

As estratégias são práticas institucionalizadas: “ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio, portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações como uma exterioridade distinta.” (Certeau, 1998, P.46) Ele afirma que a nacionalidade política, econômica ou científica foi pautada nessa forma de construir as estratégias. Em contrapartida, existem as táticas – florescimentos efêmeros, microrresistências às estratégias dominantes que são definidas como inteligências e astúcias, praticadas e inventadas no cotidiano por uma marginalidade não produtora da cultura dominante. O autor também afirma que a tática é a arte do fraco e vai operar golpe por golpe, é determinada pela ausência de poder e por um não lugar, vai utilizar as falhas que vão se abrindo na vigilância do poder proprietário, isto é, do poder que opera as estratégias (Certeau, 1998).

Entendendo que a favela é uma forma que os seus moradores encontraram para viver/resistir no meio urbano, ela seria então uma tática? A forma de se pensar a moradia e se relacionar com o espaço que é tão peculiar desse território poderia ser uma resposta à estratégia dominante de urbanização das cidades? Além disso, quando realocados em unidades habitacionais verticalizadas os moradores assumem táticas para viver nesse novo espaço? A partir da experiência e diálogo no território, foi possível compreender que, sim, os moradores produzem táticas para viver no espaço da favela. No entanto, não é correto afirmar que todas as ações são *construções táticas*, há também uma absorção da *lógica das estratégias*, como será possível perceber nos subcapítulos da sessão *Desemaranhando linhas*.

Adotamos perspectivas teóricas pós-estruturalistas e outras embasadas no materialismo histórico e dialético, e entendemos que nessa pesquisa uma perspectiva não anula a outra. Os encontros aqui descritos nos ajudam a embasar a crítica de como a produção dos espaços na cidade é movida por interesses políticos e econômicos, que acabam criando espaços segregados e, conseqüentemente, uma cidade que não prioriza o encontro. A ideia é então refletir sobre a produção de modos de subjetivação que enriqueça a nossa relação com o mundo, tal como foi possível perceber no cotidiano da favela.

2) MODOS DE FAZER

2.1) PENSANDO O MÉTODO

No processo de fazer pesquisa, um grande desafio é a escolha metodológica. Pensar em metodologia é também construir mundos possíveis que sejam coerentes com o que se deseja propor em determinada investigação. Cássio V. Hissa (2013) defende a importância de pensarmos a universidade e a pesquisa de forma criativa, de colocar emoção naquilo com o que pesquisamos. O autor aponta que a ciência moderna, ainda embasada no positivismo, exclui a emoção de seus feitos, propondo que ciência se faz a partir da razão e por meio de uma suposta neutralidade científica. No entanto, é possível e até aconselhável romper com essa lógica. A partir dessa ideia compreendemos que é admissível pensar de forma criativa, propondo outras possibilidades de *modos de fazer*.

Um desafio estava posto: quais ferramentas metodológicas utilizar para conhecer e evidenciar a potência do território Santa Lúcia? Não queria pensar os modos de fazer a partir de metodologias costumeiramente utilizadas na psicologia social como grupos focais, entrevistas, pesquisa-ação etc. Apesar de compreender a importância desses métodos e a riqueza que envolve pesquisas que os utilizam, percebi que era necessário optar por uma metodologia que permitisse um deslocamento-movimento pela Favela Santa Lúcia, compreendendo que os sentidos de moradia são formados pela significância que as pessoas dão ao espaço, transformando-o em lugar, por meio de suas experiências. E entendendo também a importância da minha própria experiência naquele espaço.

Paola B. Jacques (2011) considera a favela como um *espaço-movimento*, possuindo uma estética própria, a qual ela denominou *estética da ginga*. Essa estética está presente na arquitetura física do local e também no corpo do favelado. O *espaço-movimento* está em contínua transformação e, portanto, para compreendê-lo entendemos que é necessário se movimentar junto com esse espaço.

No entanto, mesmo tendo em mente essa ideia do movimento, foi a partir das idas ao Santa Lúcia que compreendemos melhor qual método utilizar. É importante sinalizar que partimos da definição de campo-tema, compreendendo que o campo não é um lugar estático e que não está presente na pesquisa apenas no momento que é costumeiramente chamado de “recolhimento de dados”, segundo Peter K. Spink (2003), o campo está presente em todo processo de fazer pesquisa:

Campo, entendido como campo-tema, não é um universo “distante”, “separado”, “não relacionado”, “um universo empírico” ou um “lugar para fazer observações”. Todas estas expressões não somente naturalizam mas também escondem o campo; distanciando os pesquisadores das questões do dia a dia. Podemos, sim, negociar acesso às partes mais densas do campo e em consequência ter um senso de estar mais presente na sua processualidade. Mas isso não quer dizer que não estamos no campo em outros momentos; uma posição periférica pode ser periférica, mas continua sendo uma posição. (Spink, 2003, p. 28)

Essa ideia nos ajudou a compreender que a pesquisa de campo continua e transcende mesmo quando não estamos no espaço físico-social da Favela Santa Lúcia. Além disso, também podemos afirmar que aqui consideramos as vivências do campo-tema muito mais do que “recolhimento de dados”; pois está na ordem da experiência, da transformação do espaço em lugar – aspectos a que também se incorporam minha construção subjetiva, enquanto pesquisadora e, também, enquanto habitante da cidade.

Na construção do que chamou de campo-tema Peter K. Spink e seu grupo de estudo compreenderam que as pesquisas que desenvolvem não são feitas a partir de um planejamento completo de ações a serem seguidas, mas teria um ponto de partida e a partir dele iam caminhando. (Spink, 2003) Corroboramos com essa ideia, pois também tínhamos um ponto de partida: uma pergunta inicial de pesquisa, críticas, autores a serem lidos, teorias a serem embasadas; mas entendemos que a pesquisa se construiu ao pesquisar, ou como no aponta o poeta espanhol Antônio Machado: “Caminhante não há caminho, se faz caminho ao andar...”.

Pensando assim, afirmamos que, desde o primeiro momento da pesquisa, já estamos inseridos no campo-tema e a pesquisa nada mais seria do que o desemaranhar desse campo que contém determinado assunto (Spink, 2003). Cássio V. Hissa (2013) também afirma a importância de se pensar *os modos de fazer* em conjunto com o desenvolvimento da pesquisa:

Não há receitas, nem caminhos prontos. Eles vão se inventando com os pés, na grama, caminhando, como preferiu dizer Ferreira Gullar. A invenção da pesquisa é portadora da mesma riqueza criativa de invenção dos caminhos de pesquisa, das metodologias, dos *modos de fazer* aprendidos enquanto se faz. (Hissa, 2013, p. 126).

Quando iniciei o contato com moradores da Favela Santa Lúcia para a pesquisa, ainda não tinha definido qual metodologia utilizar. A ideia de uma pesquisa em movimento ainda estava se desenvolvendo, quando compreendi que era necessário

adentrar ao campo físico-social do território da Favela Santa Lúcia. Nesse sentido, um dos primeiros diálogos que tive para a pesquisa foi com Juvenal Gomes, historiador e antigo morador do território, nascido e criado naquele local, que fez parte de importantes movimentos políticos e sociais construídos na favela. Procurei Juvenal com o objetivo de contar um pouco sobre a pesquisa e buscar contatos para me reinserir no território com o qual gostaria de pesquisar. Essa primeira conversa não foi no Santa Lúcia, mas em outro local da cidade, no entanto, já me apontava uma questão importante: que a experiência do fazer pesquisa indicaria as ferramentas metodológicas a serem seguidas. Juvenal me apontou problemáticas interessantes sobre a questão do PVV na Favela Santa Lúcia, me deu pistas metodológicas, indicou como eu poderia ser útil naquele local. Nesse momento eu já me encontrava no campo, não no campo físico-social da favela, mas no campo das problemáticas do fazer pesquisa, já estava inserida no meu campo-tema. A partir desse primeiro contato percebi que era necessário colocar *os pés do chão* no território, assim marquei uma conversa com uma família que havia se mudado para os apartamentos, sendo possível compreender algumas problemáticas que envolvem a implantação do PVV.

O diálogo com a família mostrou de forma empírica que a memória também é feita de espaços e vice-versa. Foi possível compreender o *Vila Viva* como parte da história daquele local, mas não totalizante das experiências. Portanto, era necessário tê-lo em vista, mas pensar que as vivências no território e os sentidos de moradia construídos pelos moradores transcendem a implantação do PVV (apesar de ter sido, em muitas ocasiões afetados por ela) – era preciso ir além. Fato que me motivou a pensar a cartografia social, tal como proposta por Gilles Deleuze e Félix Guatarri (1995) como referência epistemológica-metodológica para este estudo.

A *cartografia social* difere da tradicional cartografia que, por sua vez, pressupõe a construção de mapas, com relevo, distribuição populacional. Já a cartografia social busca construir diagramas de relações, resistências, agenciamentos, jogos de verdade e poder, jogos de objetivação e subjetivação, produções estéticas de si, circulação de afetos e devires possíveis para se pensar construções de outra ordem. (Prado filho e Teti, 2013). A cartografia social apresenta, portanto, modos de subjetivação, estéticas, práticas de resistência e liberdade.

A cartografia é um método de pesquisa que pressupõe experiência, é necessário adentrar nos mundos e/ou nas realidades que se deseja conhecer, deixar um pouco de si, levar um pouco do que encontrar – cartografar é, sobretudo, produzir subjetividade. E o

contato com os moradores, animais, objetos, ruas, becos e casas são fundamentais para essa produção. A partir das questões colocadas e após algumas reuniões de orientação estava claro: era preciso caminhar sobre aquele território, buscar o que chamamos de *formas não sedentárias de fazer pesquisa* e utilizar a invenção como parte constituinte do método:

A metodologia, uma travessia que precisa possibilitar o deslocamento, deve nos possibilitar ver os vários mundos presentes no recorte de mundo que desejamos — neste caso, as cidades da cidade. Deve-nos abrir as fronteiras e movimentá-las. Toda metodologia é ou deveria ser inventada enquanto se aventura através do desconhecido sugerido pela pesquisa. (Nogueira, 2013, p.24).

Nesse sentido, nos inspiramos em algumas pesquisas sobre cidade para construir o que chamamos de *caminhadas dialógicas* que iriam nos ajudar a desemaranhar linhas a partir da cartografia, tomando a caminhada como metodologia de pesquisa. Dentre as inúmeras particularidades, as pesquisas produzidas por Regina Helena A. da Silva (2008), Maria Luísa M. Nogueira (2013), Francesco Careri (2013) e João T. Lopes (2017) fazem reflexões sobre a utilização, construção das cidades, entendendo o caminhar como um ato político e estético. Caminhando colocamo-nos no cotidiano da cidade, compreendemos os seus usos, as diferenças que os compõem, os conflitos, inserimo-nos de forma mais clara no dissenso que compõe a cidade. A partir dessas reflexões, compreendemos que para estar em contato com a diferença, com as particularidades produzidas no cotidiano vivido da Favela Santa Lúcia era necessário caminhar com (e sobre) aquele espaço. As caminhadas foram feitas com os moradores por seus trajetos cotidianos, movimento que traz múltiplas experiências: as minhas, as do morador e daqueles que encontramos nessas andanças.

2.2) TERRITÓRIO-RIZOMA: MOVIMENTO

Percepções e sensações das mais variadas foram importantes para construir essa cartografia: cheiros, sons, conversas, mensagens, pé no chão, fotografias, casas demolidas, casas construídas e em construção, comércios, festas, encontros, arte, pessoas, animais, objetos, carros, motos – tudo tem uma importância na rede que vai constituindo esse território – produzindo subjetividades variadas e intersubjetividades, construindo devires possíveis. Mudança seja de casa (para alguns), de perspectiva (para outros e para mim) – potência do território. Em alguns momentos acredito que também foi possível construir uma corporeografia daquele território. Afinal, se o caminhar é nosso gesto mais cotidiano (Agamben, 2008), ao movimentar-nos por territórios o corpo também assume um papel importante na escuta dessas percepções.

Como já apontado, a perspectiva cartográfica utilizada foi proposta por Gilles Deleuze e Félix Guatarri na introdução de seu livro *Mil Platôs* (1995) – escrito no qual eles dissertam sobre o conceito de rizoma. A interação rizomática pressupõe uma mudança radical na forma de perceber as relações e, por isso, é um dos elementos principais que utilizarei para explicar a construção dessa pesquisa.

Trata-se de um desafio, pois pensar em cartografia e em Rizoma implica pensar todo o processo da pesquisa – a escrita também deve ser rizomática, também deve ser cartográfica –, deve trazer esse movimento que experienciei no território (coletivamente com os moradores) e nas leituras (um pouco mais solitário). Na realidade, não existem partes da pesquisa, tudo foi se misturando – por isso eu digo que essa não é uma pesquisa sobre favela apenas; é, sobretudo, uma pesquisa com favelas, com casas, com pessoas, com caminhadas. Isso afeta a lógica de escrita e a de pesquisar.

Mas o que seria de fato o Rizoma? Gilles Deleuze e Félix Guatarri (1995) apontam que a lógica rizomática visa quebrar com a construção árvore-raiz, que pressupõe rigidez e estaticidade. Ao contrário, o Rizoma é fluido, pode se ramificar em várias experiências, várias instâncias. É uma crítica ao ideal positivista que ainda opera em nosso fazer científico. Pensar em produção rizomática é pensar em uma virada epistemológica, que retira a neutralidade do pesquisador e elimina o pensamento cartesiano, de oposição, de rigidez:

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o

rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. (Deleuze e Guatarri, 1995, p. 36).

Paola B. Jacques (2011) utiliza o conceito de Rizoma, para afirmar que o fazer pesquisa em territórios deve ser formado por essa lógica rizomática:

O “sistema de pensamento” da erva/rizoma é o oposto do da árvore/raiz, enquanto o sistema arbusto/radícula, por conservar a estrutura arborescente, se caracteriza por uma falsa multiplicidade. O sistema erva/rizoma é o pensamento da multiplicidade, em oposição ao pensamento binário; é uma cultura centrada e instável, em oposição à cultura arborescente e enraizada. Por outro lado, o sistema erva/rizoma não tem modelo; e não se trata simplesmente de substituir a imagem da árvore pela imagem do mato no espírito das pessoas ou de substituir a busca das raízes e das origens pela busca do rizoma e do meio. O rizoma não tem imagem precisa. O que importa é mais o processo que a imagem *formal*, é o próprio movimento, o germinar, o crescimento, o ímpeto. (Jacques, 2011, p.112)

Sobre essa oposição rizoma-árvore, Ludmila Brandão (2002) afirma:

A casa que é árvore, em lugar de rizoma, tem suas ligações preestabelecidas. O texto que deste modo a toma, concebendo universais e hierarquias cristalizadas, pouco tem a acrescentar, é repetição de tudo que já foi dito sobre os homens. A casa é então, só um pretexto para dizer as mesmas coisas. Cartografar, fazer mapa, diferentemente do decalque, é da ordem do rizoma. Se distanciando dos modelos, explora sem constituir limites definitivos nem grades interpretativas. Não há entradas ou saídas exclusivas. Pode-se entrar ou sair por todos os lados. O percurso escolhido é apenas uma possibilidade, não há sequência necessária e o resultado será sempre diferente porque não se trata de decalcar, e sim de construir. (Brandão, 2002, P.36)

Concordo com as autoras e reafirmo que *rizoma – cartografia – movimento* caminham juntos e ajudam a pensar a multiplicidade de experiências que compõem o território. A partir dessa relação, todo o fazer pesquisa (desde pensar o campo, ferramentas metodológicas e análise daquilo que foi vivido) deve preservar essa pluralidade de ações que abarcam o cotidiano e possibilitam a construção de um texto que não foque no binarismo entre estrutura (arquitetônica) e experiência (subjetividade), mas que permita o interlocutor sentir a fluidez que acompanha a cartografia aqui construída e a formação da relação entre os diversos atores que compõem o território, aqui pensado como um *território-rizoma*. Desse modo, todo o fazer pesquisa segue essa lógica rizomática, possibilitando compreender a existência de um fluxo contínuo de experiências que faz com que os espaços sejam dotados de movimentos, ora territorializantes, ora desterritorializantes.

Pensando na ideia de rizoma como um fluxo contínuo de experiências, possibilidades de criação, se torna importante retomar a premissa que aponta a relação entre espaço e subjetividade, de acordo com Maria Luísa M. Nogueira:

A “subjetividade” humana (FURTADO, 2002), compreende um processo de construção social, **intimamente relacionado com as mudanças nos modos de organizar o território e atuar politicamente**. Essa experiência é construída pela objetivação, pela ação humana na natureza (no “espaço”), no processo sócio-histórico – logo, dada pelo “trabalho” (em cada contexto específico de produção); a subjetividade é o processo de invenção de si, a força da invenção da vida, de experimentação e apreensão particular e única do mundo, através do modo como cada sujeito se produz como um indivíduo único, em transformação constante, na experimentação cotidiana. **São os processos de subjetivação produzidos ao longo da vida de cada um de nós, no encontro com o outro, nas formas de apropriação simbólica das experiências vividas (no par material/imaterial, indissociável) e de invenção do mundo, onde estão a cidade e a reinvenção constante de si mesmo; o devir.** (Nogueira, 2009, p. 71, grifo nosso)

Ao compreender que a subjetividade é o processo de invenção de si e que está relacionado com a forma como transformamos o mundo a nossa volta, podemos compreendê-la como um processo, um processo que não é unidirecional, mas que, ao contrário, é rizomático, visto que existem inúmeras possibilidades de criação, de materialização e desmaterialização.

Gilles Deleuze e Félix Guatarri (1995) apontam uma série de princípios que constituem o rizoma, o quinto e o sexto princípios, intitulados *Princípio de cartografia e de decalcomania*, apresentam a ideia de que o rizoma é mapa, é possibilidade de criação. O decalque significa reprodução, cópia, transposição, e é embasado na lógica binária, pressupondo rigidez. Compreendemos que em alguns momentos o decalque é necessário, ao pensar que qualquer intervenção deve ser feita a partir de um planejamento, o que criticamos, portanto, é como esse planejamento é feito e, como as experiências cotidianas, muitas vezes, não são levadas em consideração. Nesse sentido, entendemos que o rizoma se opõe ao decalque (cópia ou reprodução) e, por isso traz consigo o devir, que também não é reprodução, mas é criação, invenção, modificação.

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. (Deleuze e Guatarri. 1995, p. 21).

Logo, a pesquisa é formada por pontos, algumas vezes aparentemente desconexos, que vão construindo a cartografia, que não é decalque, nem reprodução, mas é criação. Isso coloca em voga outras possibilidades de enxergar aquilo que já está dado e pressupõe a experiência. Poderíamos ter feito um decalque da Favela Santa Lúcia, reproduzindo o que encontramos no território, de um jeito rígido, e perdendo a potência que constitui aquele lugar. Porém, a cartografia visa o desmaranhar de linhas que constituem a lógica rizomática.

Retomando o objetivo da pesquisa, que é conhecer os processos de construção subjetivas e como eles se relacionam com os sentidos de moradia (ligado a experiência no território), pensando a intervenção Vila Viva como um atravessamento que pode atuar modificando a relação com o território, fica claro que é preciso ir além do decalque. Conhecer os processos subjetivos, ainda que isso não seja possível em sua inteireza (pois é algo em constante movimento), requer se movimentar e pensar em linhas de subjetivação e objetivação, que vão se entrecruzando e modificando a todo tempo.

Como já apontado, logo percebi que a ideia apresentada no início do processo de pesquisa, que colocava a intervenção *Vila Viva* como análise central, agora começa a aparecer como um agenciamento/acontecimento, que vai mudar a direção rizomática em alguns momentos e ressignificar a experiência, quebrar memórias, construir linhas de opressão e de resistências. Percebi que a favela era muito mais do que aquela intervenção, pensada a partir do decalque, da reprodução da cidade formalizada e todas as suas contradições e processos de exclusão. A favela é da ordem do improvável, do imprevisível e também da improvisação – do *improvisório*. Outras linhas foram se constituindo, ajudando a desmaranhar aquele rizoma, que agora se dá a partir de outra ordem. Por isso, posso afirmar: a pesquisa não é apenas sobre o *Vila Viva*, mas é sobre a Favela Santa Lúcia, e o *Vila Viva* inevitavelmente aparece nos relatos e histórias que aqui trarei.

Queria me desprender de perguntas pré-formuladas, não estava ali para testar uma hipótese, o que queria era conhecer aquele cotidiano e os processos de subjetivação que perpassavam sua construção – por isso também a não escolha da entrevista como método. Nesse sentido, quando marcava a caminhada com o morador, eu explicava do que se tratava a pesquisa e direcionava com o seguinte tópico disparador: *conte-me um pouco de sua história nesse território, suas vivências, locais que costuma frequentar, se existe algo que torna algum espaço da favela importante e especial em sua trajetória e como a intervenção Vila Viva dialoga com essas experiências*. Essa fala foi, na maioria das vezes,

suficiente para que eles começassem a me contar suas histórias – quando chegaram àquele local, como era o morro logo no início, as mudanças que foram ocorrendo, qual a opinião sobre a intervenção *Vila Viva*, os eventos que participam, as relações que foram construindo com outros moradores, memórias, afetos, conflitos – todos esses elementos ajudam a compor esse mapa rizomático: aberto e sempre penetrável. Quando o tópico disparador não funcionava e eu era convidada a falar mais, eu o fazia. O importante aqui é entender que não se trata de uma entrevista, era uma conversa, uma escuta (das duas partes). Por isso, não ficava o tempo todo calada esperando que os moradores dissessem algo que iria mudar a pesquisa, mas estava aberta ao diálogo, escutando atentamente – a pesquisa estava em constante construção. É importante afirmar que em muitos momentos um sentimento que me acompanhou nesse percurso do fazer pesquisa foi o sentimento de angústia, atrelado a compreensão de que não fazia parte daquela realidade, por que eu, mulher branca e não habitante da favela, quero pesquisar sobre aquele espaço? Minha resposta a essa angústia foi a possibilidade de construir um modo de pesquisar coletivo, em contínuo movimento. À medida que caminhava (literal ou metaforicamente) por aquele espaço, conseguia transformá-lo também em lugar para mim.

Às vezes a caminhada não era possível, por inúmeras questões (trabalho, impossibilidade de locomoção ou porque o espaço em que nos encontrávamos nos convidava a ficar ali mesmo compartilhando ideias e palavras), fazíamos então a conversa prevista para as caminhadas e as questões sobre a experiência no território iam surgindo – estávamos em movimento, mesmo que ali parados no território, frente a frente conversando. Acredito que para essas conversas terem tido a potência que tiveram foi necessária à minha experiência anterior no local¹³, assim era possível imaginar, a partir da fala, a experiência proporcionada por aquele território e tudo que o compunha. Afirmando mesmo nesses momentos em que o campo não possibilitava a caminhada, a pesquisa não era sedentária – havia a memória de caminhadas anteriores (anteriores até mesmo a essa pesquisa) e, também a caminhada feita para chegar ao local de encontro.

Nesse sentido, ao pensar na caminhada como potência para o fazer pesquisa, retomo a ideia do movimento Internacional Situacionista¹⁴ (1960), cujo principal objetivo era

13 Quando falavam, por exemplo, de uma rua, que ficava próximo a determinado beco, e eu sabia onde se localizava, a conversa fluía muito mais e era possível imaginar a rede de relações que eles e elas traziam.

14 A Internacional Situacionista (IS) foi um movimento político, artístico e cultural da década de 60 que acompanhou o ambiente de inquietação e reivindicação desse período. Foi fundada por Guy-Ernest Debord e em sua composição estavam artistas, pensadores e ativistas. O grupo teve participação determinante e

criar e experimentar outras possibilidades de fruição e percepção dos espaços. O movimento denunciava a sociedade do espetáculo – a alienação, passividade que constituíam o processo de cidadania dos sujeitos. Assim, os situacionistas dão um foco importante para a questão urbana, por acreditarem que a forma como as cidades são constituídas influenciam na participação dos indivíduos:

O principal antídoto contra o espetáculo seria o seu oposto: a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social, principalmente no da cultura. O interesse dos situacionistas pelas questões urbanas foi uma consequência da importância dada por estes ao meio urbano como terreno de ação, de produção de novas formas de intervenção e de luta contra a monotonia, ou ausência de paixão, da vida cotidiana moderna. A crítica urbana situacionista permanece assim, em sua essência, pertinente. (Jacques, 2003, p.13).

Os situacionistas não propunham novos modelos ou transformações bruscas no espaço, mas criavam situações efêmeras que permitissem experienciar o urbano se esquivando da lógica de construção das cidades, embasavam-se em novos procedimentos como a *psicogeografia* e novas práticas como a deriva.

Caminhar em deriva e de forma dialógica pela Favela Santa Lúcia me possibilitou ter outro olhar sobre aquele local – derivar pressupõe perceber as micro-composições daquele território, microrresistências. Era muito comum alguém (fora e dentro do meio acadêmico) me perguntar: Mas você não tem medo de entrar na favela? Essa pergunta mostrava toda a representação que a favela tem no cotidiano daqueles que vivem na cidade formal. Eu respondia que não, que para entender aquele local e conhecer as pessoas que ali vivem era necessário transpor essa lógica que separa favela da cidade formalizada. Confesso que, algumas vezes, quando chegava ao Santa Lúcia e havia muitos carros de polícia, eu sentia uma sensação estranha, como se não estivesse segura. No entanto, quando ia adentrando ao território e conversando com as pessoas pelo caminho isso já

ativa nos eventos de maio de 1968 na França. Inicialmente buscavam ir além dos padrões vigentes da arte moderna, levando seus componentes a perceberem que essa outra arte estaria diretamente ligada à cidade e a vida urbana. A IS lutava contra o espetáculo, que ocasionava uma alienação e passividade social, indicando que o melhor antídoto seria a participação ativa dos indivíduos, para isso eles propunham intervenções baseadas na psicogeografia, na deriva e, sobretudo, na criação de situações que possibilitavam a experimentação de uma posição ativa dos indivíduos em seu contexto urbano e social. (Jacques, 2003)

mudava. Porque a cada passo – em seu sentido literal e abstrato – aquele espaço ia se transformando em lugar para mim.

Por isso, concordo que caminhar em si já seja um ato subversivo (Lopes, 2017). Para pensar fora do *binômio favela-cidade formal* e tudo que o permeia, pensar essas caminhadas a partir da deriva me ajudaram logo de início a sistematizar essa pesquisa fora desses padrões alienantes, que permeia inclusive o próprio costumeiro modo de pesquisar. Pensando nas derivas que os situacionistas realizavam pela cidade e nas que realizei em outros momentos do meu percurso acadêmico e pessoal, entendo que essa ferramenta metodológica se fez potente para os objetivos desta pesquisa, pois prevê uma outra forma de perceber os espaços, criando mapas afetivos próprios, vivenciando o espaço de forma distinta daquilo que está previsto/programado – um manifesto contra a espetacularização. A deriva constitui-se, portanto, como uma metodologia de caráter exploratório e seus registros podem ser realizados de diversas formas: textos, diários, imagens, mapas, sons, conversas – o que se busca com esses registros é criar uma cartografia do espaço vivido (Jacques, 2003).

A experiência no território foi marcada então pelas caminhadas, pelas festas, pelas mensagens, pelas intervenções artísticas – tudo isso envolvido pela ideia de partilha do comum, a pesquisa foi feita de encontros potentes. A favela é muitas vezes colocada como lugar da falta, daquilo que não é exemplo a ser seguido, permeado por pobreza, falta de investimentos e pessoas não confiáveis – local que funciona como bode expiatório para as mazelas da cidade (Zaluar e Alvito, 2006). Nesse fazer cartográfico foi possível experienciá-la a partir de outra lógica, que é a da resistência, da amizade, da circulação de afetos, da coletividade e também dos conflitos.

Ao total conversei/caminhei com nove pessoas, entre caminhadas, paradas e conversas outras pessoas iam se agregando ao percurso, pois, quando um morador encontrava com seu amigo, as linhas de subjetividade se emaranhavam para outras experiências, e essa é uma das maiores potências do fazer pesquisa caminhando: quebrar linhas, experienciar o território pela fala do outro e pelo próprio corpo, que escuta tudo atentamente e se afeta continuamente. Além disso, tive outras experiências no território como nas intervenções *Favela Bela e Rua do Livro*.

A cartografia aqui construída pode ser lida de qualquer ponto, não é preciso começar do início e nem seguir a ordem sobre a qual coloco a experiência que tive e as histórias que compartilham comigo – são histórias que se entrecruzam inúmeras vezes. Optei por contar essa cartografia dividindo pelos espaços e os personagens que o e se

transformam cotidianamente, os personagens aqui são humanos e não-humanos, que ajudam a compor essa cadeia rizomática que constitui o território.

Utilizando os mundos possíveis criados por Ítalo Calvino em cidades invisíveis, diria que:

Por esses portos eu não saberia traçar a rota nos mapas nem fixar a data de atracação. Às vezes, basta-me uma partícula que se abre no meio de uma paisagem incongruente, um aflorar de luzes na neblina, o diálogo de dois passantes que se encontram no vaivém, para pensar que partindo dali construirei pedaço por pedaço da cidade perfeita, feita de fragmentos misturados com o resto, de instantes separados por intervalos, de sinais que alguém envia e não sabe quem capta. Se digo que a cidade para a qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procurá-la. Pode ser que enquanto falamos ela esteja aflorando dispersa dentro dos confins do seu império; é possível encontrá-la, mas da maneira que eu disse. (Calvino, 2003, p. 157)

2.3) MAPA-CAMINHADA: DEVIR CRIAÇÃO

Diferente é o rizoma, mapa e não decalque. Fazer o mapa, não o decalque. (Deleuze e Guatarri, 1995, p. 20)

Mapas são possibilidades de criação, possuem um elemento performático, no qual o cartógrafo pode representar um pouco daquilo que viveu, viu ou sentiu em determinado lugar. Concordamos com Maria Luísa M. Nogueira (2013) que “Um mapa da cidade é um discurso urbano.” (p. 42). Nesse sentido, mapa se opõe a decalque, pois não é cópia, é criação, está no nível da experiência, trazendo afetos, materialidades, encontros:

Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. **Ele faz parte do rizoma.** O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. (Deleuze e Guatarri, 1995, p. 21, grifo nosso).

Como já afirmamos compreendemos a importância do decalque, é necessário planificar a cidade que queremos, mas essa planificação não poderia abarcar uma construção mais coletiva? Trazer consigo o verdadeiro sentido do direito à cidade? O mapa, portanto, tem a característica de ser sempre aberto, penetrável, por meio dele podemos intervir criando conexões, experiências, materializar (ainda que por algum tempo) afetos.

Os mapas que apresentaremos nas próximas páginas foram retirados da plataforma digital Google Earth, intervimos sobre eles indicando as caminhadas que fizemos ao longo da pesquisa. Ao intervir sobre esses mapas, fui tomada por lembranças, cheiros, percepções, mostrando a potência de se fazer uma pesquisa considerando as linhas que compõem um território, pesquisa cartográfica, em movimento e, também, com caminhadas, com pés no chão:

É possível ver com os pés e com tudo mais que os passos carregam. Ver a cidade com os pés é, assim, um jeito de penetrar em sua materialidade textual. O movimento, por sua vez, não é sempre apreensível pela memória; há experiências que a memória não é capaz de capturar, pois elas caem em outras formas de representação. Mesmo que se queira

repetir um movimento, como na dança, seguir uma coreografia, ou uma cartografia, *o movimento nunca será igual*. Os passos são preenchidos de afeto, do que a memória amou. O que não pode ser ensinado, apenas vivido. (Nogueira, 2013. p. 41).

Foi possível, a partir dessa intervenção nos mapas já dados, iniciar um processo de materialização daquilo que vivemos, percebendo um conjunto de experiências, espaço, afetos, encontros, contato com a diferença; foi possível reorganizar nossa experiência no território. Perceber por onde caminhamos, se caminhamos por um espaço mais vezes, quais áreas não caminhamos, tentando entender o porquê. Alguns trajetos indicados no mapa foram feitos mais de uma vez, e muitas vezes as mesmas ruas ou becos faziam parte de diferentes caminhadas, com diferentes pessoas, o que modificava a experiência no local, visto que a cada ida a determinados espaços eles iam se reconfigurando em novos lugares, a cada caminhada íamos agregando experiências e significações.

Consideramos que ver o mundo com os pés e em contato com o outro é também produzir subjetividades, ter encontros intersubjetivos, talvez. Félix Guatarri (1992) em *Caosmose* aponta essa produção de subjetividade e sua relação com experiências localizadas no espaço:

O alcance dos espaços construídos vai então bem além de suas estruturas visíveis e funcionais. São essencialmente máquinas, máquinas de sentido, de sensação, máquinas abstratas funcionando como o “companheiro” anteriormente evocado, máquinas portadoras de universos incorporais que não são, todavia, universais, mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma re-singularização liberadora da subjetividade individual e coletiva. (Guatarri, 1992, p. 158).

Segundo o autor as subjetividades são produzidas no espaço e também produzem espaços, por meio de uma relação com máquinas de sentido, podendo construir subjetividades ricas a nível individual e também coletivo; ou subjetividades esmagadoras, por meio de uma uniformização, uma não consideração da diferença. Nesse ponto, consideramos importante trazer, novamente, a discussão da contínua (trans)formação dos lugares, segundo Cássio V. Hissa e Helena Corgosinho (2006) o movimento da alteridade também é responsável pela constituição do lugar.

A alteridade é a relação com o outro e esse encontro conduz à produção de sentidos diversos. As caminhadas são movidas por essa alteridade, caminhando com o outro, lado a lado é possível conhecer suas experiências, o que aquele espaço significa para ele, quais as lembranças emergem, quais os afetos circulam, conhecer os sentidos de moradia. Esses

sentidos são movidos por afetos, alteridade, processos subjetivos, resistências, partilhas do comum – são produzidos transversalmente e responsáveis pela contínua transformação dos espaços. O mapa também pode apresentar esses sentidos, na medida em que também é da ordem da experiência:

Todo mapa é tentativa de síntese, composta também pelos modos de olhar do cartógrafo, do momento socio-histórico, de seus endereçamentos. É interessante pensar que o cartógrafo urbano tem que estar mergulhado naquilo que cartografa. Se produz a partir da distância, corre o risco de ficar somente no plano formal, sem acessar o plano dos afetos. Os mapas são sempre criados. Modos de olhar. Os mapas são compostos de representação e perspectiva, de subjetivação e alteridade; da relação movimento, tempo e espaço. (Nogueira, 2013, p.44)

A nossa crítica ao decalque aterriza exatamente nisso, por ser da ordem da cópia e da reprodução, decalcar é, muitas vezes, ação que não passa pelo âmbito dos afetos. Ao olhar apenas para o decalque, corre-se o risco de construir cidades sem corpos, sem vida.

Produzimos os mapas posteriormente as nossas caminhadas, já havíamos vivenciado e passado por aqueles locais, o que deu outro sentido: essas linhas que indicam os trajetos indicam muito mais do que apenas o andar por esses locais, indicam encontros com outras pessoas, lembranças que cada uma teve – os sentidos de moradia construídos ao longo da vida e trajetória de cada um. No capítulo seguinte, no qual desemaranharemos as linhas, mostraremos processos de resistências, histórias, memórias, vivências múltiplas no espaço, modos de construções subjetivas mergulhando/relacionando o que foi vivido com teorias:

Pesquisar é se aproximar de questões tomadas como relevantes e mergulhá-las em teorias que fazem pensar. As teorias, ao nos interrogarem, porque também nos fazem pensar, direcionam questões para as próprias perguntas de pesquisa. Esse exercício teórico, que parece bastante complexo, é que conduz a ideia de que toda pesquisa se inicia com um processo: o de problematizar, identificado como aquele que põe em dúvida e, portanto, nos questiona a todos e, principalmente, interroga àquele que pergunta e pesquisa. (Hissa, 2019, p. 31 e 32)

Apresentaremos também mapas mostrando os trajetos com cada pessoa que conversamos, em cada um estão registradas as caminhadas dialógicas ou o trajeto feito para chegar até essas pessoas, quando a caminhada em conjunto, por algum motivo, não era possibilitada.

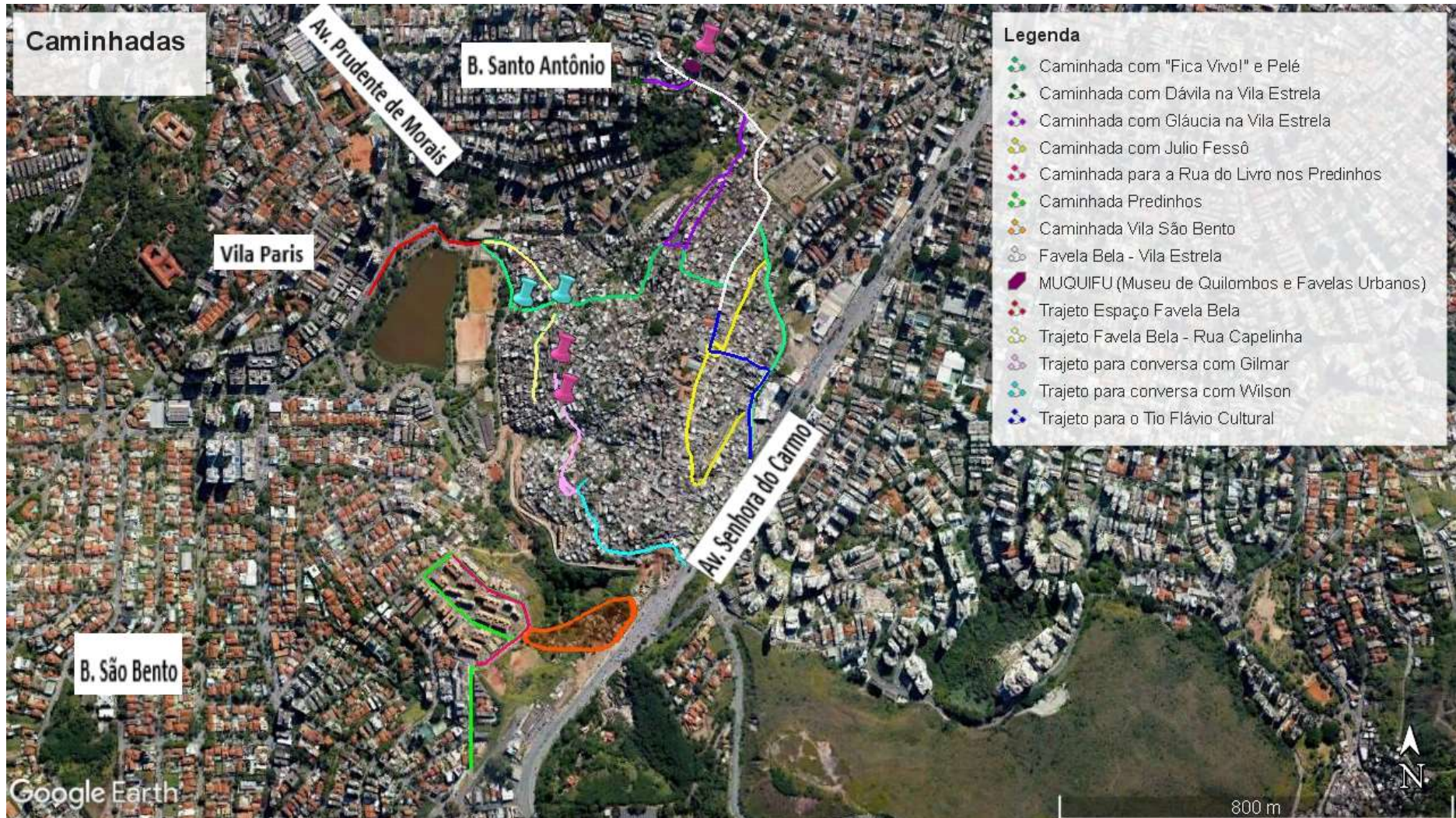


Figura 1: Mapa – caminhadas

Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenção da autora

3) DESEMARANHANDO LINHAS

3.1) NOSSO CHÃO

- Você viaja para reviver o seu passado? – era, a esta altura, a pergunta do Khan, que também podia ser formulada da seguinte maneira: – Você viaja para reencontrar o seu futuro?

E a resposta de Marco:

- Os outros lugares são espelhos em negativo. O viajante reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e o que não terá. (Calvino, 2003, p. 31)

Minha trajetória me leva novamente a uma viagem na Favela Santa Lúcia. Como já apontado, algumas perguntas para essa pesquisa foram construídas a partir do que vivenciei e acompanhei enquanto extensionista do Programa Polos. Nessa época, como já explicitado, o PVV estava em fase inicial de implantação e os moradores denunciavam algumas violações de direitos cometidas pela URBEL¹⁵, como valor irrisório das indenizações e os entulhos¹⁶ deixados pela intervenção, tornando o local inóspito.

Os questionamentos iniciais que moveram essa pesquisa foram construídos a partir dessas problemáticas e pelo contato que tive com os moradores. Naquele momento, já sabia que o cotidiano vivido era muito mais complexo e potente, e os mecanismos e técnicas utilizados pela intervenção, muitas vezes, não conseguiam capturar tal complexidade. Outras experiências de pesquisa envolvendo cidade foram importantes para pensar o *espaço* como tema de estudo para a psicologia e, portanto, para uma futura pesquisa. Antes de retornar ao Santa Lúcia, sabia que não encontraria o mesmo lugar, visto que os lugares não cessam em se formar, estão sempre em contínua (trans)formação, por meio do movimento da experiência daqueles que por eles passam:

15 Essas problemáticas fizeram com que em 2016 o Ministério Público Federal produzisse um inquérito civil público com o seguinte objetivo: “A presente ação tem como objetivo interromper, mitigar e reparar violações de direitos na execução do Programa Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia, localizado no município de Belo Horizonte/MG.” (Ministério Público Federal, 2016, p. 2)

16 O Programa Polos produziu, em 2015, um documentário intitulado *Entulhos* em parceria com moradores e lideranças comunitárias da Favela Santa Lúcia, denunciando as graves violações de direitos ocasionadas pelos entulhos da intervenção, os moradores relatam aparecimento de insetos, ratos, tornando o local de moradia inóspito. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=wtdJS2ke5Ow>

Vários desses movimentos que fazem os lugares são feitos das relações entre os indivíduos e os seus próprios lugares. Entretanto, ainda há o que dizer sobre os movimentos. Todos eles são originários do homem, dos seus olhos que emprestam significado às coisas, aos objetos e aos próprios fixos que, assim, já assumiriam um caráter originário dos interiores dos indivíduos. (Hissa e Corgosinho, 2006, p. 10).

Encontrei outro *lugar* que foi se transformando também ao longo da pesquisa. É importante salientar que buscamos compreender o espaço da Favela Santa Lúcia por meio de sua apropriação, sua transformação em lugar. Como já foi dito, o espaço não pode ser considerado a priori, apenas em sua dimensão física:

Isto é, a noção de espaço, com a qual trabalhamos, leva-nos a pensá-lo a partir do movimento que sobre ele e com ele os atores sociais realizam a construção de suas emoções e representações. Assim, o espaço deve ser considerado a partir de sujeitos sociais e de sua história que é, por sua vez, inscrita no espaço, no construído e no que se apresenta também pela invisibilidade. Rigorosamente, somos então orientados a pensar a subjetividade também através da dimensão espacial. Ora, também não é possível construir uma análise do espaço “em si” – seria o mesmo que fazer uma análise do tempo. O espaço deve ser percebido “pelos sujeitos” que nele se movimentam, pela apropriação que dele é feita. (Nogueira, 2009, p. 73)

Nesse sentido, apresentamos aqui o *território-rizoma* de nossa cartografia – falando um pouco de sua história e a ação dos seus habitantes ao longo dos anos. Para tanto, apontaremos também a problemática que envolve o imaginário social sobre a favela e que o *Vila Viva* acaba por corroborar, algo recorrente no relato dos moradores, formado por uma *alteridade* que, muitas vezes, coloca o habitante da favela como *um outro desqualificado*.

Para essa cartografia, chego ao Santa Lúcia no primeiro semestre de 2018, mais precisamente em 12 de junho. Nesse dia, havia marcado uma conversa com uma família que se mudou para os apartamentos ou, como dizem os moradores, para *os predinhos*. Começo assim a desemaranhar as linhas que compõem aquele território: histórias, resistências, cheiros, percepções – tempo de caminhar literal e metaforicamente.

Os moradores contam que a favela é formada por cinco vilas (Vila Estrela, Vila Barragem Santa Lúcia, Vila Santa Rita de Cássia, Vila Esperança e Vila São Bento.). Dessas vilas, duas serão completamente removidas pelo PVV – a Esperança e a São Bento, sendo que a primeira já passou pelo processo de remoção. É importante salientar que o território é localizado na região centro-sul da capital mineira, cercado por bairros de classe média alta, tornando-o espaço de grande disputa imobiliária.

Segundo informações do PGE – Plano Global Especifico¹⁷, estudo realizado pela URBEL e no qual o PVV se baseia, a Favela Santa Lúcia é formada apenas por três vilas: Barragem Santa Lúcia, Estrela e Santa Rita de Cássia. O estudo foi realizado entre 1999 e 2003. No relatório final, que mostra a identificação do território, há menção à Vila São Bento ou Bicão (como se fossem a mesma coisa), denominada como um assentamento recente em uma área de risco. Nesse documento não há menção à Vila Esperança, que no território também era conhecida como Vila do Bicão. Nas caminhadas anteriores e para essa pesquisa fica evidente a existência dessas duas vilas, com as denominações de Vila São Bento e Vila Esperança (ou Vila do Bicão). Esse fato mostra uma disparidade no discurso produzido por aqueles que habitam o território e pela URBEL.

De acordo com Juvenal Gomes (2011) as pessoas começaram a ocupar esse local em 1885, dois anos antes da inauguração oficial da cidade de Belo Horizonte. A Vila Estrela, tal como conta os moradores, foi a primeira a ser ocupada:

Conforme os moradores mais antigos, a Vila Estrela seria a primeira vila a se formar no Aglomerado. Sua ocupação teria se dado por um grupo de descendentes de escravos que chegaram juntos a essa região no início do século passado e afirmavam tê-la recebido por meio de documentação oficial de seus donos anteriores. (Gomes, 2011, p. 31)

Posteriormente, a vila Barragem Santa Lúcia foi erguida onde antes se localizava a Fazenda Cercadinho, que deu lugar à antiga Colônia Agrícola Afonso Pena (1899-1914). Para a nova capital, o governo havia criado colônias agrícolas que funcionaram como um cinturão verde para abastecer a cidade. Nesse mesmo local também havia a olaria denominada Cerâmica Santa Maria, que produziu cerâmicas utilizadas para a decoração de várias casas de Belo Horizonte. Após alguns anos, a cidade se modernizou e a colônia agrícola foi perdendo a sua causa de existir. Fato que fez com que o governo parcelasse as terras, o que constituiu os bairros São Bento, Santo Antônio, Cidade Jardim, entre outros. No local da antiga colônia só restou a fazenda do Senhor Diomar. Em meados da década de 1960, com o êxodo rural, muitas famílias vieram para a capital em busca de novas oportunidades. Sem terem para onde ir, acabaram por ocupar terras que estavam vagas – começa a surgir assim a Vila Barragem Santa Lúcia. (Furiati, 2014)

17 Como já afirmado conseguimos, por meio da Lei de Acesso à Informação, cópia dos relatórios frutos do PGE, sobre os quais nos baseamos para introduzir informações produzidas pelo poder público acerca do território.

A Favela Santa Lúcia não é um território homogêneo, suas cinco vilas têm estruturas de ocupação e histórias diferentes. Desde a chegada dos primeiros moradores muita coisa mudou – chegaram pessoas, outras foram embora; houve tempos de paz outros nem tanto, manifestações coletivas. Quantas histórias compõem aqueles morros e becos?

Os moradores mais antigos contam que quando chegaram naquela área não havia nenhum tipo de infraestrutura, o que dificultava a reprodução das necessidades básicas para se viver, as casas eram precárias, e em menor quantidade, havia muitas árvores e os modos de vida se assemelhavam aos do interior. Aos poucos alguns progressos foram chegando, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA instalou uma torneira no alto do morro onde hoje se localiza a Rua São Tomáz de Aquino: as pessoas faziam fila para pegar água e abastecer suas casas. Outros recursos vinham de mutirões feitos pelos próprios moradores. O fato de os serviços chegarem tardiamente ao território indica uma relação com a história da utilização das técnicas e sua distribuição por meio de decisões políticas e econômicas, tal como nos indica Milton Santos (2008). A distribuição dos objetos técnicos é feita de forma desigual pelos vários territórios da cidade, sendo a favela ou outros espaços considerados periféricos os últimos a receberem os serviços.

O território tem uma ocupação similar à de outras favelas do Brasil, sendo constituída devido à “falta” de espaço na cidade formal planejada, visto que seu surgimento remonta à época de construção da cidade, mas suas histórias são singulares, cada pessoa que passou por ali tem uma história para contar, nesse sentido, apesar de serem frutos de um planejamento urbano desigual, as favelas não podem ser vistas de forma homogênea. Nessa escrita, obviamente, não iremos esgotar todas as histórias presentes no território da Favela Santa Lúcia, mas acreditamos que os encontros potentes com os moradores nos ajudaram a construir uma cartografia que conta desse cotidiano vivido e que por ser do âmbito dos lugares em formação, não são captados pela intervenção *Vila Viva*, que considera em grande parte do tempo, como vamos ver a seguir, o espaço enquanto uma estrutura física estática.

Como já afirmamos, o *Vila Viva* é alvo de críticas, mostrando as violações de direitos cometidas pela URBEL. A partir disso, é possível compreendermos que o tratamento que o PVV direciona para as favelas é aquele presente no imaginário social ainda em voga, que coloca a favela como local da marginalidade (Nogueira, 2009) e, que, portanto, deve ser extinto ou descaracterizado. Apesar de compreendermos certos avanços em relação à política urbanística da capital mineira, visto que anteriormente o foco era a remoção das famílias que viviam nas favelas (Libânio, 2016), entendemos que o *Vila Viva*, mesmo priorizando o reassentamento de famílias no território, não dialoga com as formas de vida e de ocupação existentes naquele

espaço. Ressaltamos que não defendemos a não existência de intervenções nos espaços, mas a nossa defesa é por uma intervenção pensada por meio de outra lógica, em que haja uma participação real e se leve em conta os sentidos de moradia produzidos ao longo dos anos por aqueles que habitam determinado espaço. Ao pensar, como nos aponta Paola B. Jacques (2011), que o direito à urbanização, ao acesso a serviços não é algo atualmente contestado, estaríamos agora em uma era que busca por direito à participação? O direito à cidade, proposto por Lefebvre, torna-se cada vez mais atual, direito a uma vida cidadina plena e não somente a acesso aos serviços, direito a uma liberdade na cidade e, ainda, de construção de materialidades subjetivas mais ricas, de alteridades mais potentes.

É tempo de desemaranhar. Nas próximas páginas contarei sobre o Padre que se descobriu naquele local, um homem que conta as histórias do Grupo de Jovens e suas andanças pela comunidade; mulheres que ajudam a construir cotidianamente a Vila Estrela; famílias que foram para os predinhos, mas não deixam de retornar ao morro (ainda que em suas memórias); um artista plástico que retrata em sua arte a realidade da favela; um líder comunitário que deseja a todo tempo integrar a favela à cidade (ou a cidade à favela); um homem que com sua fala saudosa conta das vivências na vila São Bento e as histórias dessa vila que resiste à desapropriação pelo Vila Viva. A decisão sobre citar ou não o nome verdadeiro dos moradores foi de cada um. Como cartografar é experienciar, falarei também sobre a minha vivência em eventos na comunidade. Cabe aqui ressaltar que não se trata de romantizar a favela. Nas histórias que estarão nas próximas páginas há, sobretudo, resistência a um modelo de sociedade excludente, que cria espaços segregados.

Morador	Lugares	Profissão
Junio Moreira	Vila Predinhos	Advogado
Sinésia Garcia	Vila Predinhos	Diarista
João Benício (Nome fictício)	Vila Santa Rita de Cássia (antigo morador da Vila São Bento)	Pedreiro
Ana Fernandes	Vila São Bento	Cuidadora
Fabiano Valentino (Pelé)	Rua H, Espaço Favela Bela	Artista plástico
Júlio César Evaristo (Julio Fessô)	Vila Santa Rita de Cássia	Mobilizador Social
Gilmar Calisto	Rua Capelinha	Secretário
Dávila Rocha	Vila Estrela	Aposentada
Gláucia Rocha	Vila Estrela	Técnica de enfermagem
Mauro Luiz da Silva (Padre Mauro)	Muquifu e Capela Maria Estrela da Manhã	Padre e pesquisador
Juvenal Gomes	Bairro Floresta / regional leste (BH)	Professor, pesquisador e historiador

Tabela 1: Nome dos moradores e lugares onde vivem e/ou circulam frequentemente e a profissão de cada um

3.2) LUGARES E SUAS MUDANÇAS

Espaços por onde caminhamos: Unidades habitacionais verticalizadas ou predinhos – Rua Crucis (por onde chegamos) Rua João Evangelista Pinheiro, Rua Manoel Guilherme Roscoe e Rua Emílio Pinheiro de Barros.



Figura 2: Trajeto das caminhadas feitas na área dos predinhos
Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenção da autora.

Em meio a casas enormes, cuja representação nos indica que ali habitam pessoas de classe média alta, localizam-se as primeiras unidades habitacionais construídas pelo PVV. É inevitável não perceber a diferença na utilização das ruas: ali próximo aos predinhos sempre tem alguma criança brincando, algum carro passando devagar vendendo alguma coisa, algo que nos trajetos dentro do bairro vizinho não consegui identificar. Apesar de haver essa movimentação na área dos predinhos, ela é bem menor do que a vivenciada nas andanças pelos locais do morro onde a intervenção não descaracterizou totalmente a paisagem da favela. Ainda assim, esse movimento de pessoas, afetos e encontros nos indica que os habitantes da favela têm outra forma de vivenciar a cidade, ou de aproveitar os espaços públicos, na falta de uma praça (que não foi construída pela intervenção), a calçada vira banco para conversas e a rua espaço para as brincadeiras. O mapa acima mostra os trajetos/caminhadas que fizemos nessa região – fizemos esses trajetos inúmeras vezes.

Ao pensar nas intervenções estruturantes, a primeira questão que emerge é voltada para a mudança estrutural pela qual a favela passa. O PVV é focado, sobretudo no aspecto físico do território, com a abertura de becos, alargamento de ruas, bem como outras obras viárias. Ao longo da nossa cartografia, percebemos que questões próprias do cotidiano da favela, muitas vezes, não são abordadas no projeto.

É fato que a favela precisa de mudanças estruturais, os próprios moradores apontam que a situação de vida, muitas vezes, é precarizada devido ao espaço físico em que vivem. Há alguns locais sem saneamento básico e becos que dificultam a mobilidade em alguns momentos. No entanto, é necessário compreender que na favela o espaço é construído para atender à necessidade dos que ali vivem, isto é, o cotidiano vivido ajuda na transformação contínua daquele espaço, sem ações do poder público, os moradores se uniram e ainda se unem para prover melhorias ao local de moradia. Nesse sentido, é de extrema importância uma participação real da população na tomada de decisões, visto que ao alterar o espaço, também são alterados os sentidos de moradia e a forma como os indivíduos vão se construindo subjetivamente, a participação não pode ser apenas algo para cumprir o protocolo, mas deve ser ativa nas tomadas de decisões.

Como nos aponta Paola B. Jacques (2011) atualmente o direito à urbanização não é mais contestado quando pensamos na favela, a questão ultrapassa a ordem social e política, absorvendo também uma dimensão cultural e estética. É preciso, portanto, compreender que a arquitetura das favelas segue uma corporeografia, a estética não é somente das casas, mas acompanha a forma como os moradores da favela se mostram para o mundo, isto é, também

está presente nos processos subjetivos, é uma estética que vai se modificando pela fluidez do movimento – é o que a autora define como *ginga*, uma *estética da ginga*.

Se a *ginga* está associada também à arquitetura do lugar, entendemos que o PVV ao implantar um novo tipo de moradia, mais verticalizado e rígido, devido à impossibilidade de mudanças estruturais posteriores, também impõe outra corporeografia. Izabel Melo (2009) aponta uma importante discussão sobre a estética das favelas ser, muitas vezes, confundida com a precariedade do espaço:

Duas questões diferentes estão sendo tratadas neste caso como se fosse a mesma coisa: 1) a precariedade de infra-estrutura da favela e o baixo investimento em suas moradias que acarretam uma precariedade e instabilidade da construção e 2) o aspecto formal, estético da favela. Esta distinção é, a nosso ver, essencial para construção de uma proposta que se adeque ao espaço da favela e suas demandas cotidianas e caminhe para melhoria de qualidade de vida de seus habitantes e para duração das intervenções. A precariedade da favela não está diretamente associada à sua forma, ao seu padrão de ocupação e de apropriação dos espaços. (Melo, 2009, pp. 115 e 116).

Essa discussão é extremamente importante, pois nos leva a questionar, mais uma vez, o modelo de habitação utilizado pelas intervenções estruturantes, indicando que, muitas vezes, tais programas de urbanização atrelam diretamente a estética da favela (aqui considerada rizomática), como causa de sua precariedade. Entendemos, como já apontado, serem necessárias atuações do poder público nessas localidades, com o objetivo de introduzir materiais técnicos para a melhoria da qualidade de vida da população. No entanto, seria possível pensar outras formas de intervenção que não sigam um modelo de habitação verticalizado?

Paola B. Jacques (2011) aponta que as intervenções estruturantes que removem os moradores da favela para unidades habitacionais, caracterizadas como “cartesianos modernistas”, são embasadas na ideia de que, para integrar a favela a cidade, é necessário adequá-las aos padrões da cidade formal, movidos por uma racionalidade que assume outra temporalidade. O tempo de construção na favela é outro: os barracos parecem nunca estarem prontos, sendo, muitas vezes, possível construir um cômodo a mais de acordo com a necessidade da família. Já os apartamentos são movidos por outra temporalidade estrutural física, não é possível mudar a estrutura do lugar. Além disso, o modelo habitacional seguido pelo PVV é baseado nos moldes do *Minha Casa, Minha Vida*, um programa de acesso à moradia em âmbito federal. A escolha para esse modelo de habitação, verticalizado, parede em cima de parede, tem uma face econômica envolvida, pois constitui como uma alternativa de baixo custo para a construção de moradias populares (Libânio, 2016).

No Santa Lúcia, a intervenção já aconteceu e está em vias de ser concluída. Vários moradores já foram realocados de suas casas originais e reassentados para unidades habitacionais verticalizadas. Começamos a desemaranhar as linhas e nosso primeiro ponto de territorialização desse rizoma aconteceu nas Unidades Habitacionais. Conversamos com duas pessoas¹⁸ que se mudaram, junto com suas famílias, de suas casas originais – Junio César Moreira, que vivia na Rua Tarde Azul (próxima à rua principal) e Sinésia Garcia, que vivia no Beco Santa Rita (próximo à Rua São Tomás de Aquino).

O primeiro contato foi com a família Moreira. Eles moram em um apartamento de três quartos, sala conjugada com cozinha, um banheiro. Ao todo, moram seis pessoas na casa. Estavam presentes Junio, sua mãe e sua irmã. Com a família Garcia o contato foi posterior, eles moram em um apartamento de dois quartos e lá vivem Sinésia (com quem conversei) e seus dois filhos. Ambas as famílias apontam estar felizes com o novo local de moradia. Nas duas casas fui recebida com muito afeto e atenção.

O espaço dos predinhos, onde caminhamos e conversamos com essas famílias, localiza-se do outro lado do morro, sendo separado do restante da favela pelo espaço onde se localizavam a Vila Estrela e a Vila São Bento, e onde será construído um parque ecológico. As famílias apontam tanto pontos positivos pela mudança, quanto pontos negativos, indicando que novos sentidos de moradia estão sendo construídos ao longo do tempo – a experiência na nova moradia vai se reconfigurando, novos afetos vão sendo criados e outras problemáticas vão surgindo.

Como indica a imagem abaixo, a área com círculo laranja é onde se localizam os predinhos; na área com o risco também laranja, localiza-se a Vila São Bento (onde será construído o parque ecológico); e, do outro lado, a área com círculo verde, é onde se localizam as outras vilas da favela.

18 Junio Moreira e Sinésia Garcia, são nascidos e criados na Favela Santa Lúcia. Junio é advogado e Sinésia diarista.



Figura 3: Localização dos predinhos

Fonte: Imagem retirada de satélite do Google Maps com intervenções da autora

Uma das primeiras problemáticas e pontos positivos sobre a mudança que encontramos nas nossas andanças e conversas foi sobre *certo rompimento com a estigmatização* que os moradores de favela sofrem. Esse processo envolvendo as famílias residentes da favela é algo que acompanha os moradores: Sinésia aponta que “sentiu isso na pele várias vezes”, sobretudo quando ia utilizar algum serviço e, ao informar o seu endereço, dizendo que morava em um beco, era tratada de forma diferente. Hoje, sinaliza que não tem mais vergonha de falar onde vive:

Mas eu só tenho que agradecer, por exemplo, uma coisa sabe que eu reparei? Hoje eu não tenho mais vergonha de falar assim onde eu moro, porque antes eu sentia muita discriminação, por falar assim: eu moro no beco tal, lá é o lugar que eu amo, o lugar que eu nasci, que eu sempre vivi, que eu conquistei com meu suor, porque lá eu tinha minha casa, eu sai da casa dos meus pais, mas o fato de você falar que mora na favela sofre muita discriminação, até mesmo pras pessoas virem e prestar um serviço pra você, você não consegue. (Trecho da conversa gravada com Sinésia)

Esse sentimento de vergonha, que Sinésia aponta que sentia, é em decorrência do sentido construído sobre a favela no imaginário social, colocando aquele espaço como lugar da violência e marginalidade. Lícia Valladares (2000), em seu estudo sobre a origem das favelas cariocas aponta que desde o início da existência da favela, esse pensamento já vigorava no imaginário social construído acerca desses locais, como local improvisado, de crescimento desordenado, de extrema pobreza, onde habitavam pessoas violentas: *os marginais*.

Esses processos de estigmatização, construídos desde o início da constituição das favelas, que foram no início a alternativa que as pessoas pobres encontraram para viver na cidade formal, ainda reverberam, tal como indica a fala de Sinésia, no imaginário atual acerca da favela. Lidar com esses processos de estigmatização é desgastante para os moradores, tendo também uma dimensão psíquica, subjetiva:

Uma vez eu fui lá no lifecenter, eu tinha um procedimento pra fazer lá, cara na hora que a recepcionista perguntou onde eu morava e eu falei, ela riu da minha cara sabe? Quando a pessoa ri com deboche? Ai eu peguei, porque eu tinha falado né? Moro no morro do papagaio, no beco Santa Rita, ela riu da minha cara com deboche, eu fiz cara de paisagem na hora e eu fiquei muito triste, mas eu falei assim: vou fazer de conta que eu não entendi, mas eu fiquei com aquele trem assim pensando: **gente, porque isso? Porque que as pessoas fazem isso com as outras, por causa da onde elas moram, não é assim**, as coisas não podem ser assim, eu to aqui pagando um serviço que eu preciso, eu moro lá em cima, mas esse dinheiro é suado, esse dinheiro foi trabalhado, eu to pagando não precisa dela rir, **mas eu tava tão abalada que se eu abrisse a boca pra falar, eu ia chorar e ai eu não ia me segurar**, eu sai, eu virei as costas, mas fiquei com aquilo entalado (Trecho da conversa gravada com Sinésia, grifo nosso)

O termo estigma, tal como propõe Erving Goffman (1988), foi construído na Grécia para se referir aos sinais corporais utilizados para evidenciar algum aspecto moralmente ruim sobre quem os apresentava. Os processos de estigmatização funcionam como depreciadores de determinado grupo ou coletivo social, que de certa forma não se encaixam nos padrões normalizantes definidos e construídos socialmente, estabelecendo ações de exclusão e preconceito:

Combinando crenças e juízos de valor com predisposições emocionais, o preconceito gera um tratamento desigual dirigido a um grupo ou categoria particular, sendo usado ideologicamente para justificar alguma espécie de opressão social ou como forma de auto-defesa. A ação do preconceito é facilmente perceptível na história desses moradores e surge como uma marca (no sentido literal da palavra: estigma) que pode deslizar tanto do coletivo para o individual, quanto do social para o sujeito – em qualquer dos casos, gera sofrimento e desgaste psíquico experimentados de forma crônica e não transitória. (Nogueira, 2004, p. 104)

Entendemos, a partir do relato das duas famílias com as quais conversamos, que a mudança para os predinhos significa morar em um local não estigmatizado pela estética do espaço e as problemáticas que o compõem, abrindo possibilidades para um novo sentido de cidadania, seja ao receber uma conta de luz com CEP registrado ou recebendo encomendas em casa:

Apontam também a questão da favela ser área de risco, por exemplo, correspondência não chega até a casa, porque os correios não entregam. Nos predinhos isso não acontece. (Trecho do Diário de Campo com a família Moreira)

Maryana, eu sempre morei no beco, e eu vou te falar uma coisa, não ri de mim, mas no dia que eu peguei a primeira conta de luz sabe? Menina, aquilo dali era só pra falar assim, da onde que era, não ri de mim, onde era a casa, menina quando eu li ali rua, número tal, CEP tal aquilo mexeu comigo que você não tem noção, mas eu fiquei tão feliz, mas tão feliz, mas é uma coisa tão boba, tão boba, porque é assim, o que que muda? Muda o endereço, porque agora você vai poder falar o seu endereço e ninguém vai rir de você ou vai te maltratar, porque você não mora mais no beco, ah isso é muito ruim. (Trecho da conversa gravada com Sinésia)

No entanto, mesmo reconhecendo esses pontos positivos, esses relatos também fazem emergir outros questionamentos: mas e as famílias que ficam? Os programas de intervenção contribuem para mudar o sentido que a cidade formal atribui à favela? Em alguns diálogos com moradores que não se mudaram, eles apontam que a intervenção foi pensada, sobretudo, para a cidade formal, ou asfalto, como eles definem as áreas que não fazem parte da favela. Entendemos que o estigma ainda permanece, no entanto existem iniciativas que buscam mudar esse pensamento – sobre a qual falaremos mais à frente na parte intitulada *Políticas do espaço*.

Além disso, nos questionamos se esse alívio psíquico trazido pela mudança ao novo local de moradia, até que ponto não pode ser identificado como um processo de *inclusão perversa*? Bader Sawaia (2000) aponta que processos de exclusão devem ser compreendidos por meio de um movimento dialético entre exclusão/inclusão, no qual “a sociedade inclui para excluir”. No caso do Vila Viva, por exemplo, foi preciso descaracterizar o local de moradia da favela para incluir, para possibilitar novos sentidos de cidadania, tal como indicado por Sinésia e Junio. A dialética envolvendo processos de exclusão/inclusão é complexa e influenciam diretamente na produção subjetiva:

A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação

econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência. (Sawaia, 2000, p. 9).

Ao influenciarem a produção subjetiva, também influenciam os sentidos de moradia e ocupação dos espaços. A partir do exposto é possível afirmar que o *Vila Viva*, ao desconsiderar a estética da favela, não contribui para mudar o estigma e preconceito que envolve esse local. Por outro lado, ao se mudarem para os predinhos, as famílias relatam a tranquilidade em viver no novo local, sobretudo, em relação à violência. Sinésia e Junio apontam que um dos aspectos positivos em morar nos predinhos é o fato de poder criar os filhos longe da violência, apesar de atualmente o morro não estar em guerra, desde sempre eles tiveram que conviver com a possibilidade de algum tiroteio, lidavam cotidianamente com o medo de perder algum familiar em meio a uma guerra entre gangues do tráfico e a polícia. A vivência no morro, apesar de trazer boas memórias, também traz esse aspecto delicado, indicando que a questão da violência também permeia os sentidos de moradia. Apesar de relatarem tranquilidade, ainda temem pelos familiares que ficaram: “não é possível viver totalmente tranquila”, como aponta Sinésia.

Além disso, outra questão importante a ser colocada é o relato de Sinésia indicando que não gostou quando ficou sabendo que teria que se mudar, sobretudo devido à estética e tamanho dos apartamentos. Poderia optar por eles ou pela indenização. No entanto com o valor que receberia pela casa em que vivia não conseguiria comprar outra moradia similar àquela dentro do morro, motivo pelo qual a melhor opção foi então ir para os apartamentos. Após aproximadamente três anos de mudança, adaptações diversas foram feitas para que esse local de moradia fosse visto como um bom local para se viver. No entanto, tanto Junio, quanto Sinésia afirmam que existem famílias que venderam os apartamentos e retornaram para as outras vilas do morro¹⁹.

Mudar para os apartamentos não significa abandonar os laços sociais, estes ainda permanecem no morro, indicando que o sentido de moradia ainda é permeado pelas vivências e significâncias que aquele local traz. As memórias ainda estão na ginga daquelas pessoas que retornam ao local. Afinal, morar, tal como compreendemos ao longo desta pesquisa, significa muito mais do que habitar uma casa. Dessa forma, uma de nossas críticas ao PVV é, sobretudo, por desconsiderar esse sentido atribuído à moradia, ao propor um movimento de morar estático,

¹⁹ Para a pesquisa não conversamos com ninguém que se encaixa nesse perfil. No entanto, em uma das reuniões para a organização da *Rua do Livro* (intervenção urbana sobre a qual falaremos mais adiante), uma das participantes conta que não se adaptou aos predinhos, sobretudo devido ao tamanho, o que a levou a vender o apartamento e comprar uma casa na Rua Capelinha, localizada na Vila Barragem Santa Lúcia.

padronizado. Compreendemos também que além de não considerar esses sentidos atribuídos à moradia para além da estrutura física, o programa também desconsidera que a moradia deve ser pensada em seu contexto histórico, social e econômico.

No texto *Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investigação da Produção Habitacional*, Silke Kapp, Ana Paula Baltazar e Rita de Cássia Velloso (2006) defendem que para se analisar o processo de produção de moradias, é preciso considerar as dimensões histórica, social e econômica, que se complementam e possibilitam perceber o fenômeno em sua multidimensionalidade. Tendo em vista essas três dimensões, as autoras afirmam que não é correto pensar em um sentido universal para o ato de morar, pois diferentes sociedades em distintos espaços e épocas construíram outros sentidos para a moradia, distintos dos que experienciamos atualmente.

Pensando nessas mudanças das formas de produção da moradia, as autoras defendem que a lógica do capital permeia a escolhas dessas formas de morar:

Não há dúvida de que as nossas maneiras de morar são parte da formação econômico-social capitalista, seja positivamente (em acordo com ela) ou negativamente (como obstáculo, resistência ou exclusão). No entanto, sua inserção nesse modo de produção abrange mais do que fenômenos como mercado imobiliário, déficit habitacional e indústria da construção. Antes de mais nada, a produção do espaço habitacional se insere na produção do espaço em geral, e, como mostrou Henri Lefebvre, essa produção é essencial à "sobrevivência do capitalismo". (Kapp, Baltazar e Velloso, 2006, p. 40).

A lógica capitalista que seleciona formas de produção do espaço em detrimento a outras, atua sob o filtro da lucratividade, sendo assim essa seleção ocorre dentre as opções disponíveis e não dentre as possíveis, como afirmam as autoras:

Especialmente no setor da construção e, mais ainda, na produção de moradias são raros os investimentos em pesquisa de inovação que ultrapassam aspectos parciais. Em geral, as investigações visam à simples "otimização" de processos já consolidados e à correção de problemas deles resultantes; facilmente elas assumem o papel de, por assim dizer, otimizar o péssimo. Esse paradoxo é característico de toda a racionalidade instrumental subjacente ao processo histórico de modernização da produção e torna-o profundamente contraditório, não apenas em relação à sociedade em geral, como também em relação à própria lógica do capital. (Kapp, Baltazar e Velloso, 2006, P. 36)

É notável a atuação dessa lógica quando são analisadas as problemáticas do *programa Vila Viva*, como já aponte, é alvo de diversas críticas desde sua primeira implantação na capital mineira, ocorrida na favela da Serra (também localizada na região centro-sul). É curioso pensar que essas críticas não fizeram com que outras formas de se pensar a intervenção fossem

adotadas (maior participação da população ou formas de moradia não verticalizadas, por exemplo), levando-me a afirmar que seguem um padrão, como afirmam as autoras, de “otimizar o péssimo” (Kapp, Baltazar e Velloso, 2006, p. 36).

Como bem pontuam o capitalismo não existe como um sistema livre de contradições depende de reformulações, intervenções e mecanismos de coerção a todo tempo, e isso também se dá na constituição dos territórios, com cidades cada vez mais excludentes, insensíveis às diferenças. Sobre a seleção das formas de morar que sobreviveram e o que elas abarcam, as autoras pontuam:

As maneiras de morar que sobreviveram e se estabeleceram na nossa sociedade não constituem o que ela poderia oferecer de melhor para a totalidade de seus membros; as moradias não são dessa ou daquela maneira por se tratar do que há de mais confortável, belo, imaginativo, prático, significativo ou fácil para seus habitantes, mas principalmente porque cabem a certo modo de produção e reprodução da sociedade, com seu regime de propriedade, suas relações de trabalho, seu ideário e seus mecanismos de aquiescência e controle. (Kapp, Baltazar e Velloso, 2006, p. 36).

Cabe afirmar, partindo dessa ideia, que no âmbito das intervenções estruturantes em favelas há uma reprodução do modo de se pensar a moradia nas cidades – casas padronizadas, que não abarcam diferentes formas de imaginar o espaço e não são funcionais para todos os sujeitos. Seria possível pensar a moradia para além desse padrão de produção? Seria possível constituir espaços nas cidades que levem em conta formas diferentes de habitar, de se relacionar com a moradia, de torná-la funcional para o seu cotidiano? Provavelmente sim, há possibilidades várias, pois, como pontuam as autoras, os modos de morar foram mudando ao longo do tempo e não existe um sentido único atribuído a essa ação, que é construída socialmente, economicamente e historicamente, abarcando dimensões subjetivas. Do mesmo modo, cabe lembrar que a produção do sujeito também é sócio-historicamente constituída.

Por abarcar essas três dimensões, um dos argumentos desenvolvidos ao longo do texto é de que não é correto analisar a produção de moradia tendo em vista apenas o seu valor simbólico e, tampouco, tratá-la como essencial para a sobrevivência humana, visto que nem sempre a humanidade precisou de moradias fixas para constituir a sua experiência com o espaço. Elas afirmam ser necessário pensar antes na questão econômica que envolve algumas maneiras de morar, por exemplo, para os mais pobres morar perto do grande centro, é uma forma de ter acesso ao trabalho, saúde e educação. Essa ideia ajuda a sustentar o argumento de que uma intervenção estruturante em favela deve ser pensada tendo em vista múltiplas dimensões do espaço. A moradia na atualidade assume um papel importante em nossas vidas, no entanto,

como essa intervenção atua no restante do território? Há criação ou manutenção de serviços públicos? O acesso à saúde, educação é influenciado (positiva ou negativamente) pela intervenção? Pensamos essa questão por compreender que os sentidos de moradia extrapolam o lugar da casa, mas também estão presentes nos espaços comuns: ruas, praças, serviços de educação, de saúde e etc.

No que diz respeito à questão econômica algo apontado por Junio, é que algumas famílias não conseguem manter a vida nos predinhos, devido à questão de renda, já que a nova moradia pressupõe novos gastos, como pagamento de luz, água, condomínio²⁰. Essa problemática acontece devido à desconsideração da dimensão econômica que envolve o direito à moradia – ao focar apenas no estrutural o Vila Viva não consegue abarcar todas as dimensões do morar. Sobre a questão da flexibilidade estrutural da casa e a mudança para um local bem menor do que vivia antes, Sinésia aponta que teve que vender os móveis de sua antiga casa, pois não cabiam no apartamento e que no início achou um absurdo se mudar para um lugar tão pequeno.

Nas conversas com os moradores compreendemos que os serviços utilizados por eles continuam sendo os mesmos de antes de se mudarem, visto que continuam na mesma localidade. No entanto, como já apontado, algo que não percebi em minhas caminhadas foi a criação de pontos de encontro, como praças ao longo da favela e até mesmo próximo aos predinhos. Ao não absorver a lógica que permeia a construção do espaço-favela, podemos compreender que o PVV visa aderir à favela esse modelo de cidade, onde os encontros são cada vez menos frequentes.

Teresa Caldeira (2011) aponta que o urbano é formado por muros, barreiras simbólicas ou não, que excluem e segregam e, portanto, não motivam o encontro e promovem certo controle, vigilância. No entanto, a autora aponta que há também nessa “estética da segurança” grupos transgressores que tentam romper com esses espaços segregados ou criar possibilidades do encontro, algo que podemos perceber ao caminhar pelas ruas dos predinhos, tal como já indicado. Esse movimento de certa transgressão nos ajuda a defender o argumento de que, de fato, a arquitetura dita erudita da cidade formal, sobre a qual são embasados os projetos estruturantes, deve aprender com os arquitetos da favela, cuja construção espacial (e subjetiva) é mais sensível aos encontros, mesmo havendo conflitos.

20 Em uma caminhada sozinha pela favela encontrei um morador que havia conhecido na época do Polos. Ele me contou que havia se mudado para os apartamentos, mas que a luz estava desligada há um mês, pois não tinha dinheiro para pagar. Infelizmente, não foi possível contatá-lo novamente para propor sua participação na pesquisa. No entanto, esse relato, ainda que breve, mostra a dificuldade de manutenção da vida cotidiana no novo estilo de moradia.

Maria Rita Kehl (2010) em um texto publicado no jornal Estado de S. Paulo, intitulado *Delicadeza*, reflete sobre o rumo que determinado ideal de urbanismo vai tornando a cidade cada vez menos sem “vida urbana”. A autora fala de São Paulo, mas suas reflexões nos permitem trazer para o âmbito também para Belo Horizonte, nossa cidade planejada e em constante (des)construção:

O que será de uma cidade que destrói todas as suas reservas de delicadeza, de graça, de modéstia? Caminhe um pouco pelas ruas de seu bairro em busca dos cantinhos que ainda não foram devastados por alguma obra grandiosa e brega. O que será de uma cidade sem varandas? Sem janelas dando para rua – e o gato que espia pelo vidro de uma delas? O que será de nosso convívio diário numa cidade sem o pequeno comércio da rua, responsável pelo território coletivo onde as pessoas aos poucos se conhecem, se cumprimentam, conversam? Uma cidade sem zonas de familiaridade? O que será de uma cidade sem as vilas com casas antigas onde o pedestre entra sem passar por uma guarita e encontra um micro-oásis de sombra e silêncio? Sem a minúscula pracinha que sobrou numa esquina onde esqueceram de construir outra coisa? Procure os lugares em que ainda seja possível o encontro entre o público e o privado, o íntimo e o estranho, o desafiante e o acolhedor. O que será de uma cidade que é pura arrogância, exibicionismo e eficiência? O que será de nós, moradores de uma cidade que despreza a vida urbana? (Kehl, 2010).

Completaria essas reflexões perguntando: o que será de uma cidade que não compreende a arquitetura, a estética da favela? Caso compreendesse poderíamos pensar em intervenções diferentes, mais participativas, fruto de uma coletividade que respeita e entende a importância da diferença:

Eu estudo lá né? Por causa do pré-enem, meus irmãos moram lá. A escola dos meninos eu mudei, porque eu achava muito perigoso eles passarem sozinhos ali naquele mato, não sei se você viu? Ali é um local que a gente não pode passar, mas tipo assim a gente vai dar a volta lá em cima? Eu já falei isso com o pessoal da URBEL, mas a resposta que eu tenho é: ali não é lugar de passar, então a gente não vai urbanizar, então ali vocês estão errados de passar, mas então por segurança eu tirei meus meninos de lá, eles estão aqui embaixo hoje na prudente, **mas tudo é lá (no morro), gosto demais, tem os trabalhos sociais lá que a gente tá sempre envolvido, pra inclusão e diversão de todo mundo. De vez em quando a gente faz aqui na rua também, a gente fez festa das crianças.** (Sinésia – grifo nosso)

Além de Sinésia e seus filhos, Junio afirma que sua família também continua frequentando o morro seja para ir à Igreja ou fazer compras. É interessante perceber esse retorno contínuo ao morro, pois na realidade, o que fica é uma ambiguidade: essas famílias vivenciam uma nova realidade social quando se mudam para locais diferentes da estrutura física da favela, pois estão nos apartamentos e próximo a casa deles não existem becos, nem ruas mais apertadas.

No entanto, o sentido de moradia, de partilha e vivências ainda corresponde ao morro, mostrando que esses sentidos ultrapassam o metro quadrado da casa, se amplificam e modificam em todo território.

Como já apontado, o *lugar* é construído a partir do significado e simbologias que as pessoas vão dando a ele – memórias, afetos, encontros, tudo faz com que o espaço vá se transformando em lugar, percebemos isso em atividades propostas no território dos predinhos, como a Rua do Livro e a festa das crianças, localizadas como possibilidades do encontro e do compartilhamento de experiências. Algo que me saltou aos olhos na última ida à favela, para uma peça de teatro produzida pela casa do Beco²¹ – pois continuo frequentando o local, devido aos laços que criei para a pesquisa –, foi a denominação no quadro de divulgação do local das apresentações da peça, da área dos predinhos, por *Vila Predinhos*. Aos poucos, aquele espaço um tanto quanto limpo demais (pela sonoridade, pelas cores, pelo padrão) vai ganhando a ginga da favela. É isso, a favela tem muito que ensinar para nós, habitantes da cidade formal, possibilidades de encontro, de partilha – de construir subjetividades mais ricas.

3.3) EM MEIOS AOS ESCOMBROS: UMA VILA QUE RESISTE

Espaços por onde caminhamos: Vila São Bento – não é possível identificar o nome dos becos, visto que o local já se encontra descaracterizado devido a total remoção da vila, apenas a rua principal da Vila ainda é nomeada pelos moradores, cujo nome é Rua professor Fábio, uma importante liderança da luta por moradia – Rua Principal – Beco Santa Inês

²¹ A casa do Beco, inaugurada em 2003, é uma importante referência cultural, localizada na Av. Arthur Bernardes, de frente para a barragem Santa Lúcia. O espetáculo que fomos assistir, intitulado “Céu na Rua”, conta sobre a infância na favela, seus desafios e potencialidades.



Figura 4: Trajeto para chegar a Vila São Bento

Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenção da autora.

Seguimos nossa viagem pela Favela Santa Lúcia e territorializamos na Vila São Bento (ou Vila Carrapato, como alguns se referem), a mais nova do nosso *território-rizoma* e que será completamente removida pela intervenção. As caminhadas por lá evidenciaram diversas violações de direitos, sendo possível perceber de forma contundente o projeto de cidade que o PVV vem defender e construir. Falaremos, portanto, das contradições que o programa assume ao desconsiderar que o espaço é, sobretudo, formado por gente. Luís Antônio Baptista (1999) escreve um importante texto intitulado *Histórias do lixo urbano*, indicando que, conhecendo os processos de exclusão (os lixos produzidos pela cidade), podemos identificar aquilo que dá

forma para os projetos para determinada urbanidade e também outras formas de existir em meio ao que não é para todos:

Dizem que, conhecendo as cidades, mergulhando em seu cotidiano, saberemos do lixo produzido, dos detritos humanos e inumanos que alimentam, adubam e fortalecem seu caráter. Por meio dos detritos descobriremos outras versões da história. Ouvindo seus dejetos, escutaremos projetos de cidades inventadas, projetos fracassados, sociabilidades criadas na resistência em que modos de morar e de sentir não eram construídos no silêncio. (Baptista, 1999, p. 98).

Encontramos na Vila São Bento, pessoas vivendo em condições muito precárias e que lutam por uma moradia digna, pelo direito à cidade, em meio a um projeto estruturante que desconsidera as vidas ali presentes. A ocupação da vila remonta a meados da década de 1990, e será removida pelo PVV, devido à constatação de risco geológico e elétrico em seu território. Constitui-se, portanto, em um caso emblemático, quando pensamos a implantação do *Vila Viva* naquela localidade, fazendo emergir discussões sobre o verdadeiro sentido do direito à cidade.

No sentido estrutural, podemos considerar que a Vila São Bento é a mais precária de toda a favela, não apenas pelas casas, algumas ainda de madeirite, mas também pelos espaços comuns, ruas e becos não calçados, além da falta de saneamento básico, eletricidade etc. O sentido que a PBH deu para a vila foi desde sempre marcado pela ilegalidade, dificultando acesso aos serviços básicos. No desenvolvimento do PGE, por exemplo, a localidade nem era considerada uma vila, apenas um assentamento precário, tal como indica o trecho a seguir:

Ocupando uma ravina com altas declividades, está inserido neste setor um assentamento recente denominado Vila São Bento, mais conhecido como Bicão. Considerado por muitos como uma das regiões de menor índice de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte, as construções vão rapidamente invadindo as encostas de forma extremamente rudimentar e sendo executadas sem nenhum padrão técnico de segurança, com diversos casos de corte vertical do terreno a poucos centímetros das casas. Localizado no fundo do vale, o beco Beira Rio orienta e articula esta nova expansão, ao longo de uma drenagem pluvial onde são jogados a céu aberto todo o esgoto e lixo das casas deste setor. A forma desordenada de ocupação potencializada pelas altas declividades, impõe ao setor uma difícil articulação de suas precárias vias à malha viária do entorno. Os principais acessos são procedidos por algumas trilhas no Bairro São Bento, pelos becos Verde e Santa Luzia e através da avenida Nossa Senhora do Carmo. (PGE Santa Lucia, p. 22)

De tom sempre desqualificante, a Vila São Bento foi abordada no PGE como uma ocupação desorganizada e em outros trechos aparece como local da violência, tráfico de drogas e criminalidade. A semelhança com os documentos trazidos por Lícia Valadares (2000) em seu estudo sobre a gênese da favela carioca é quase surpreendente.

O sentido da ilegalidade para essa área da favela foi então construído. Heloísa Costa (2006) discute essa ideia da ilegalidade atribuída a alguns espaços na cidade, buscando dar ênfase às consequências para a vida dos habitantes dessa dita “cidade ilegal”. A autora afirma que essa atribuição é baseada em uma determinada regulação jurídico-urbanística, havendo uma clara relação entre o mercado imobiliário formal, a regulação urbanística e as relações de propriedade privada. A cidade dita legal é aquela que está dentro dessa lógica, que responde aos requisitos assumidos por ela, já a cidade ilegal está à margem, formada por pessoas que não entraram nessa lógica de reprodução do capital, da propriedade privada:

No Brasil, o Estado, como regulador ou produtor de uma política urbana e habitacional de massa, de fato, nunca existiu, como tampouco existiram as condições para que o capital privado investisse de forma sistemática em habitação popular. A tentativa representada pelo Sistema Financeiro de Habitação, a partir de meados dos anos 1960, só se viabilizou economicamente para as camadas de renda média e alta da população, o que em muito contribuiu para a associação entre legalidade e privilégio, mediada por um mercado imobiliário elitizado e excludente. À margem dessa legalidade, em seus interstícios e entorno, formou-se o restante da cidade, seus bairros, ocupações, cortiços e favelas, mas áreas centrais e periféricas, em inúmeras e ambíguas combinações de informalidade, que via de regra resultam numa urbanização precária e incompleta, lugares fora das ideias, para usar a expressão de Maricato (2000), objetos de lutas sociais urbanas em prol da melhoria das condições de sua própria reprodução. (Costa, 2006, p. 149)

É importante compreender essa relação entre legal x ilegal como algo produzido por determinados interesses, que promove uma exclusão de pessoas pobres da cidade. Mesmo sendo marcado como local da ilegalidade, os moradores da Vila São Bento transformaram o espaço em lugar e desenvolveram sentidos de moradia, claro que o espaço precisa de intervenções para que as pessoas possam ter condições mínimas para reprodução das necessidades básicas para se viver. Porém, o sentido da ilegalidade impede que serviços básicos sejam destinados àquela população. Territorialmente, a Vila São Bento tem duas entradas: uma pela BR-040 (continuação da Avenida Nossa Senhora do Carmo) e uma pela Rua João Evangelista Pinheiro, por meio de uma trilha que chega à rua principal da Vila, a Rua professor Fábio.



Figura 5: Pontos de chegada à Vila São Bento

Fonte: imagem de satélite retirada do Google Maps

As discussões sobre a legalidade e total remoção da Vila São Bento perpassam o local desde a época em que fui estagiária do Programa Polos. É importante ressaltar também que grande parte das pessoas que procuravam atendimento e orientação no programa eram moradores dessa vila, fato que fazia com que muitas vezes fossemos ao local para conversar com os moradores.

Retornei à Vila São Bento em meados de 2018 e, na ocasião, fiz uma caminhada com Junio Moreira, que se disponibilizou a andar comigo pela favela, para conhecer outras pessoas que pudessem contribuir com a pesquisa. Ao chegar à vila, fui surpreendida, não imaginava que encontraria a vila São Bento tal como a encontrei, diversas famílias já haviam sido removidas, algumas foram para o programa bolsa aluguel, enquanto aguardavam os apartamentos, outros optaram pela indenização. No meu imaginário, ainda iria encontrar casas de moradores conhecidos e as demais pessoas circulando pelo local.



Figura 6: Rua Professor Fábio Alves após a remoção de inúmeras famílias

Fonte: Arquivo da autora

João Benício²² foi um dos primeiros moradores da vila e antes de se mudar para a Vila São Bento morava em outro local do morro, na casa de sua irmã. Ele conta que quando se mudou para a vila sua casa era bem precária, sempre que chovia tinha que tirar a enxurrada de lá. Ele é pedreiro autônomo e ajudou a construir muitas casas no morro, inclusive a Igreja Maria Estrela da Manhã e o Muquifu, sobre os quais falaremos mais adiante. Relata que aos poucos foi melhorando e construindo uma estrutura melhor para sua casa. Também aponta que a história da vila São Bento é marcada por lutas, visto que, já com a finalização do PGE, o destino dado para esse local seria o da remoção. Fala emocionado da ajuda do Professor Fábio Alves que foi um importante interlocutor nas reuniões com a URBEL. Não caminhei com ele na Vila São Bento, quando o encontrei um dia na Rua Principal e pedi para conversar com ele sobre a pesquisa, ele já havia se mudado para outro local do morro e a vila já tinha sido bastante descaracterizada pelo PVV. Encontrei com João Benício em uma casa que ele havia comprado, com o valor da indenização, no beco Santa Inês, local que está reformando para alugar. O mapa abaixo mostra o trajeto percorrido por mim para chegar até essa casa, nesse dia não foi possível caminhar, pois chovia muito. Não foi possível também marcar outra caminhada.

²² Nome fictício, o morador solicitou, devido a motivos pessoais, não ser identificado.



Figura 7: Trajeto para conversa com João Benício
 Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenção da autora.

Quando morava na Vila São Bento, João cedeu um cômodo de sua casa para a construção de uma capela, com o apoio do Padre Mauro, pároco da época, essa passou a ser a igreja da Vila São Bento, local de partilha e encontro de muitos moradores. Os relatos de João mostram que ao contrário do que é exposto no PGE, a Vila São Bento sempre foi mais do que uma ocupação irregular recente, mas local que tem histórias, tem afetos, tem sentidos de moradia. Quando perguntei acerca de seu sentimento sobre a vila ele afirma que sente saudades, pois o lugar parecia roça, a noite não escutava nada e podia dormir tranquilo. No local onde vive hoje, na Rua São Tomás de Aquino, ele diz não ter aquela paz durante a noite, pois mora em frente a um local que tem festas até tarde e inclusive já ouviu tiros durante a madrugada vindo de lá. Fala que quando vivia na Vila São Bento, poderia chegar do trabalho fazer um churrasco com os amigos, que ali era uma comunidade, havia uma rede de apoio/amizade naquele local.

Apesar de ser um grande admirador da vila, João não romantiza o local, aponta a falta de estrutura, mas acredita que daria para continuar vivendo ali, se a prefeitura tivesse o objetivo de investir em melhorias para o local. Relata que sobre a área de risco, conversou uma vez com um engenheiro e ele afirmou que realmente havia uma voçoroca, mas que não era em todo terreno, então seria possível solucionar esse problema sem ter que remover as pessoas daquele local. Essa questão é importante e introduz a discussão que faremos a seguir sobre o termo área de risco.

Como afirmado, desde o início da implantação do PVV na localidade, já constava que a Vila São Bento seria removida. No entanto, como o local onde se localiza será construído um parque, as remoções das famílias e a ida para os apartamentos não aconteceram de forma rápida. Passados quase seis anos de intervenção, um grande número de pessoas só saiu no início de 2018 devido a uma rachadura na cortina atirantada – um muro de pedra que sustenta a BR-040 abaixo do qual algumas casas da vila foram construídas. Porém, há que se perguntar: se o motivo principal para que aquelas famílias fossem removidas daquele local era a justificativa de que se encontravam em área de risco, por que não foram as primeiras pessoas a saírem de lá?

A URBEL justifica que a prioridade para remoção é de pessoas que estão nas áreas onde a intervenção será feita primeiro, fato que não coloca a Vila São Bento na lista de prioridades, já que, no plano da intervenção, o parque será uma das últimas obras a ser executada.

Nesse ponto, acreditamos ser importante falar sobre a construção do conceito *área de risco*, cujos estudos assumem uma perspectiva mais crítica na sociologia dos desastres, sinalizando uma construção social. A sociologia dos desastres aponta críticas importantes em relação ao tecnicismo utilizado para explicar questões ligadas à geografia dos territórios, ao deixar de lado as especificidades sociais, embasando a construção de análises apenas em torno de relatórios das chamadas ciências duras (Valencio, 2014), desconsiderando o cotidiano vivido. Além disso, segundo Norma Valencio (2014) o que alguns estudos apontam é uma utilização do termo “área de risco” para retirada de famílias pobres:

Ademais, o contexto de emergência tem propiciado crescentemente as práticas de reorganização territorial do município, favorecendo **mais as ações de expulsão de moradores empobrecidos indesejáveis sob a alegação de que esses se encontram em área de risco**, do que propriamente a priorização na reversão dos riscos que incidem esse espaço. (Valencio, 2014, p. 3637 – grifo nosso)

A autora ainda aponta que em situações nas quais a área considerada de risco é utilizada por uma população rica, há um diálogo maior quanto à permanência dessas pessoas:

Contudo, há um recorte de classe subjacente a adoção da classificação da área como sendo de risco: os setores afluentes tendem a legitimar a referida classificação quando a mesma respalda a prática técnica de deslocamento compulsório dos moradores indesejáveis da localidade ao mesmo tempo em que tais setores se sentem em condições políticas de exercerem seu poder de negociação sobre a ação técnica de cartografização do risco para que seus imóveis apresentem melhor padrão construtivo e em áreas com melhor infraestrutura, ainda que sob as condições hidrológicas ou geológicas não propícias, sejam poupados de uma similar avaliação técnica desfavorável. (Valencio, 2014, p. 3637)

Em outras palavras, pode-se afirmar que área denominada de risco é, sobretudo, área ocupada por pobres. Seria possível que a Vila São Bento permanecesse e pudessem ser utilizadas técnicas a fim de solucionar o problema, o risco geológico do território? Por que a remoção é a única “solução”? É importante ressaltar que as pessoas ocupam essas áreas, pois não têm outra alternativa de moradia, fruto de um planejamento urbano desigual:

O planejamento urbano preconizado pelo Estado, desde os primórdios da urbanização, empurrou os mais pobres para aquilo que posteriormente veio a ser chamado de áreas de risco. Na ausência de alternativa habitacional regular, a população recorre aos seus próprios meios e produz a moradia como pode, o que resulta em padrões de ocupação precários, caracterizados pela autoconstrução das moradias; pela fixação em loteamentos irregulares, sem o certificado legal de propriedade dos terrenos, localizados em terrenos susceptíveis, tais como, encostas, fundos de vale e várzeas, tornando as populações que ali habitam sujeitas às intempéries cotidianas. (Valencio, 2014, p. 3738)

Portanto, o planejamento urbano desigual, faz com que pessoas pobres tenham que ocupar espaços mais susceptíveis e a esses mesmos espaços são atribuídos o sentido de área de risco, utilizado para justificar a lógica remocionista, que passa a ser política de Estado, como aponta Mariana Siena (2010). A partir dos escritos de Michel Foucault no livro *Em defesa da sociedade*, no qual ele afirma que o biopoder atua no sentido de “fazer viver e deixar morrer”, a autora afirma que a prática remocionista opera nessa lógica:

A reflexão que se segue tem o intuito de revelar como a assertiva de Foucault “fazer viver e deixar morrer” aplica-se na forma como o Estado tem abordado as populações que moram nas ditas áreas de risco, principalmente, por meio da retomada da política de remoção - esta, entendida pelo poder público, como uma forma de prevenção, pois retira as pessoas, queiram elas ou não, de áreas consideradas de risco ou já afetadas por desastres com o intuito de preservar a vida física dos ali residentes. (Siena, 2010, p. 101)

Compreendemos que essa política remocionista utilizada pelo Estado, pautada no “fazer viver e deixar morrer” constitui-se enquanto uma violência, causando danos psíquicos e subjetivos aos moradores. A política remocionista²³ é, geralmente, acompanhada de indenizações irrisórias ou como no caso da Vila São Bento, para a maioria dos moradores que

²³ Podemos compreender essa política remocionista como frutos de um racismo ambiental, um termo cunhado para designar as desigualdades e injustiças socioambientais que recaem sobre populações específicas, negros ou indígenas, por exemplo. O termo foi desenvolvido pelos movimentos por justiça ambiental estadunidenses, após perceberem que áreas ocupadas pela população negra são as áreas destinadas aos grandes empreendimentos industriais, que afetam diretamente os modos de vida e a saúde da população. (Herculano, 2008) Na vila São Bento, percebemos que a maioria da população é negra, vivendo em condições precárias de moradia. Não temos aqui possibilidades de aprofundar na questão do racismo ambiental, mas entendemos que o tema se constitui como possibilidade de estudo para outras pesquisas.

ali vivem atualmente nem a indenização a URBEL afirma que vai pagar. As famílias sem saber para onde ir e com a ameaça de remoção constante vivem momentos de angústia e indefinição de seu futuro: onde irão viver? É importante pensar aqui, a partir do tempo histórico em que vivemos, na importância da casa, do local de moradia para a organização da vida. Como pensar nisso, sem saber o que o futuro reserva?

Como já apontado, retornamos à Vila São Bento em meados de 2018. Era sábado e fazia sol, encontrei Junior na porta de sua casa, na Rua João Evangelista Pinheiro e seguimos para a Vila São Bento. A vila estava vazia, as casas da rua Prof. Fábio Alves haviam sido praticamente removidas – havia entulho, muito entulho, resquícios deixados pela intervenção que insiste em passar e tornar aquele espaço cada vez mais inóspito à moradia.

Essa questão dos entulhos já foi objeto de crítica, tanto pelo manifesto *Vila Viva ou Vila Morta?*, quanto pelo documentário *Entulhos*, produzido pelo Programa Polos de Cidadania na Favela Santa Lúcia. No manifesto, a crítica é apontada da seguinte forma:

Além disso, as casas são demolidas gradualmente, poucas por beco/rua, nunca todas de uma vez. **Os entulhos permanecem nos lotes, agora vagos e sombrios.** O(A) vizinho(a) de décadas de convivência e amizade cedeu lugar a um amontoado de entulhos, proliferando lixo, escorpiões e afetando a paisagem local. Obviamente, este quadro irá aprofundar o abalo psicológico das demais famílias do/a beco/rua. No processo de remoção, também é muito comum as primeiras casas atingidas serem parcialmente destruídas, apenas para não permitir que a mesma família, ou outra, reocupe o espaço (vide fotos abaixo). Mantendo as paredes erguidas, aquele espaço se torna ponto para a prática de crimes e delitos. Essa situação aprofunda o medo dos vizinhos que já não questionam o valor da indenização e nem colocam obstáculos a sua futura remoção. (Manifesto Vila Viva ou Vila Morta? p. 2, grifo nosso)

A descaracterização das casas, que muda a paisagem da favela, como exposto acima, provoca inúmeras consequências para a vida daqueles que ficam. Constitui-se como uma estratégia da política remocionista que, ao tornar o local inóspito, afeta diretamente os processos de resistência das famílias remanescentes. O documentário *Entulhos* (2015) reafirma o exposto pelo manifesto. A partir do relato de moradores da Favela Santa Lúcia, é possível perceber o quanto as famílias sofrem com os entulhos deixados pela intervenção, vivendo processos de angústia e medo, afetando, portanto, a dimensão subjetiva, tal como é possível perceber na fala de Ana Maria, moradora da Vila São Bento:

Não tá sendo fácil, porque depois que eles derrubam a casa, você não tem sossego, porque eles ficam perturbando, e você fica com medo, tem criança pequena, recém-nascido dentro de casa e você tem que ficar olhando, nem dorme direito, que cê que ficar prestando atenção, porque de noite que eles fazem a bagunça sabe? Ai você tem que prestar atenção para eles não entrarem dentro de casa. (Entulhos, 2015, 0.50”)



Figura 8: Entulhos na Vila São Bento em 2018
Fonte: Arquivo da autora

Apesar do documentário ser de 2015, atualmente a situação permanece similar, e os moradores apontam a proliferação de ratos e insetos. No dia em que caminhamos na vila, batemos em algumas casas para conversar com os moradores, mas não tivemos muito sucesso – alguns estavam no trabalho, ou saindo para trabalhar. Outra família estava fazendo a mudança naquele dia, ia se mudar para o morro, mas não tinha tempo para conversar. Até que encontramos Ana Fernandes²⁴, que vive na Vila há aproximadamente três anos, junto com suas filhas.

Ana nos conta um pouco do que estava acontecendo na vila. Até esse momento não tínhamos a dimensão do problema que eles estavam vivendo. A URBEL alega que as famílias remanescentes não serão contempladas pelo programa, visto que no âmbito do PVV a maioria das pessoas que tinham que ser removidas – realocadas nos predinhos ou recebendo a indenização – já haviam passado pelo processo. A maioria das famílias que atualmente se encontram no território chegaram depois da intervenção começar, a área já passou por uma das etapas da intervenção, denominada congelamento e, portanto, não têm o direito de serem contempladas nem com os apartamentos, nem com o pagamento da indenização. Alguns

24 Ana Fernandes trabalha como cuidadora de idosos.

moradores residentes da Vila São Bento, que possuem cadastro na URBEL, judicializaram o caso, visto que a companhia afirma que eles não têm direito à realocação para os apartamentos e o valor da indenização é irrisório, impossibilitando a compra de outro imóvel na mesma localidade. As famílias relatam o desejo de continuar na Favela Santa Lúcia, pois já têm uma vida organizada naquela região, utilizam serviços públicos, possuem laços de solidariedade com vizinhos, algo que será perdido com a mudança para outro local da cidade.

O instrumento que a URBEL utiliza para monitorar as moradias das áreas que serão afetadas pela intervenção é o *congelamento da área* é um termo técnico adotado pelo PVV, posterior à *selagem*²⁵, que visa controlar o espaço e seus usos, utilizado como uma estratégia para que os moradores não possam fazer intervenções nas suas casas ou que novas casas sejam construídas em determinado território. O *congelamento da área* junto com a *selagem* constituem-se como um divisor de tempo na intervenção – o momento anterior e posterior a eles – sendo que as moradias e as pessoas consideradas pelo programa devem estar presentes nos dois momentos.

O procedimento da selagem é utilizado para controlar as casas que serão removidas pelo PVV. Segundo relato da moradora Sinésia Garcia, que se mudou para os apartamentos, no momento da selagem a equipe técnica da URBEL fotografa todos os cômodos da moradia e anota as benfeitorias feitas (portas, janelas, telhado, piso, etc), sobre as quais será calculado o valor da indenização. Após esse processo as casas são seladas com um número de protocolo. A partir disso, para toda informação que as famílias quiserem buscar junto à URBEL devem informar esse número (Motta, 2009). O processo de selagem configura-se, portanto, como a identificação das casas, após esse processo há o congelamento da área, o que indica que toda benfeitoria que for feita após o período de selagem não entrará para o cálculo da indenização.

No entanto, como já afirmamos, o espaço é social, e está em constante transformação, sendo fundamental compreendê-lo por meio de sua apropriação (Santos, 2006). Por isso, não é possível “congelar” uma área, o espaço clama por mudanças a partir da ação humana sensível dos que nele se fazem presentes. Lefebvre (2000), em *A produção do espaço*, pontua também que a construção do espaço é social, marcada por representações do espaço, que seria aquilo que é planejado; e os espaços da representação, compondo o cotidiano vivido:

Os espaços de representação, vividos mais que concebidos, não constroem jamais à coerência, não mais que à coesão. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história, de um povo e a de cada indivíduo

25 A selagem é o método utilizado pela URBEL de marcação das casas que serão removidas.

pertencente a esse povo. (...) O espaço de representação se vê, se fala; ele tem um núcleo ou centro afetivo, o Ego, a cama, o quarto, a moradia ou a casa; - a praça, a igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto, implica imediatamente o tempo. De sorte que ele pode receber diversas qualificações: o direcional, o situacional, o relacional, porque ele é essencialmente qualitativo, fluido, dinamizado. (Lefebvre, 2000, p. 70)

Seria possível então “congelar” o espaço da representação, que é dinâmico e implica as situações vividas? As ocupações recentes da Vila São Bento são em decorrência da falta de moradia digna que assola as cidades brasileiras, fruto de uma má distribuição de habitações pela cidade. Congelar a área no âmbito do PVV significa que as famílias que tiveram suas casas seladas não poderão fazer benfeitorias no local. Isso, no âmbito de uma intervenção que acontece há quase 10 anos, mostra-se impossível, visto que melhorias ou adaptações na casa são necessárias, e também que famílias que ocupam as áreas após o período de selagem não serão assistidas pelo programa. Esse método já se mostra falho, no entanto, ainda é utilizado pelo PVV.

A ideia de congelamento da área também visa à efetivação do espaço abstrato, definido por Lefebvre (2000), como o espaço formal e quantificado, baseado numa homogeneização indo no sentido de uma negação das diferenças. É o espaço ocupado e controlado que visa reproduzir as relações de produção – o espaço abstrato, portanto, é o espaço do planejamento. Entendemos que esse espaço do planejamento também é necessário, assim como o decalque, mas é possível subvertê-lo e planejar o espaço tendo em vista seus usos cotidianos?

Com essa problemática de inúmeras famílias, apontadas pela URBEL, sem o direito à moradia, buscamos mobilizar alguns atores para que medidas fossem tomadas. Contactamos, portanto, a vereadora Bella Gonçalves, da Gabinetona (um mandato popular, feminista, construído coletivamente). Fizemos algumas visitas técnicas com a equipe da vereadora ao local, um relatório foi produzido no âmbito da comissão de direitos humanos da Câmara Municipal, pedindo um novo cadastramento das famílias. Ainda não temos uma conclusão desse caso, seguimos acompanhando junto à Gabinetona, e também por meio de mensagens com os moradores.

Apesar de viverem em uma área insalubre, com risco de deslizamentos, aquelas famílias resistem, sobretudo, porque sabem que a moradia digna não é um favor e sim um direito de todos. Desenvolvem sentidos de moradia e vão mudando o cotidiano na medida em que conseguem. Tal como indica a fala da moradora Ana:

Ela me convida pra entrar em sua casa e mostra que a poeira entra, porque tem alguns buracos (já que a casa não é de alvenaria), ela fala que já conversou

com a Márcia (uma funcionária da URBEL) e falou: “eu não estou pedindo uma casa de graça, eu quero poder pagar minha casa, mas quero que vocês me deem condições de fazer isso, me coloca em um apartamento e eu posso pagar as prestações, aí eles me falam que é pra eu me cadastrar no *minha casa, minha vida* e eu já tentei e nunca fui contemplada. **Eles afirmam que minha casa não é um lar e que eu posso sair daqui e ir pra outro lugar, mas aqui é um lar sim, minhas filhas comem, tomam banho.** Antes de vir pra cá a gente morava em Igarapé, elas tinham que andar muito tempo pra chegar em um lugar, pegar a condução e ir pra escola, ficavam com poeira até metade da perna, aqui elas tem um lar, esse daqui (aponta pra uma das meninas que estava perto) não engordava 1 grama, aqui ela já engordou. Elas ficam o dia na escola, de manhã vão pra um projeto e a tarde pra escola normal. (Conversa com Ana Fernandes - Trecho do diário de campo)

O relato de Ana diz muito sobre a luta das pessoas que ali vivem e o tratamento que elas recebem pelos técnicos da URBEL. Viver em um local insalubre não é uma escolha feliz para esses moradores, mas eles resistem, porque sabem que têm direito a uma estrutura melhor de moradia. Quando a funcionária da companhia afirma que Ana pode sair de lá quando quiser, ela reproduz uma violência simbólica, culpabilizando o sujeito de viver naquelas condições, porque ele quer e não por falta de opções – não entende que a divisão do espaço é algo movido por interesses políticos, provocando a distribuição desigual de moradias nas cidades brasileiras. Além disso, Ana aponta que os sentidos de morar foram construídos, laços sociais foram criados, o território da Vila São Bento e outros espaços da favela já tem uma significância para aquelas pessoas, já são *lugares*.

3.4) POLÍTICAS DO ESPAÇO

Espaços por onde caminhamos: Rua principal – Espaço Favela Bela – Rua Capelinha – Praça do Boi – Centro Paroquial – Rua Bolívia – Beco São Jorge – Rua São Tomás de Aquino – Vila Estrela – Rua São João Nepomuceno – Predinhos – Rua Emilio Pinheiro de Barros – alguns becos cujos nomes não reparei.



Figura 9: Caminhada com Pelé e Fica Vivo!

Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenção da autora



Figura 10: Caminhada com Julio Fessô
Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenção da autora.

Me interesse ao que escapa ao urbanismo e aos projetos urbanos em geral, ao que está fora do controle urbanístico e, em particular, as errâncias urbanas, ou seja, um tipo específico de apropriação do espaço público, que não foi pensado nem planejado pelos urbanistas ou outros especialistas do espaço urbano. (Jacques, 2006, p. 117).

É sobre o que escapa ao planejamento urbano, fazendo emergir linhas de resistências, memórias e dissensos que a cidade ordinária é formada. Já sabemos que existe uma clara diferença entre aquela cidade planejada embasada nos moldes “cartesianos modernistas” e a cidade das errâncias. Buscamos, portanto,

(...) detectar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico” das construções visuais, panópticas ou teóricas. Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações” (maneiras de fazer), a “uma outra espacialidade” (uma experiência antropológica, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada. **Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível.** (Certeau, 1998, p. 172 – grifo nosso).

Tal como nos indica Michel de Certeau (1998), em *A invenção do cotidiano*, a cidade planejada é constituída por um discurso utópico, sendo possível encaixá-la em uma “tríplice operação”: a primeira seria a produção de um espaço próprio, movido por uma racionalidade que extingue “todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam”; o segundo seria o estabelecimento de um sistema sincrônico, que impediria a emergência de microrresistências; e, por fim, a criação de um sujeito universal, anônimo que se constitui como a própria cidade (Certeau, 1998). Podemos afirmar que a cidade planejada, busca uma padronização do viver e, portanto, não é sensível à diferença, mas em meio a esse planejamento racionalista, emerge uma cidade transmutante. Essa outra cidade surge como uma resposta a esse planejamento que não convida todos os corpos a pensar e ocupar os espaços.

A noção de cidade planejada e cidade vivida está diretamente relacionada as ideias que permeiam o *direito à cidade* de Henri Lefebvre (2008). Seu raciocínio parte de uma crítica às problemáticas envolvendo a construção das cidades no modelo capitalista, construção que faz com que aconteça uma perda do que ele considera vida urbana. Para o autor, *a vida urbana* seria permeada de possibilidades de encontros e a liberdade de pensar e construir as cidades. Com a ascensão das cidades capitalistas essa noção se perde, a urbe perde o seu sentido de obra e sua capacidade criadora. Após anos, a obra de Henri Lefebvre se torna cada vez mais atual. Ele aponta que a cidade é um produto histórico da relação entre homens e mulheres e isso está diretamente relacionado à forma capitalista de organização, fazendo com que ocorra a

mercantilização dos espaços urbanos e, como em toda mercadoria, é estabelecido uma relação entre valor de troca e valor de uso.

Henri Lefebvre afirma que o direito à cidade não se trata de um retorno às cidades tradicionais, mas sim de uma renovação da cidade e sociedade atual, criando novas possibilidades de apropriação dos espaços: “Impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga: possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade (Lefebvre, 2008, p. 106)”. Um dos pressupostos do autor para essa outra possibilidade de vida urbana é a imaginação/invenção de ideias, desejos que serão produzidos e investidos no espaço e no tempo, colocadas em prática:

As formas de tempo e espaço serão, salvo experiências em contrário, inventadas e propostas à práxis. Que a imaginação se descobre, não o imaginário que permite a fuga e a evasão, que veicula ideologias, mas sim o imaginário que se investe na apropriação (do tempo, do espaço, da vida fisiológica do desejo). (Lefebvre, 2008, p. 114).

Quando Henri Lefebvre aponta a questão da imaginação como parte importante do desenvolvimento de sua tese sobre o direito à cidade, podemos afirmar que o direito à cidade não seria, portanto, apenas o acesso aos serviços que a urbanidade possa oferecer, mas o direito de imaginar, de intervir sobre essa urbanidade – o direito ao uso dos espaços, da cidade enquanto obra. Essa ideia está relacionada com o que entendemos por sentidos de moradia, que também engloba o uso criativo da ocupação dos espaços.

A construção dos espaços planejados, planejados, sem a experiência daqueles que habitam cotidianamente os espaços, caminha em direção contrária ao que Henri Lefebvre aponta como possibilidades de uma vida urbana enriquecida. Construimos cidades cada vez menos adequadas aos encontros, privatizamos praças²⁶, segregamos lugares, tornamos a cidade cada vez mais asséptica – a experiência urbana empobrecida cria também subjetividades empobrecidas. E quando nos deparamos com possibilidades de uma vida urbana mais próxima à definida por Lefebvre, tal como percebemos na favela, uma utilização do espaço com maior criatividade, construimos projetos que visam enquadrá-la naquilo que está posto na cidade dos urbanistas cartesianos. Nossa crítica a esse urbanismo cartesiano, portanto, caminha na lógica

²⁶ Maria Luiza M. Nogueira e Gabriela Faria (2019) apontam a proibição da utilização da praça da estação em Belo Horizonte no ano de 2009, compreendendo como uma tentativa de privatização de seu uso. A partir dessa proibição surgem os movimentos artísticos e culturais, no intuito de subverter essa decisão e tornar a praça um local de encontros e manifestações políticas.

de que por meio dele são criados espaços sem corpos, espaços pensados não a partir de seu uso, mas a partir de uma racionalidade que não viabiliza o encontro e não entende que os usos dos espaços são construídos por meio de sua apropriação.

A vida na favela e o uso de seus espaços nos indicam outra possibilidade de apropriação da cidade, pois o cotidiano da favela, as necessidades de seus moradores dão forma às intervenções nos espaços: construção de praças, reformas de escadas, obras produzidas por uma coletividade de acordo com o desejo e necessidades dos que habitam aquele espaço, ainda que isso não ocorra livre de conflitos, já que o consenso sobre a utilização dos espaços não se dá de forma generalizada. Em contrapartida, o uso que as intervenções estruturantes fazem das favelas caminha na direção contrária, no sentido de introduzir esse ideal de cidade empobrecido, não promovendo, assim, o direito à cidade. Não visam integrar a favela à cidade, mas propor um uso da favela pela cidade, como muitos moradores afirmam: “Essa intervenção não foi pra gente, mas sim para o asfalto, para o resto da cidade”.

Em visão semelhante à de Henri Lefebvre, o autor marxista David Harvey, também aponta contribuições para pensarmos o direito à cidade. Ele retoma as ideias de Lefebvre e afirma que reinventando a cidade, reinventamos a nós mesmos:

A questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é, sustento, um dos mais preciosos de todos os direitos humanos. (Harvey, 2013, p. 28).

Essa ideia caminha em direção ao que definimos como dimensão material da subjetividade, isto é, refazer as cidades, de acordo com os nossos desejos e necessidades coletivas é também nos transformar subjetivamente. O trabalho enquanto *atividade sensível humana*, que possibilita ao indivíduo inscrever sua marca nesse mundo, não acontece fora do espaço (Nogueira, 2009). No entanto, dizer que nossa reinvenção caminha junto com a reinvenção das cidades não é o bastante:

Temos, em resumo, sido refeitos muitas vezes sem sabermos como ou por quê. Será que isso contribuiu para a felicidade e para o bem-estar humano? Isso nos fez pessoas melhores ou nos deixou em um mundo de anomia e alienação, raiva e frustração? Além do mais, vivemos, na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito. A maneira pela qual vemos nosso mundo e a maneira pela qual definimos suas possibilidades quase sempre estão associadas ao lado da cerca onde nos encontramos. A globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. O poder de classe foi restaurado às elites ricas. Os resultados foram indelevelmente gravados nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais tornam-se cidades “de fragmentos fortificados”. (Harvey, 2013, pp. 28 e 29)

A partir da transformação das cidades, com o avanço do capitalismo, da globalização e do neoliberalismo, construímos espaços segregados, ao privatizar as cidades, acabamos por construir processos subjetivos também privatizados, tal como nos indica Maria Luísa M. Nogueira (2013). Harvey questiona como podemos refazer a cidade de acordo com nossos desejos, se esses desejos se chocarem com o desejo do outro? A resposta ele busca em Henri Lefebvre, indicando que é a partir da mobilização social e da luta política/social. O direito à cidade não pode ser visto como um direito individual, mas sim social, deve ser pensado por meio de uma coletividade.

Extinguir o conflito não é uma opção, já que continuaríamos construindo espaços segregados. É necessário, portanto, conviver com o dissenso, compreendendo outro modo de fazer política e, conseqüentemente, outra forma de construir as cidades e as subjetividades. Localizamos as intervenções urbanas como possibilidades de reinvenção da cidade, na medida em que,

Não se trata de apenas contribuir para a transformação qualitativa da cidade ou de embelezar seus espaços, mas de propor a vida urbana como um modo possível de participação coletiva, de valorização das subjetividades, da experiência cultural, da expressividade, da experimentação dos sentidos e contrapondo aos aspectos que predominam na vida urbana (Viana, 2010, p.37).

Neste sentido, encontramos e participamos, durante as nossas andanças pela Favela Santa Lúcia, de duas intervenções urbanas. Foram elas: o projeto *Favela Bela* e a *Rua do Livro*. Localizamos essas intervenções como táticas a um modelo de pensar/fazer cidade e moradia, pois mostram as experiências dos moradores em determinado território, o sentido dado a ocupação daquele espaço e a participação como ação principal. As intervenções não acontecem sem conflitos, seja dos mais simples como a discordância com a pintura da casa ou o local de realizar a rua do livro, até mais complexos envolvendo conflitos entre grupos (coletivos) que desenvolvem atividades no território sob perspectivas distintas. As intervenções nos mostram parte das vivências de alguns moradores e nos indicam que nos projetos de intervenção estruturantes há algo que não pode ser captado – justamente por existir uma distância entre os modos de pensar, uma diferença entre a cidade vivida (que se localiza no âmbito da experiência) e a cidade planejada (seguindo os moldes de um urbanismo que não dialoga com a realidade

social). As “práticas ordinárias” ou “maneiras de fazer”, indicam outra espacialidade: a que emerge e resiste à forma planificadora e padronizadora de fazer cidade, as vivências cotidianas, as rachaduras nesse planejamento que possibilitam construir um novo ideário de cidade, imaginar outra cidade, tal como propõe Henri Lefebvre (2008).

Paola B. Jacques (2009), em um trabalho intitulado *Notas sobre o espaço público e imagens da cidade*, discute sobre a vida pública na cidade, indicando que a espetacularização e contínua privatização da vida urbana, constituem-se como um dos fatores responsáveis pela supressão e negação dos conflitos e do empobrecimento de uma experiência corporal (e subjetiva) nas cidades contemporâneas.

Na atual sociedade do espetáculo não há, de fato, lugar para qualquer tipo de espaço dissensual ou contra-hegemônico, o que resulta no empobrecimento da própria experiência urbana, em particular da experiência sensível e corporal das cidades – aquilo que vai além da pura visualidade imagética. O consenso busca também uma homogeneização das sensibilidades, das diferentes formas de “partilha do sensível”. (Jacques, 2009, sem página)

A autora afirma ainda que os atuais projetos urbanos são frutos desse ideal de pacificação, de apagamento do conflito, criando espaços domesticados, pacificados, movidos pela ideia de consenso, que acabam se constituindo em espaços assépticos, apolíticos: “Hoje, paradoxalmente, a referência de espaço público dito “de qualidade” passa a ser um espaço privado, na maior parte das vezes, um espaço interno, cercado e com segurança privada.” (Jacques, 2009, sem página)

De certa forma, esse modelo de pacificação dos espaços acompanha as intervenções estruturantes em favelas, como uma tentativa de supressão da corporeidade existente, de sua estética, que ao não se encaixar nesse molde apolítico de cidade, deve ser revitalizada – o próprio nome já diz *Vila Viva*. Paola B. Jacques então aponta que uma das possibilidades que fazem emergir os conflitos existentes no espaço urbano são as manifestações artísticas, que seriam definidas por ela como “micropoderes sensíveis”: “Uma guerrilha do sensível, ou seja, uma resistência não pensada como uma simples oposição binária, mas sim como uma coexistência não pacificada de diferenças, sobretudo diferenças no mundo sensível, de divisões ou ‘partilhas do sensível’ ”. (Jacques, 2009, sem página)

Localizamos as intervenções do *Favela Bela* e da *Rua do Livro* enquanto possibilidades de arte como uma ação dissensual, visto que possibilitam:

(...) a explicitação de conflitos escondidos, do campo de forças que está por trás da cidade-imagem espetacular, ou ainda, a arte enquanto micro-resistência, experiência sensível questionadora de consensos estabelecidos e, sobretudo, potência explicitadora de tensões no espaço público, em particular

diante da atual despolitização e estetização consensual dos espaços urbanos. (Jacques, 2009, sem página).

Apesar de não serem respostas diretas ao programa *Vila Viva*, o *Favela Bela* e a *Rua do Livro* ajudam a pensar essa possibilidade de uma vida urbana embasada nos encontros, na participação social, na divergência de ideias, ao propor outro tipo de ocupação dos espaços, fugindo da assepsia que assola a construção das cidades.

A *Rua do Livro* acontece no território da favela Santa Lúcia desde 2018, o objetivo maior da intervenção é promover acesso e incentivo à leitura para crianças, jovens e adultos. Foi idealizada pelo mobilizador social e presidente da associação de moradores da Vila Santa Rita de Cássia, Júlio César Evaristo de Souza, mais conhecido como Júlio Fessô, que criou o *Movimento Livre Eu Amo Minha Quebrada*. O evento teve sua primeira edição em 2018, na ONG Tio Flávio, um espaço cultural localizado na Rua São Tomás de Aquino²⁷.

Particpei da segunda edição da *Rua do Livro*, que aconteceu em 2018 na região dos predinhos, na Rua Emílio Pinheiro de Barros. Para chegar ao local passei pela Rua João Evangelista Pinheiro, tal como indica o mapa abaixo:

²⁷ Nota sobre o espaço: “A rua mais larga do Morro do Papagaio é a São Tomás de Aquino. É o mais intenso corredor comercial do Aglomerado Santa Lúcia, onde se destacam comerciantes pioneiros na abertura de supermercados, farmácias, locadoras de vídeo e lojas de roupa e de brinquedos.” (Cruz, 2008, p. 18)



Figura 11: Trajeto Rua do Livro nos Predinhos
 Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenção da autora

A *Rua do Livro*, nesta edição dos predinhos, aconteceu na Rua Emilio Pinheiro de Barros, na ocasião ainda não havia contatado nenhum morador para participar da pesquisa, soube do evento pelas redes sociais e fui até o local. Nesse dia observei bastante, conversei com algumas pessoas, percebi o movimento da intervenção, mas não conversei sobre a pesquisa. Aqui acho importante pontuar, que nesse momento ainda estava muito insegura com os rumos da minha pesquisa, os modos de fazer estavam começando a se configurar, localizo essa experiência na Rua do Livro como importante para a pesquisa, pois a partir dela começo a me reconectar com o território-rizoma. Algum tempo depois, em meados de 2018, os caminhos do território-rizoma levam para o contato com Júlio Fessô. Contatei-o por meio das redes sociais e marquei uma conversa com ele. Encontrei Júlio na Rua Bolívia, próximo ao Beco São Jorge. Subimos esse beco e fomos até a Rua São Tomás de Aquino na sede do espaço Tio Flávio Cultural. Júlio me contou um pouco sobre a história dele, nascido e criado no morro do papagaio, fala da favela com orgulho. Por meio do *Movimento Livre eu Amo Minha Quebrada* promove ações importantes para a comunidade, entre elas a *Rua do Livro*. Ele conta que a ideia surgiu devido ao fato de não haver biblioteca pública na favela, o que seria um importante incentivador para leitura – por que não fazer então uma biblioteca itinerante?

Cada edição da *Rua do Livro* é planejada por uma equipe, constituída por moradores da favela e por voluntários de outras partes da cidade. Tive a oportunidade de me inserir nesse grupo e hoje também ajudo na organização da intervenção. A intervenção é planejada de acordo com o espaço que vai receber, sendo necessário contato anterior com moradores. Quando acontece em uma rua, onde o fluxo de carros é essencial para a circulação na favela, é necessário, por exemplo, fazer um acordo com os moradores, buscar soluções. A ideia, portanto, é construir a *Rua do Livro* junto aos moradores, possibilitando maior envolvimento e apropriação da intervenção. É válido ressaltar que mesmo prevendo essa participação da população não quer dizer que todos os moradores de determinada localidade da favela vão participar da organização, mas é interessante que no dia da intervenção a adesão é bem intensa, o que me leva a afirmar da necessidade daquela ação, o quanto ela faz sentido para aqueles que participam. A *Rua do Livro* cria outra possibilidade de apropriação dos espaços, da partilha, da coletividade. É possível, por meio dela, imaginar uma utilidade para a rua, que não seja só a passagem de carros, mas uma rua com pessoas circulando, aprendendo, crianças brincando, adultos conversando. Para Júlio, essa intervenção, ao valorizar o espaço da favela e ver as pessoas envolvidas em uma ação, agrega valor ao seu sentido de morar, pois a favela para ele é essa partilha, e ele deseja ver cada vez mais a favela inserida na cidade e a cidade inserida na favela.

Durante a pesquisa encontrei Júlio diversas vezes, uma de nossas andanças foi percorrer a favela dentro do micro-ônibus que passa por lá, o que foi muito interessante, pois eu não havia pensado nessa possibilidade de trajeto. Esse ônibus, linha 101, localmente apelidado como “Kinder Ovo”²⁸, percorre algumas das principais ruas da favela, sendo muito utilizado pelos moradores. Facilita o trajeto de subir/descer o morro inúmeras vezes ao dia, e é também uma das possibilidades de acesso aos predinhos, já que os moradores conseguiram junto a BHTrans que o ônibus passasse por lá. Ao fazer o trajeto no Kinder Ovo foi possível perceber que, apesar das ruas da favela serem feitas para os transeuntes, evidenciando uma coreografia, o micro-ônibus aparenta também assumir aspectos daquela *ginga*, talvez por percorrer, assim como os moradores, aquele espaço inúmeras vezes.

Consideramos a *Rua do Livro*, enquanto uma intervenção que promove micro-resistências no espaço, por meio da produção de encontros e partilhas, possibilitando outros usos para o território, como por exemplo a possibilidade de estar em lugares comuns compartilhando

28 O ônibus é assim chamado pelos moradores, devido ao seu pequeno tamanho.

aprendizados. Nos predinhos, a *Rua do Livro* foi importante, pois deu outro sentido para a rua, promoveu o encontro, uma maior ocupação das ruas, fato que já acontecia no restante do morro, e nos predinhos acontece, mas não na mesma intensidade. A *Rua do Livro* ajuda a defender a utilização dos espaços públicos, além de ser uma denúncia de que no espaço não há investimentos em bibliotecas públicas. Entender a rua também como local de aprendizado, partilha, produção de conhecimento ajuda na construção dos sentidos de moradia dotados de uma experiência urbana mais rica. Caminha-se, assim, para a efetivação do direito à cidade, na medida em que uma vida urbana e a imaginação no uso da cidade são possibilitadas.

A *Rua do Livro* está ligada ao *Favela Bela*, não no sentido de uma depender da outra, mas sobretudo por ser construída por pessoas que fazem parte de ambos os grupos. Nas últimas edições, a *Rua do Livro* aconteceu nas localidades que receberam a intervenção *Favela Bela* – Rua Capelinha, na Vila Barragem Santa Lúcia e Rua São João Nepomuceno, na Vila Estrela.



Figura 12: Rua do Livro na Vila Estrela
Fonte: Acervo Rua do Livro

Mas o que seria o projeto *Favela Bela*? Apesar de trazer o adjetivo “bela” em seu nome, essa intervenção transcende esse significado, ao buscar valorizar a estética das casas e propor intervenções em espaços comuns como escadas e pracinhas, por exemplo. Essa intervenção atualmente é pensada e construída por um artista plástico local, Fabiano Valentino, mais

conhecido como Pelé²⁹, que se mudou para o Santa Lúcia ainda quando criança e hoje faz parte da história daquele lugar, sua arte está espalhada pelo morro – caminhando é possível perceber a materialização do sentido que esse artista deu para seu trabalho e para o espaço em que vive, a produção artística de Pelé busca retratar a realidade da favela. Encontrei Pelé em maio de 2019 e, desde o primeiro contato, ele foi muito solícito a conversar comigo e entender melhor a minha proposta de pesquisa. Nesse dia, desci na barragem Santa Lúcia e caminhei até a Rua Principal no espaço Favela Bela³⁰, onde ele havia me falado para encontrá-lo. O mapa abaixo mostra o trajeto percorrido até chegar ao espaço Favela Bela:



Figura 13: Como chegar ao Espaço Favela Bela
Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenção da autora

Caminhar pela Rua Principal nos possibilita compreender o quanto o tempo da favela é diferente, o quanto os usos das ruas também são: nas vias da favela, o transeunte tem mais vez

29 Em 2001 Pelé recebeu o Prêmio Gentileza Urbana, do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), importante reconhecimento sobre sua arte.

30 O espaço Favela Bela foi cedido temporariamente pela URBEL, Pelé deseja transformá-lo em um centro cultural para a favela, para tanto está em negociação com a prefeitura a disponibilização permanente do imóvel e recursos para a reforma e construção do centro cultural.

do que na cidade formal, feita sobretudo para circulação de carros. Como nos conta Márcia Cruz: “Diferentemente de espaços urbanos nos quais as vias são largas, no aglomerado são os carros que desviam dos pedestres e não o contrário.” (Cruz, 2008, p.17)

Ao transitar por essa rua, atentei para os elementos que ajudavam a compor aquele espaço: casas, comércio, ruídos, discussões, animais circulando. Como afirma Bruno Latour (2012), em sua teoria do ator-rede, não-humanos também ajudam a construir o social, atuam como mediadores dessa rede. Tanto nas redes de Latour, quanto nos rizomas de Deleuze e Guatarri, os objetos também assumem importância na construção do espaço, afetando os sentidos de moradia e também as construções subjetivas. A rua não é a mesma em toda sua extensão, o jeito como pode ser percebida diz muito do uso que as pessoas dão em determinados pontos: alguns pontos mais movimentados, em decorrência, sobretudo dos comércios locais, outros pontos mais tranquilos, cujo espaço é formado, sobretudo por casas. A Rua Principal leva esse nome, pois liga a favela de ponta a ponta – começando na Av. Senhora do Carmo e desembocando na Av. Arthur Bernardes, próximo à barragem ou lagoa, como alguns se referem.



Figura 14: Trecho da Rua Principal
Fonte: Arquivo caminhadas

O espaço Favela Bela, onde encontrei Pelé, foi cedido pela PBH a partir de um termo de cooperação entre URBEL-PVV e a comunidade para a realização de atividades socioculturais. Quando perguntei se ele usava o espaço como seu ateliê ele me disse que preferia pintar em casa. Esse espaço era, anteriormente, uma casa que foi removida pela URBEL no âmbito do

PVV, já que naquele local iria ser construída uma rotatória, em virtude do alargamento da Rua Principal. Pelé conta que a casa ficou vazia durante muito tempo, e começou a ser utilizada como ponto para o tráfico. A URBEL, então, chamou-o para conversar e propôs que ele utilizasse a casa até decidirem³¹ o que iriam fazer com ela, visto que o plano inicial de alargamento da rua principal não foi levado adiante. Pelé aceitou, pois precisava de um lugar para fazer as oficinas com as crianças.

Espalhadas pelo morro estão várias obras de Pelé, desde alguns letreiros de comércio, ou pinturas pelos muros das casas. Sua arte acompanha o movimento da favela e é dedicada a contar a história daquele lugar, suas problemáticas sociais, suas potencialidades. Ele conta com orgulho sobre uma de suas obras – *Gestação*, pintura da favela vista desde a barragem Santa Lúcia: Pelé sentava todos os dias em um banquinho do outro lado da barragem, próximo a uma árvore, e desenhava a favela sob esta perspectiva. Ele diz que foi um processo muito demorado e que começou a se apegar pelo desenho e tinha medo de passar tinta e perdê-lo, conta que, quando finalizou, sabia que faltava alguma coisa. E foi ao ver a mãe de sua filha, que estava grávida, passando óleo na barriga, que Pelé percebeu o que faltava no seu quadro: ele então desenha por cima da favela a barriga e os seios de uma mulher. Esses elementos formam uma montanha e nuvens: nascia o quadro *gestação*. Pensando na definição da palavra *gestação*, temos:

1. Tempo que medeia entre a concepção e o parto.= GRAVIDEZ
- 2.[Figurado] Elaboração. (Dicionário Priberam)

Podemos entender o sentido dado ao quadro a partir de seu título de diferentes formas: significa *gestação* no seu âmbito literal (uma mulher gestando uma criança) e também *gestação* de criar/elaborar uma ideia de favela, de viver na favela, tentando trazer à tona sua história de luta, vitória, dos laços sociais. E, ainda, fazendo uma brincadeira com o verbo *gestar* com a palavra *gesto*, tem a ver com movimento, com aquilo que traz significância, com a potência do encontro.

O gesto de caminhar me levou a vários encontros e histórias da Favela Santa Lúcia, sendo possível perceber vários sentidos do morar. Quando iniciei o processo de fazer pesquisa,

³¹ Atualmente, o projeto do PVV é demolir a casa para fazer um alargamento nessa parte da Rua Principal. No entanto, Pelé tem o desejo de construir um centro cultural e vem negociando com a URBEL para ceder o espaço de forma definitiva para essa finalidade.

buscando compreender/conhecer os sentidos de moradia presentes no âmbito do cotidiano vivido, sabia que era necessário romper com algumas ideias pré-definidas sobre a favela, formadas, sobretudo, devido ao imaginário social construído que a coloca como lugar violento, comandado pelo tráfico. Nesse sentido, meu diálogo não caminhava no intuito de compreender a relação daquelas pessoas com o tráfico, como elas faziam para sobreviver em meio a uma guerra, por exemplo. Mas essas foram questões que apareceram no decorrer das caminhadas com os moradores, indicando que é uma realidade que afeta os sentidos de moradia por eles construídos. A pesquisa aconteceu em um tempo que não havia guerra relacionada ao tráfico na favela. Os moradores contam que na década de 1990 essa era uma dura realidade: o morro era muito violento, sobretudo devido ao embate entre gangues e à ação truculenta da polícia.

Apesar de não ser o nosso foco de análise, compreendemos que o tráfico de drogas e a questão da violência ocasionada por ele afetam os sentidos de moradia dos que ali vivem. Sabemos que o tráfico é uma problemática importante no cotidiano da favela. No entanto, o imaginário social sobre esse lugar, pautado no estigma da violência e criminalidade, ajuda a criar a ideia (equivocada) de que todos os moradores da favela têm alguma ligação com essa atividade. Além disso, é importante pensar o tráfico de drogas num nível macrossocial, compreendendo-o mais do que um problema local, mas global e financiando pelo capital – constituindo-se como uma atividade extremamente lucrativa para a economia neoliberal (Faria e Barros, 2011).

Pelé conta que a primeira *intervenção Favela Bela* aconteceu na rua H – uma via que está entre a Rua Principal (na Vila Barragem Santa Lúcia) e a Rua Brasília (localizada na Vila Estrela). A rua H é considerada um local violento dentro do morro, sobretudo devido ao tráfico. Pensando nessa realidade e por propor uma arte ligada ao social e sua transformação, Pelé decide fazer a primeira intervenção nesse local. Conta que começaram a pintar sobre a violência, o tráfico (o quanto o tráfico mobiliza as crianças/adolescentes e o quanto isso é uma preocupação constante na vida das famílias, sobretudo na vida das mães). Relata que recebeu um bilhete de uma mãe escrito assim: “cuide do seu filho, antes que um traficante adote ele”. Ele retratou essa história em quadrinhos e dizia que as pessoas falavam e passavam: “Pele, você é doido! Os traficantes vão encrencar com você”. Ele dizia que não tinha problema. E conta que nos dias de intervenção os *caras das bocas*³² achavam graça e falavam: “cuida mesmo, senão eu pego!”.

³² Expressão utilizada por Pelé

O tráfico de drogas é um fenômeno complexo, envolvendo muitas facetas. Algumas pesquisas, dentre as quais podemos citar os trabalhos de Ana Amélia Faria e Vanessa Barros (2011) e Thaísa Vilela e Vanessa Barros (2016), buscam compreender como acontece a adesão de jovens pelo tráfico. Dentre várias discussões, apontam a questão do reconhecimento social como um importante fator e, também, a exclusão econômica, que retiram algumas pessoas do meio de trabalho formal. Não sabemos o que motivaria especificamente os jovens da Favela Santa Lúcia a entrar para o tráfico, mas entendemos que essa problemática afeta os sentidos de moradia dos que ali vivem, seja por meio do cotidiano vivido ou pelo imaginário social atribuído à favela, estigmatizando essa população e o espaço onde vivem.

Particpei de dois eventos do *Favela Bela*: um na Vila Estrela e outro na Rua Capelinha, em ambos os casos foi possível perceber que a comunidade se junta para trazer melhorias para o local em que vivem. Consideramos essa ação, a de trazer melhorias para o espaço, como uma forma da comunidade atuar e intervir de forma mais rápida do que se acionassem o poder público ou porque, muitas vezes, essa atuação do poder público, de fato, não chega. Além disso, também atuam em locais onde não foi pensada uma intervenção por parte do PVV, indicando que essas ações surgem no cotidiano vivido, a partir das necessidades construídas por meio da utilização do espaço.



Figura 15: Favela Bela Vila Estrela
Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenção da autora



Figura 16: Favela Bela Rua Capelinha

Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenção da autora

No início de junho 2019, aconteceu uma caminhada³³ pelo Santa Lúcia com o programa Fica Vivo! e alguns alunos da Universidade do Texas, cujo objetivo era mostrar as atuações do programa no território. Pelé me convidou a participar dessa caminhada, encontrei o pessoal na sede do Fica Vivo! e fomos caminhando até a barragem, onde encontramos Pelé.

Ele me mostrou a árvore que se sentava para pintar o quadro *Gestação* e durante a caminhada vimos pinturas do Pelé – a quadra de futebol da barragem e também a pintura de uma escada com o nome de vários times de futebol da favela. Sua arte assume a posição apontada por Paola Jacques (2009) como um micro-poder sensível capaz de fazer emergir as potencialidades daquele local e, sobretudo, uma apropriação do espaço pelos moradores.

33 O trajeto dessa caminhada está indicado na figura 9.



Figura 17: Escada da quadra da barragem
Fonte: Arquivo caminhadas

Consideramos, portanto, as intervenções Favela Bela e Rua do Livro como formas cotidianas de fazer política. A ideia de política que aqui adotamos parte das reflexões de Jacques Rancière (1996) acerca do tema. Para esse autor, a lógica da racionalidade política não estaria embasada em um consenso como costumeiramente achamos, fruto de nossa ideia de política representativa. Para ele, política não seria a forma como um coletivo se une para compartilhar sentimentos ou interesses; ao contrário, ela se define a partir do conflito, do dissenso. Em suas palavras:

Sob o nome de dissenso, é, portanto, esse modo de racionalidade que tentarei pensar. A escolha desse termo não busca simplesmente valorizar a diferença e o conflito sob suas diversas formas: antagonismo social, conflito de opiniões ou multiplicidade das culturas. O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar. **É a divisão no núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria.** Minha hipótese é, portanto, a seguinte: a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornando comum, pela própria divisão (Rancière, J. 1996. p. 368, grifo nosso)

O autor afirma que a partilha do sensível estaria formada pela ideia de dissenso. A política seria a possibilidade de diferentes formas de compor esse mundo sensível, formas que mesmo conflituosas conseguem dialogar para compartilhar o comum:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que dele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do comum fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes específicas. (Ranciere, 2004, p. 15).

A partilha do sensível constitui-se como uma espécie de subjetividade política inicial, embasada na coexistência de interesses conflitantes, é a forma como um coletivo se organiza em seus modos de ser e, ainda que haja conflitos, conseguem compartilhar a experiência comum – é a oposição de um pedaço do mundo sensível a outro pedaço do mundo sensível, portanto a possibilidade de emergência diferença. Compreendemos que essa lógica permeia e faz emergir outras possibilidades de pensar cidade e foi, justamente isso, que percebemos nas intervenções citadas – partilhas do mundo sensível. Poder vivenciar essas possibilidades de partilha foram cruciais para a pesquisa, a partir dessas vivências fica claro que os sentidos de moradia transcendem o espaço da casa, também dão forma nas ruas, nos becos, nas ações coletivas que os moradores propõem e participam, sendo importantes para a transformação contínua do espaço em lugar e para os processos de construção subjetiva daqueles sujeitos. Essa é a cidade transmutante, tal como nos indica Michel de Certeau (1998)

3.4.1) MEMÓRIA POLÍTICA

Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (Calvino, 2003, p. 16)

O espaço é feito de memórias, cada lugar, com seus símbolos e significâncias tem materializado a história que o compõe, a memória é feita, sobretudo pelo cotidiano vivido. Como afirma Ecléa Bosi (2003) “a memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (p. 53). Em sua tese de livre-docência, intitulada *Memória e sociedade: lembrança de velhos* (1983), a autora aponta contribuições essenciais para o estudo da memória, indicando que mesmo as memórias individuais são formadas junto a um coletivo, sendo o cotidiano e o espaço importante para essa formação. A autora entrevistou oito pessoas idosas, homens e mulheres, residentes da cidade de São Paulo desde a infância e, com toda delicadeza, cuidado e afeto, escreveu sobre as lembranças dessas

peças. Tais lembranças estão associadas ao tempo vivido, ao cotidiano e, portanto, às transformações da cidade.

Entendemos que as contribuições da autora nos ajudam a pensar as memórias atreladas aos sentidos de moradia, constituem-se como partes importantes do significado dado ao espaço habitado, vivido e, portanto, ao lugar. Em outro trabalho intitulado *Tempo vivo da memória*, Ecléa Bosi (2003) reafirma essa relação entre memória-espaço-cotidiano, e aponta que uma psicologia da memória deve levar em consideração o espaço vivido. Mesmo sendo a mobilidade algo que acompanha a vida da sociedade contemporânea, alguns aspectos que se mantêm materializados de alguma forma, ajudam a manter a nossa posição no mundo.

Se a mobilidade e a contingência acompanham nossas relações, há algo que desejamos que permaneça imóvel, ao menos na velhice: o conjunto de objetos que nos rodeiam. Nesse conjunto amamos a disposição tácita, mas eloquente. Mais que uma sensação estética ou de utilidade eles nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade; e os que estiveram sempre conosco falam à nossa alma em sua língua natal. O arranjo da sala, cujas cadeiras preparam o círculo das conversas amigas, como a cama prepara o descanso e a mesa de cabeceira os derradeiros instantes do dia, o ritual antes do sono. A ordem desse espaço nos une e nos separa da sociedade e é um elo familiar com o passado. (Bosi, 2003, p. 26)

A partir dessa memorização, afirmamos que o que permanece, o que é lembrado ou, melhor, lembrado, ainda que em gestos, dá sentidos às formas de morar. Os sentidos de moradia se ancoram exatamente nisso que a memória coletiva ajuda a formar, podem estar no nível de uma herança familiar ou serem originadas de um coletivo maior.

Pensando no cotidiano vivido como fator importante para a construção de memórias, algo que sempre me incomodou no PVV é o seu nome – Vila Viva. Por que viva? Só a partir da intervenção é que aquele espaço se torna um lugar com vida? Desconsiderar a vivacidade do espaço é também desconsiderar toda a materialidade subjetiva que os moradores impregnam no local e é ainda não reconhecer as memórias que determinado espaço possui.

Memórias, extremamente presentes na Favela Santa Lúcia, sejam nos relatos dos moradores ou no *Muquifu – Museu de Quilombos e Favelas Urbanos*. O espaço é permeado de memórias (coletivas ou individuais) movidas por afetos e experiências, a memória não oficial de determinado lugar também tem seu âmbito político, na medida em que coloca à tona desentendimentos. Ao retomar o passado, apropriamo-nos, cada um com seu filtro, de condições históricas e sociais que ajudam a compor o presente. Nesse sentido, seria então a memória social importante para processos de luta e resistência?

Em uma localidade que recebe uma intervenção, cujo grande foco é a alteração do espaço físico, pensando o território apenas em seu âmbito estrutural, o processo da memória é também uma forma de fazer política, um modo de se lembrar e valorizar o espaço vivido, de materializar essas lembranças.

Embora a memória seja basicamente um processo interno, a sua projeção não se realiza em um vazio: a memória precisa de espaço para ser ativada e estimulada. Neste sentido, lugares concretos, onde se realizam eventos, acontecimentos históricos ou práticas cotidianas, e representações visuais (mapas ou fotos) e não visuais (literatura, música) podem servir como possíveis referenciais espaciais para a memória. (Seemann, 2002/2003, p. 44)

Gaston Bachelard (1974), em *Poéticas do espaço*, aponta o quanto o espaço da casa é importante para a reconstituição das nossas lembranças, pontuando a necessidade do espaço para que as memórias apareçam – memórias espacializadas: “As lembranças são imóveis e tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas.” (p. 203). Nesse sentido, nas nossas andanças conseguimos compreender e conhecer processos políticos de memória, que ajudam os moradores da Favela Santa Lúcia no processo de valorização do local em que vivem, estando ligada aos sentidos de moradia e de reconhecimento das violações de direitos que sofreram ao longo dos anos. Recordar, mais do que reviver, é poder dar outro sentido para a existência, nesse caso, é pode resistir. Poder, inclusive, mostrar aquilo que foi vivido. Ecléa Bosi (2003) aponta a importância de conhecermos as memórias de terminado lugar, ir além da história oficial:

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola tomam a palavra. **A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios.** (...) A memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura, visto que existem mediadores formalizados constituídos pelas instituições (a escola, a igreja, o partido político, etc.) e que existem a transmissão de valores, de conteúdos, de atitudes, enfim, os constituintes da cultura. (Bosi, 2003, p. 15, grifo nosso).

No âmbito da história das favelas, acreditamos ser fundamental para conhecer a história daquele local. Como já apontamos, na história oficial (memórias da cidade legalizada) a favela, na maioria das vezes, é desqualificada. Não se fala das vivências, do cotidiano, dos laços de solidariedade, das manifestações culturais – das memórias que compõem aquele lugar. Compreender as memórias da Favela Santa Lúcia é, também, entender que aquele espaço tem uma história própria, não cabe, portanto, no discurso homogeneizante sobre as favelas. Aliás,

nenhuma favela cabe neste discurso, pois não podem ser reduzidas ao estigma, ao olhar construído pela ótica da cidade legalizada. Entender as memórias em seu âmbito político é, portanto, fundamental para se escrever uma cartografia daquele local – o rizoma também é feito de memórias.

Ecléa Bosi (2003) aponta a existência de objetos biográficos, que acompanham as nossas vidas, fazem parte de nossa história, representam o cotidiano vivido. No caso da favela, podemos afirmar que o próprio território é biográfico, no Santa Lúcia há famílias, cujos descendentes chegaram desde o início da ocupação, viram a favela se desenvolver, desenvolveram-se junto com ela: viram a energia elétrica e a telefonia serem instalados, a água ser canalizada e chegar na torneira de casa (Cruz, 2009). As dificuldades, as alegrias, as tristezas, as lutas, as resistências se constituem como importantes elementos para a memória coletiva dos moradores da Favela Santa Lúcia. Tivemos a oportunidade de escutar algumas histórias, que, tal como compreendemos, ajudaram a constituir os sentidos de moradia daquelas pessoas.

Márcia Cruz (2009), na apresentação do livro *Morro do Papagaio*, indica a inexistência de registros, no âmbito oficial da história da cidade, que narre a história da Favela Santa Lúcia. Os discursos de lugares segregados, muitas vezes, não são vistos como importantes pela lógica que move a construção da memória oficial. Nesse sentido, a autora reafirma a importância da história contada pelo povo para as memórias do lugar, em específico; e para as memórias da cidade, como um todo:

Antes de começar a escrever, planejei o processo, embora a execução não tenha seguido por vias cartesianas. Fui tomada pelos becos e vielas da minha memória. Encarei com satisfação a responsabilidade de escrever sobre esse conjunto de favelas que costuma ficar às margens da historiografia, isso quando não é simplesmente ignorado. Ao buscar informações oficiais sobre o morro, constatei que são escassos os registros a respeito do processo de ocupação da região, bem como da luta da comunidade em prol dos seus direitos e de uma melhor qualidade de vida. Apesar da inexistência de registros oficiais, o Morro do Papagaio se consolida como parte expressiva de Belo Horizonte. Procurei dar visibilidade a fatos ocorridos no lugar e em grande parte desconhecidos da cidade, embora relevantes para sua memória. (Cruz, 2009, p. 8)

Além disso, Márcia Cruz traz uma importante noção sobre a formação das memórias, ao dizer que foi tomada pelos becos e vielas de sua memória, ela nos indica que a memória não é linear, não é sedentária ou estatizada, a memória flui, assim como também fluem os rizomas. Caminhando podemos conhecer memórias. Em uma das andanças pela favela, mais

especificamente um dia após ir à Vila São Bento para uma reunião com os moradores, caminhei até a rua principal (descendo em sentido para barragem Santa Lúcia).

Passsei pela praça do boi, pelo bar do Kaley e cheguei ao centro paroquial, onde antes era também a sede do Programa Polos de Cidadania – o Polos Santa Lúcia. Já fazia tempo que queria voltar àquele local para conversar com Gilmar Calisto, secretário da paróquia, que vive há muitos anos na favela. Na época em que fui estagiária do Polos, sentei algumas vezes na recepção para conversar com Gilmar, sempre solícito com todos e dessa vez não foi diferente. Gilmar trouxe memórias importantes para pensar a construção daquele local, memórias atreladas à construção do espaço e aos seus usos.



Figura 18: Trajeto para conversa com Gilmar
 Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenção da autora.

No mapa acima, que indica o trajeto que fiz para chegar até o local e conversar com Gilmar, marquei dois pontos importantes – a Praça do Boi e o Bar do Kaley –, que são espaços que marcaram a minha experiência no território quando fui estagiária do Santa Lúcia, e foram retomados na fala de Gilmar. O bar do Kaley é um dos mais antigos da favela e lá se vende de tudo: galinha, pato, cerveja, cigarro, biscoito, entre outros produtos. De fácil acesso por ser na

Rua Principal, é tradicional na comunidade³⁴. A Praça do Boi é um local que não se constitui bem como uma praça, mas é assim chamada por ter uma calçada mais larga e ser localizada em uma parte mais aberta da Rua Principal. É assim denominada, pois antigamente uma família criava gado naquele local:

Era uma coisa muito curiosa, eles tinham a vaca, ai a vaca pastava onde é hoje os predinhos, ai eles iam buscar lá, e com certo tempo, não sei se você já foi em fazenda de gado, o gado começa a fazer o caminho sozinho, ele vai pro pasto e volta pro curral sozinho, e ali é como se tivesse sido o curral delas, elas chegavam e ficavam lá, amontoadas.

Pergunto: No meio da rua principal?

Gilmar: No meio ali, era uma rua, só passava e tinha aquele clarão ali né? Então elas ficavam ali a vontade, ficavam pelos cantos, elas estavam tão acostumadas que elas deixavam a rua livre. E as pessoas passavam e elas nem tchum pras pessoas, estavam acostumadas, né? Tinha vaca, tinha porco, criava porco. Essa outra família do lado, que era a família do Fernando também criava porco, era engraçado, porque era portão já, desse igual o nosso, ai a vaca vinha e a gente falava assim: gente, como é que essa vaca vai entrar la? Ela entrava no portão, como se fosse uma pessoa, tipo um cachorro. (Trecho da conversa gravada com Gilmar)

Apesar de atualmente não ter a presença de vacas, a Praça do Boi carrega essa história. Essa memória para o local indica que em outro tempo, havia outra vida, outros sentidos de moradia, outras formas de se apropriar do espaço. Gilmar conta que não nasceu na Favela Santa Lúcia, ele morava no interior. No entanto, teve que se mudar para a cidade grande com sua mãe e seus irmãos, pois uma de suas irmãs estava doente e precisava fazer um tratamento. A cidade mais próxima era Belo Horizonte. Chegaram à capital mineira e foram viver no Santa Lúcia. Gilmar lembra que no início não havia água encanada, apenas uma bica na Rua São Tomáz de Aquino, onde as famílias buscavam água nos baldes. Nessa época a vida parecia vida de roça, tal como a que ele tinha no interior – outros sentidos de moradia.

Quando jovem, Gilmar conta que fez parte do grupo do JUBA (Juventude Unida da Barragem Santa Lúcia), que organizava várias ações no morro, um dos mais famosos eventos construídos por eles foi a gincana JUBA que “não sai da memória do Aglomerado Santa Lúcia” (Cruz, 2009, p. 103). A primeira edição da gincana aconteceu em 2003 e era um evento anual

34 Em janeiro de 2020 fui ao Santa Lúcia para uma reunião do projeto Favela Bela, e Pelé me contou que o Bar do Kaley será removido pelo PVV, no lugar será feito um alargamento da rua principal. Infelizmente, não fui conversar com a família dona do estabelecimento, em virtude do tempo para finalizar o mestrado. No entanto, esse fato abre portas para futuras investigações sobre memória e espaço.

que se iniciava no sábado de manhã e finalizava no domingo à noite – horas ininterruptas de disputa, animação e partilha do sensível.

Geralmente a gincana é uma competição, mas os integrantes das equipes perceberam que aquela era uma boa oportunidade para mostrarem o que tinham de melhor a oferecer para a comunidade. Foram revelados muitos talentos. Era preciso cantar, interpretar, declamar, dançar ou simplesmente demonstrar destreza na bicicleta, nos patins ou no skate. (Cruz, 2009, p. 104)

A gincana era formada por equipes de todas as partes do morro:

Ser da Ekimalucos, Ekipirados, Ekimalandros, Foragidos ou Força Jovem era uma espécie de declaração de amor a um local do aglomerado. A divisão era por região e todas as partes do morro estavam representadas. As pessoas choravam ao vencer uma prova e não se importavam em pagar o maior dos micos para conseguir pontuação para suas equipes. Como a disputa era acirrada, ano após ano, aumentava o número de integrantes das equipes e algumas chegaram a ter 400 participantes. (Cruz, 2009, p. 105)

Gilmar conta que era um momento de paz no morro. Nos anos em que a gincana aconteceu (de 2003 a 2011), em vários momentos o morro estava em guerra devido ao tráfico, mas, nos dias da gincana, tudo ficava apaziguado.

Teve coisas incríveis, histórias incríveis, era uma coisa assim, quando a gincana acontecia aqui era muito violento, na década de 90 tinha muitos tiroteios né? Alguns assassinatos, né? Uma coisa horrorosa, no intervalo que tinha a gincana naquele mês que tinha a gincana os três dias eram isentos de tiroteios, não havia. A comunidade não fazia nenhum movimento contra isso, mas naturalmente acontecia isso. (Trecho da conversa gravada com Gilmar).

Compreendemos que os sentidos de moradia estão diretamente ligados à produção coletiva de memória, e localizamos, portanto, a gincana JUBA como uma manifestação cultural que possibilitava apropriação do território, trabalho coletivo, pois transformava o espaço em seu sentido afetivo, fazia parte da contínua formação dos lugares, que a cada vivência, a cada momento compartilhado, a cada situação vivida (seja ela boa ou ruim), agregavam significados aos sentidos do morar.

A memória pode se materializar em gestos cotidianos ou em espaços. Consideramos, portanto, o *Muquifu* como uma forma de materialização das memórias da Favela Santa Lúcia, muito ligado à atuação do grupo de jovens. Em conversa com Mauro Luiz da Silva – padre que foi pároco da favela Santa Lúcia por aproximadamente 17 anos –, ele conta que quando chegou à favela já havia uma comunidade organizada, que praticava sua religiosidade, mas também era engajada com a realidade daquele lugar. As ações desses grupos como o JUBA e a Comissão de Direitos Humanos foram cruciais para a ideia de criação do museu, que preservasse e contasse a história daquela comunidade.

Padre Mauro conta que Dona Emerenciana, uma senhora ativa na comunidade, propôs que em vez de fazerem uma procissão, que eles realizassem uma caminhada pela paz. Essa caminhada foi feita do ano 2000 até 2016. No primeiro ano de caminhada, eles haviam pensado em fazer uma intervenção na comunidade espalhando placas de paz, que eram envoltas com pisca-pisca e a ideia era que eles fossem acesos no dia 10 de dezembro – dia da declaração de direitos humanos. Era um domingo e Padre Mauro conta que quando chegou para ver as placas, a comunidade estava toda tomada por policiais – a história que circulou foi que um morador havia atirado em um policial que estava dentro da viatura, “foi muito mal contada a história no final”, relata o padre. Do dia 10 ao dia 24 de dezembro foram dias de terror na favela, uma caça ao morador que havia atirado no policial. No dia 24, a polícia atirou em um morador que levava o mesmo nome do suspeito – Ari foi executado em frente à comunidade, era servente de pedreiro e não tinha nenhum envolvimento com o tráfico e, ainda que tivesse, tamanha brutalidade e violência estatal não deve ser direcionada a ninguém. Esse fato impulsionou a criação de um dossiê intitulado *De tenente à servente – 14 dias de terror no aglomerado Santa Lúcia* – contendo reportagens e outros documentos sobre esse período. Posteriormente fizeram um manual de sobrevivência – o *Kit de sobrevivência para tempos de exclusão*, tal como relata Padre Mauro:

seria mais ou menos um manual de direitos humanos, mas tinham também as questões raciais, então não cabia falar que era um manual de direitos humanos. Era um como sobreviver na favela por ser negro, por ser um país racista, instituições racistas né? Como é que se sobrevive aqui. (Trecho da conversa gravada com Padre Mauro).

No mesmo ano organizaram o primeiro evento intitulado Quilombo do Papagaio que reunia toda a comunidade. Aconteceram 10 edições do Quilombo, de 2001 até 2012. Padre Mauro acredita que ele se tornou o Museu:

Então ele tinha esse nome né? Quilombo do papagaio: três semanas de paz e cidadania, em 2007 nós discutimos a questão do direito à memória e aí nós fizemos aquelas discussões e tal e no final a Josimeire, que essa que está sentada ali no templo, sentada ali, Josimeire já estava na época terminando o mestrado, aí ela sugere que a gente pegasse todo o material produzido e colocasse num espaço, que fosse o memorial do quilombo, não ela falou só um memorial, um memorial aqui do aglomerado para guardar documentos tipo um arquivo né? Juntando as teses, os documentos, as fotografias, vídeos, filme e tal. Aí fizemos isso, aí eu fui pra Itália e aí meu trabalho de conclusão de curso, foi uma graduação em patrimônio cultural e eu propus de transformar o memorial em um museu, aproveitando o nome quilombo né? E eu pensava que quilombos são esses? São quilombos urbanos, que estão na cidade e fazendo uma comparação com as favelas, praticamente chamando as

favelas de quilombos urbanos né? A minha intenção era essa. Colocar os dois nomes juntos e as pessoas me perguntarem se as favelas, na realidade nossa aqui né? Ocupação de maioria de negros, pobres, muitas vezes fugindo de alguma situação de uma realidade né? Vivendo uma experiência de solidariedade diferente da experiência na cidade, nos prédios, então enfim, eu achava... acho que tem muita semelhança com os quilombos tradicionais. E aí o nome já veio pronto Museu dos Quilombos urbanos e favelas para virar a palavra MUQUIFU que é uma brincadeira né? (Trecho da conversa gravada com Padre Mauro)

O museu foi então inaugurado no dia 20 de novembro de 2012 e a exposição de inauguração, que é permanente, contém esse memorial proposto pela moradora Josimeire, com fotos, teses, dissertações, vídeos, entre outros. Ao utilizar a palavra quilombo tanto no evento, e, posteriormente no nome do museu, o objetivo é trazer uma discussão racial:

(...) é possibilitar aos moradores do aglomerado serem mais que cidadãos, quilombolas. No entendimento de Padre Mauro, o conceito de cidadania permite a convivência com distorções e discrepâncias sociais. Ao contrário, fazer parte de um quilombo é a postura indicada. Inspirado em Zumbi dos Palmares, o termo quilombola significa resistência e luta pela igualdade de condições entre negros, brancos e índios, homens e mulheres. (Cruz, 2009, p. 74).

A criação do *Muquifu* e os eventos que a antecederam mostram uma necessidade da comunidade em valorizar a história, trazer a versão deles sobre o que é uma favela e como é viver nesse lugar. Diferente dos museus clássicos, que muitas vezes romantizam processos de violência, a experiência do *Muquifu* permite compreender a história daquela comunidade contada pelos próprios moradores, sendo, portanto, símbolo de resistência.

Nosso acervo é composto por fragmentos da memória coletiva dos moradores do Morro do Papagaio, local onde as questões urbanas, sociais e econômicas vão além do meramente exótico. Temas como desigualdade social, exclusão territorial e gentrificação fazem parte do nosso fazer museológico. A riqueza cultural e o patrimônio acumulado desde o início da ocupação da favela pelos eternos ‘retirantes urbanos’ são frutos da resistência daqueles que lutam contra a invisibilidade social e pelo direito à cidade, de quem são seus construtores. (Silva, 2016. p. 55)

Além disso, o *Muquifu* também é resposta direta às intervenções do PVV.

As notícias que chegavam ao Aglomerado a respeito da implantação do Vila Viva em outras regiões nos preocupavam, enquanto moradores e membros de uma comissão de Direitos Humanos, voltada à conscientização em relação à Igualdade Racial, Direito à Moradia, atuação na Comissão Local de Saúde etc. À medida que o Programa *Vila Viva* começou a ser implantado, esse mesmo grupo de moradores continuava engajado nas diversas questões relacionadas ao ASL. O início das demolições serviu como estopim para que nos

juntássemos em torno da preservação da memória e do Patrimônio Cultural – material e imaterial – do ASL, o que nos levou a criar o Muquifu. (Silva, 2018, p. 97)

Por apresentar a história daquele povo, o museu aponta pistas para pensarmos os sentidos de moradia. Na criação da instalação *Doméstica, da escravidão à extinção – uma ontologia do quarto de empregada no Brasil*, a ideia era que as mulheres que já viveram ou vivem nesses pequenos ambientes, localizados na grande maioria das vezes entre a cozinha e a área de serviço, são convidadas a deixar registradas nas paredes parte de suas memórias (Silva, 2016). Sobre a criação dessa instalação, Mauro Silva aponta:

O Quartinho de Empregada é uma bela experiência que nos surpreende a cada dia. Assim como o próprio MUQUIFU, está em constante mudança e recebe a cada ano, sempre no dia 27 de abril, quando se comemora o Dia da Empregada Doméstica, críticas e sugestões que permitem uma ampla variação no seu interior: a melhor disposição para a mobília, o que fica e o que sai do quartinho. Compartilho, assim, a curadoria do Quartinho de Empregada com as domésticas que visitam o museu, deixam suas memórias ali registradas, registram parte de suas histórias nas paredes, elogiam ou denunciam as arbitrariedades de suas patroas. (Silva, 2016. p. 61)

A exposição foi construída a partir de uma oficina com moradoras do morro e empregadas domésticas, onde foram selecionados os objetos que iriam compor a exposição. Se pensarmos que muitas dessas mulheres moravam na casa de seus patrões, indo para suas casas apenas finais de semana, a composição do quartinho de empregada, traz sentidos de moradia construídos por essas mulheres, habitar esse quarto era muito mais do que isso, significava não fazer parte daquela família, ser excluída – ter delimitado os espaços que poderia utilizar. Atualmente, a exposição também conta com intervenções de mulheres, trabalhadoras domésticas, que vão visitar e podem escrever nas paredes desse quartinho relatando um pouco a realidade que vivem ou o que já vivenciaram. A potência dessa exposição se dá, justamente, por possibilitar que essas mulheres desenvolvam suas vozes, uma narrativa desse ofício de empregada doméstica, resquícios da escravidão no Brasil, que é muitas vezes acompanhado de sofrimento e preconceito.

A criação do *Muquifu* caminha junto com a visão de que Paola Jacques (2011) nos traz sobre favela, seu olhar para além da estigmatização como local da violência, pobreza material e cultural:

(...) o MUQUIFU atua na desmistificação das favelas como guetos de violência, lugar da marginalidade e de miseráveis, bem como busca valorizar a riqueza das manifestações culturais identificadas na religiosidade popular,

no samba, na capoeira, no forró, no rap, através do grafite, no esporte, no artesanato e na arte popular. (Silva, 2016. P 60)

Além do *Muquifu*, há em curso no aglomerado Santa Lucia o resgate de saberes e produções tradicionais, como o *chá da dona jovem* – um misto de ervas feito por Dona Jovem, uma antiga moradora do aglomerado, que até hoje é conhecido por muitos ali dentro. Nos eventos da comunidade, é comum ser servido esse chá, como forma de divulgar esse saber.

Nesse sentido, entendemos que o *Muquifu* e outras ações de resgate da memória são importantes para ações de luta e resistência na comunidade, pois possibilitam aos seus moradores, sobretudo aos mais jovens conhecer um pouco da história do local em que vivem, além de divulgar os sentidos de ocupação e produções culturais para os que não habitam a favela. Valorizar e conhecer a cultura local são passos fundamentais na luta contra formas de remoções arbitrárias e violadoras de direitos, é lutar por uma memória social, pela legitimidade do território. No entanto, é importante apontar que alguns moradores afirmaram não frequentar o *Muquifu*, não se sentem inseridos nas discussões que ele provoca³⁵.



Figura 19: O morro visto desde o Muquifu
Fonte: Arquivo caminhadas

Como afirmam Massimi e Mahfoud (2012), “a dinâmica da cultura e a elaboração da experiência dá lugar à história e à memória, colhendo delas elementos críticos para as diversas

35 Não me aprofundei nessa questão, mas é importante pontuar esses dissensos que existem.

escolhas que continuamente os sujeitos são solicitados a fazer” (p. 66). Os autores completam que o presente é definido pelo futuro, mas que reconhecer o passado, a história, é fundamental no posicionamento frente ao que está por vir. Assim, uma comunidade que reconhece o seu passado e luta por sua valorização, é uma comunidade que resiste e sabe o porquê dessa resistência. As ações de resgate de histórias, como já abordamos, permite aos moradores reviver o passado, pois ao resgatar memórias, eles podem dar novos significados à própria existência, possibilitando lutar por um futuro menos opressor e pela permanência do território da favela.

3.4) FAVELA OU AGLOMERADO? “EU MORO NA VILA”

Espaços por onde caminhamos: Muquifu - Rua Santo Antônio do Monte - Rua Professor Anibal de Matos - Rua São João Nepomuceno - Beco São João - Rua Brasília – Rua H – Beco R (onde se localiza uma horta comunitária).



Figura 20: Caminhada com Gláucia na Vila Estrela

Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenções da autora



Figura 21: caminhada com Dávila na Vila Estrela
 Fonte: imagem retirada do Google Earth com intervenções da autora



Figura 22: Caminhada no Muquifu
 Fonte: Imagem retirada do Google Earth com intervenções da autora

Seguindo as linhas do nosso território-rizoma, aqui falaremos sobre a nossa experiência na vila mais antiga da Favela Santa Lúcia: abordaremos sobre o espaço sempre em transformação da Vila Estrela, contando um pouco sobre as caminhadas que fizemos com duas moradoras. Voltaremos a territorializar no *Muquifu*, também localizado nessa vila, mas dessa vez faremos uma reflexão sobre os processos que atravessam a construção das casas com quartinhos de empregada afetando os sentidos de moradia e, também contaremos sobre a conversa com Mauro Luiz da Silva (padre Mauro), sobre a criação da *Igreja Maria Estrela da Manhã*.

Compreendemos a existência de, pelo menos, dois tipos de estudos sobre favelas: aqueles que analisam a formação do território e sua relação com o cotidiano, apontando diferenças na forma de fazer/pensar o espaço quando comparados aos projetos da cidade formal (Jacques, 2011); e outros que buscam compreendê-la a partir dos estigmas e vulnerabilidades sobre as quais foram criadas (Valladares, 2000). Entendemos a Favela Santa Lúcia enquanto um lugar sempre em transformação e compreendemos que eles são formados por meio da alteridade, do encontro com a diferença e, também, pela apropriação e significação do espaço vivido. Portanto, cada lugar tem sua especificidade – as favelas não são homogêneas, e talvez seja isso que o PVV e outros projetos de intervenção não consigam captar, as peculiaridades de cada local não podem ser contempladas em projetos que tem como *modus operandi* o “copiar e colar”. Dessa forma, optamos por utilizar, quando falamos de estética e de cotidiano, a perspectiva adotada por Paola Jacques (2011). No entanto, é importante salientar que

Não se trata de apologia à pobreza ou de uma tentativa de romancear a dura realidade dos morros. Os espaços nobres da cidade evidenciam o desnível de qualidade de vida entre as favelas e os bairros nobres. **Mas, ao mesmo tempo, não são apenas os aspectos urbanísticos que compõem os requisitos para se escolher um determinado lugar para viver. Por mais que os recursos para comprar um imóvel sejam relevantes, não podemos ignorar os aspectos subjetivos da escolha.** Devemos levar em conta questões culturais, como as relações estabelecidas, o nível de interação com os vizinhos, o status a se ostentar ou o quanto isso pode não ter importância para se afirmar. E também a capacidade de alguns para subverter estereótipos sobre determinados lugares, dando visibilidade a locais que para outros seria melhor se nem existissem. (Cruz, 2009, p. 44, grifo nosso)

Nesse sentido, compreendemos que essa dimensão subjetiva que influencia as escolhas pelos locais de moradia, nos indica que ocupar um espaço é mais do que ocupar uma estrutura física, está também na ordem dos afetos, dos encontros, dos sentidos de moradia, daquilo que

transforma o espaço em lugar e que possibilita uma ligação entre o indivíduo e o território que ele ocupa. É exatamente isso que encontramos na Vila Estrela, pode não ser uma opinião geral de todos os moradores, mas as duas mulheres com as quais conversamos e caminhamos mostram profundas ligações com aquele espaço, nascidas e criadas ali, são descendentes das primeiras pessoas que ocuparam o local. Conversamos e caminhamos com Dávila Rocha e Glaucia Rocha³⁶ – mãe e filha – que tem um protagonismo político-social central na vila. A Vila Estrela, tal como indicam os moradores mais antigos, foi a primeira vila a ser construída no território.

Os moradores mais antigos contam que a história do aglomerado começou no início da década de 1920, quando uma luz brilhou do alto do morro, feito uma estrela. Era a chama de uma lamparina na primeira casa da comunidade que nascia, e por isso o lugar foi batizado com o nome de Vila Estrela. (Cruz, 2009, p. 22)

Cheguei à Vila Estrela em novembro de 2018 para o evento *Favela Bela*. Antes eu nunca havia me perdido nos becos e ruas dessa parte do território da favela. A partir desse dia sabia que precisava voltar à vila em outro momento. É interessante perceber como a pesquisa em movimento nos leva para lugares que não imaginávamos circular, caso utilizássemos uma metodologia mais sedentária. Não pensava em caminhar pela Vila Estrela, mas as minhas andanças por outros espaços, com outras pessoas me levaram até lá. E me levaram até Gláucia e a Dávila que se disponibilizaram a caminhar comigo.

Para o encontro com as moradoras retornei à vila no início de 2019. Era sábado e encontrei com Gláucia na casa dela, sentamo-nos no sofá para conversar e Dávila chegou logo em seguida e se juntou à conversa. Esse diálogo inicial foi para contar um pouco sobre a minha ideia de pesquisa e convidá-las a caminhar comigo. Retornei à vila na semana seguinte para caminhar com Dona Dávila. Como chovia muito nesse dia, ela me chamou para entrar em sua casa. Começamos a conversar e ela pontuou uma crítica em relação à universidade, apontando certo receio de ter pessoas que vão naquele território, sugam as informações e depois não retornam, ou não deixam nada de si, cujas pesquisas não provocam e nem agregam nada ao espaço. Compreendi essa crítica como uma possibilidade de fazer uma pesquisa diferente, e busquei sempre me envolver e contribuir para outras atividades na favela (para além da pesquisa) e ainda que tenha finalizado o trabalho de campo, continuo frequentando o local e participando de alguns coletivos, como o Favela Bela e a Rua do Livro.

³⁶ Dávila trabalhou como serviços gerais em várias escolas do município. Atualmente é aposentada e cuida de seus netos, além de vender alguns produtos em casa (cerveja, cigarro, bala, etc). Glaucia é técnica de enfermagem.

Não sei se rompi com essa frustração de Dávila, mas sei que escutar isso foi bem importante para entender o meu lugar enquanto pesquisadora e não habitante da favela, e os cuidados que eu deveria ter, uma preocupação que já me acompanhava, mas que foi atualizada com essa fala. Continuamos a conversa e perguntei a Dávila qual era significado que ela atribuía a sua casa, ela me respondeu: “É tudo pra mim”. Ao dizer isso, ela aponta essa dimensão subjetiva do morar que, como já afirmamos, habitar uma casa está além de habitar uma estrutura física. Logo quando se mudou para essa casa, Dávila conta que só havia construído um cômodo e depois foi aumentando, mas ela aponta: “Se tivesse só um cômodo até hoje, eu ainda estaria aqui”. Ela criou suas duas filhas naquele local, que hoje moram próximas a ela.

Quando a chuva cessou, Dávila me chamou para ir com ela à creche, localizada no beco São João para buscar o seu neto. Segundo ela, a creche é a melhor coisa que eles têm na vila, não é pública, é vinculada a igreja e se chama *Escolinha Evangélica de Educação Infantil*. Seguimos até lá e Dávila pediu para uma funcionária me mostrar a escola. Caminhei um pouco pelo interior da creche, que tem realmente uma boa estrutura para as crianças. Quando saí, Dávila estava me esperando na Rua São João Evangelista, e conversamos um pouco e ela caminhou comigo até a Rua Aníbal de Matos, que antigamente era um beco. Conta que houve uma mudança na relação com os vizinhos do bairro ao lado, a partir da transformação do beco em rua, fazendo com que os habitantes do bairro formalizado passassem a utilizar essa via, o que, segundo Dávila não acontecia antes: os carros não podiam passar, pois a rua era um beco e as pessoas também não caminhavam pelo local, devido ao medo, talvez. A partir dessa intervenção e dessa maior interação entre bairro formal e favela os sentidos de moradia (dos dois lados) vão sendo reconfigurados. Talvez esse seja o exemplo de uma intervenção que fez sentido para o espaço em que foi construída.

A caminhada com Gláucia aconteceu um tempo depois. Era sábado e fazia muito sol. Subimos a Rua São João Evangelista quase chegando à virada para Rua Brasília, onde foi construída uma pracinha que não havia da última vez que eu andei por lá (aproximadamente um mês antes). Comento com Gláucia sobre essa novidade e ela me diz: “vou ser sincera com você: os meninos do tráfico que fizeram”. Gláucia conta que fizeram contato com um vereador, pedindo para ele fazer essa pracinha nesse local e, depois de um tempo e algumas burocracias, o vereador disse que conseguiria os materiais e aí os meninos do tráfico fizeram. Desde que comecei a conversar com Gláucia e sua mãe, elas apontam que a vila não dispõe de um local para lazer, e o desejo de ter a pracinha é justamente para ter esse local comum para as crianças

brincarem ou os jovens e adultos poderem sentar-se para conversar – um local que possibilite o encontro com o outro.

Seguimos até a Rua Brasília, onde paramos para observar o parque ecológico Santo Antônio, e ela me contou que quando criança eles brincavam muito por ali, havia uma gangorra no meio das árvores – nesse momento a caminhada evoca lembranças, memórias. Seguimos até a rua H e chegamos nos predinhos, construídos pelo Orçamento Participativo (OP), do mesmo modelo do PVV. Me chamou atenção que havia muitas pessoas na rua, crianças, adultos, jovens, muito mais do que nos predinhos localizados do outro lado do morro, a *ginga* já havia tomado conta daquele local, construído nos moldes cartesianos. Subimos uma escada, onde se localiza uma horta comunitária e, no final, encontramos uns amigos de Gláucia e ficamos conversando com eles. Novamente eles apontaram a falta de lugares comuns, como praças, quadras naquela região da favela. Me pergunto: se é uma necessidade dos moradores, porque o PVV não previu a construção de praças ao longo do território da favela? Retornamos à Rua São João Evangelista, me despedi de Gláucia e voltei para casa. As duas caminhadas foram potentes, sendo possível conhecer mais do território, observar a potência do encontro, da alteridade, perceber o que movimenta aquele lugar.



Figura 23: Beco que entre a Rua H e a Rua Brasília
Fonte: Arquivo caminhadas



Figura 24: Intervenção Favela Bela espalhadas pelo espaço
Fonte: Arquivo caminhadas

Dávila e Gláucia apontam que a vila é um local esquecido quando comparado aos outros territórios do morro e acreditam que tal esquecimento tem relação com a associação da vila não estar regularizada. Essa situação é fruto de um conflito existente: o antigo presidente da associação faleceu e sua filha recusa em repassar os documentos para os moradores da vila, fazendo com que a associação esteja impossibilitada de ser retomada. No entanto, mesmo com essas dificuldades, a filha mais velha de Dávila, a Elaine Rocha, começou a integrar e representar a Vila Estrela no Centro de Defesa Coletiva, juntamente com Júlio Fessô (Presidente da Associação Santa Rita de Cássia) e representantes de outros territórios da favela.

Não sei se é em decorrência deste “esquecimento”, mas a Vila Estrela tem outra temporalidade, se compararmos com o restante da favela. Não é um território grande, mas sua história é permeada por afetos, laços de solidariedade, resistências, assim como os outros lugares do território-rizoma. Favela e bairro formal vão se confluindo.

Em minhas idas à Vila Estrela, busquei compreender o que diferencia favela e bairro, quais são as diferenças que comportam espaços tão próximos. Seria a arquitetura das casas, das ruas, composta por estéticas diferentes? Acredito que sim, mas também tem algo do uso daquele espaço, a forma como os seus habitantes o percorre, há outra temporalidade – um cotidiano vivido diferente dos que vemos na cidade formal. Retomando aos escritos de Jacques (2011), em *Estética da ginga*, a autora aponta que nas favelas os primeiros barracos foram construídos

com fragmentos de materiais encontrados e recolhidos pelo próprio construtor, ela denomina essas casas de *abrigo*:

No início, o abrigo consiste sempre em uma peça única; será ampliado de acordo com o tempo e os meios do construtor, que desde o começo deve provar dispor de grande capacidade de adaptação e de imaginação construtiva: o “jeitinho” é a condição *sine qua non* para se construir um barraco numa favela (Jacques, 2011, p. 27)

Podemos perceber isso na Vila Estrela – casas que foram ampliadas com o decorrer do tempo – apontando uma estética própria, fruto do trabalho árduo dos moradores para melhorar as condições de moradia. Atualmente, na Vila Estrela, encontramos casas de alvenaria, isto é, a construção se transformou, mas não perdeu a sua estética singular – não foi construída tendo em vista projetos “cartesianos modernistas”, aquele que vemos na cidade formal.

À medida que o abrigo vai evoluindo, os pedaços menores vão sendo substituídos por outros maiores e o aspecto fragmentado da construção vai ficando cada vez mais evidente. O último estágio da evolução de um abrigo precário - a casa em alvenaria, sólida - já não é formalmente tão fragmentado, muito embora não deixe de ser fragmentário: a casa continua evoluindo. Os barracos são fragmentários porque se transformam continuamente. (Jacques, 2011, p. 28)

Fragmentários porque é sempre possível construir um cômodo a mais, tem a ver com a possibilidade de utilização do espaço vivido – à medida que a configuração familiar vai mudando, a estrutura das casas também acompanha essa mudança. Foi assim que Dávila construiu uma casa próxima a de seus pais e posteriormente suas filhas também construíram: a arquitetura das favelas acompanha o cotidiano, sempre inacabado e repleto de novas experiências. É o que Paola Jacques vai chamar de bricolagem: “A bricolagem é uma reciclagem arquitetural, sobretudo aleatória, que nasce da fragmentação de antigas arquiteturas” (2011, p.29). Essa construção sempre contínua da arquitetura da favela faz com que esse lugar além de ter uma estética própria, tenha também uma temporalidade própria, diferente das casas que vemos na cidade formal, planejada de modo cartesiano:

Assim como os abrigos construídos pelos favelados estão mais próximos da bricolagem (e do vestuário) que da arquitetura, sua maneira de viver se aproxima mais da ideia de abrigar que de habitar. Isso muda a relação de temporalidade, já que a grande diferença entre abrigar e habitar vem do fato de que abrigar é da ordem do temporário e do provisório, enquanto habitar é da ordem do durável, do permanente. (Jacques, 2011, p. 30)

É o que percebemos nas andanças pela Vila Estrela, ao percorrermos as principais ruas da vila e encontrarmos um espaço em constante (trans)formação. Os habitantes mais antigos contam como a estrutura do espaço melhorou ao longo dos anos e isso se refere tanto à atuação do poder público, quanto à atuação dos moradores. Márcia Cruz (2009) aponta que a arquitetura da favela é formada por uma “coerência peculiar”, justamente por terem outra temporalidade e serem construídas por meio da bricolagem, elas são peculiares quando comparadas com as casas cartesianas, mas coerentes com o cotidiano e necessidades da favela.

Em uma de minhas andanças com Dávila, perguntei como ela se referia ao local em que vivia, se chamava favela ou aglomerado, ela me respondeu: “Eu chamo de vila”. Segundo ela, o termo aglomerado parece designar aquele local de forma pejorativa, como se fosse um amontoado de gente, casas, animais. Quando pensa em aglomerado, Dávila se lembra de sua vó e de seu trabalho na feira – caixotes amontoados com os produtos para a venda. Sobre favela ela também não gosta, pois acredita também ser um termo que não traduz aquele lugar, por isso, ela fala: “eu moro na vila”. Ao longo dessa escrita não utilizamos a palavra aglomerado para se referir ao nosso território-rizoma, pois não acreditamos que esse termo consiga captar a potência daquele local; optamos por favela, mas achamos interessante essa pontuação de Dávila, pois ela mostra que a favela não é homogênea. Por isso a necessidade de se afirmar que mora na vila, pois a vila, sim, diz dos seus sentidos de morar.

Os sentidos de moradia dessas duas mulheres estão ligados à Vila Estrela, às transformações do espaço e também ao protagonismo político e social que elas assumem, Dávila é considerada uma líder comunitária, todos a conhecem e a procuram quando vivenciam algum problema. Além disso, nas reuniões do conselho municipal de habitação, ela é chamada como representante da Vila. Junto com Gláucia compõe um grupo de mulheres da Vila Estrela que se reúne esporadicamente para pensar em ações e melhorias para a vila. O protagonismo feminino em favelas não é algo só do espaço da Vila Estrela. Existem estudos que apontam o trabalho de mulheres para pensar ações coletivas nos espaços em que vivem. O trabalho de Nilza Nunes (2018) aponta esse protagonismo feminino, e é a partir disso que a autora propõe o termo *mulher de favela* para designar essas mulheres de periferia que exercem algum tipo de liderança no território em que vivem:

Mulher de favela é um constructo teórico que este trabalho propõe e que se refere a um sujeito político, histórico, expresso no singular, mas que é coletivo por natureza. Como tal, entendemos que as moradoras de favelas que encarnam esse conceito são agentes sociais e políticos que reúnem o que Gramsci (1999) chamaria de consciência “em si” e “para si”. Adicionalmente, arriscamos supor que esse sujeito se constrói também a partir de uma

consciência “de si” e “para o outro” a partir da solidariedade horizontal. (Nunes, 2018, p. 12)

A experiência política de Glaucia e Dávila nos permite afirmar que elas são *mulheres de favela*, e que, a partir do afeto e da solidariedade, transformam as redes e fluxos dentro do território em que vivem, em ações coletivas, pois elas não atuam apenas em função de um desejo individual. Lucas Furiati e Cláudia Mayorga (2016) desenvolvem um estudo que mostra o protagonismo político das mulheres no contexto do PVV – Santa Lúcia. Ao fazerem um estudo de mulheres em contexto de remoção, eles afirmam que é necessário localizar que falamos de uma “realidade terceiro-mundista, pós-colonial e inserida no contexto de exclusão do capitalismo globalizado” (Furiati e Mayorga, 2016, p. 50.). É importante, portanto entender as especificidades do que é ser mulher em cada território, visto que é uma experiência que não pode ser homogeneizada. Como afirma Márcia Cruz:

(...) única como tantas mulheres que vivem nas favelas e são muito mais que negras faveladas. Esse termo é muito pouco para descrevê-las, principalmente quando empregado para limitar as pessoas, segregando-as em categorias pré-estabelecidas de comportamento numa atitude que revela preconceito e discriminação. (Cruz, 2009, p.15)

Assim, ao pensar no termo mulheres de favela, construído por Nilza Nunes, podemos afirmar que falamos aqui de *Mulheres da Vila Estrela*, quando pensamos na atuação política e social delas, mas entendendo que essas mulheres têm vivências diferentes, mesmo vivendo em um mesmo território. No entanto, há algo que as une, que podemos definir por uma luta ao direito à cidade. Compreendemos que as relações de gênero e raça estão presentes na contínua transformação dos espaços, percebemos isso em vários pontos do nosso território-rizoma, no entanto, foi na Vila Estrela que apareceu de forma mais latente. Voltamos aqui a falar sobre o *Muquifu*, compreendemos que a presença forte de mulheres que lutam e resistem naquele território não diz só de Dávila e Glaucia, mas também das 14 Marias, história contada pelo Padre Mauro.

Combinamos uma caminhada pelo *Muquifu* com Padre Mauro, por se tratar de um espaço dedicado às memórias da Favela Santa Lúcia, intimamente ligadas ao espaço e aos sentidos do morar, como vimos na parte intitulada *Memórias políticas*. Antes de iniciar a caminhada pelo museu, sentei na *Capela Maria Estrela da Manhã* para conversar com Padre Mauro, que contou sobre a história de criação desta capela e as problemáticas que a envolvem.

Mauro Luiz da Silva foi padre da paróquia Nossa Senhora do Morro do ano 2000 até 2016, com quase 17 anos de atuação, ele ajudou a desenvolver diversas ações pelo território,

muitas delas relacionadas à questão racial³⁷. É importante ressaltar aqui a fala de Padre Mauro ao apontar que se identificou enquanto negro quando chegou à Favela Santa Lúcia, suas ações estão extremamente ligadas a esse reconhecimento:

E aí eu fui percebendo que eu sempre tive esse questionamento sobre o pertencimento à cidade, porque eu sou filho de mãe branca e meu pai é negro, a minha mãe quando a gente era criança, nós éramos cinco meninos, depois veio minha irmã mais nova, aí às vezes quando ela precisava ir ao centro pra fazer alguma compra, alguma coisa assim, ela se preparava e falava que ia à cidade, isso só veio depois por que ela falava isso e aí depois mais tarde eu entendi que de fato a cidade não era pra todo mundo, a cidade não era nosso lugar, foi a compreensão que eu tenho hoje né? Eu entendi pela minha trajetória que a cidade de Belo Horizonte mesmo, que a cidade tinha sido planejada pra uma pequena porção de pessoas e que de fato nós não nos enquadrávamos na porção pela qual a cidade tinha sido planejada, é uma cidade para muitas poucas pessoas né? Pra 300 mil habitantes que acabou sendo ocupada por três milhões né? A Belo Horizonte atual quase 3 milhões de habitantes. Isso tem a ver com toda a trajetória que eu vivi aqui no aglomerado, porque aí mais perto ainda do centro né, que é a avenida do contorno, mas ainda perto do centro era periferia e era mais periferia do que o bairro onde eu nasci, que era zona leste há uns 7km daqui. E aqui tá a 1km do centro. E aí eu fui percebendo que está questão de periferia era muito mais social do que geográfica né? De quilometragem, o que tá mais perto do centro o que tá mais longe, aí eu fui entender essa questão da periferia social, o que está a margem e fui percebendo que essas pessoas que estavam a margem eram muito mais semelhantes a mim e da minha parte negra, da parte negra da minha família e aí eu fui criando uma identidade também, eu percebi que quem tá fora do centro, quem tava fora da cidade eram muito mais parecidos comigo né? Com a parte negra da minha família e quem tava dentro da cidade era muito mais parecido com minha mãe, que era branca, ela faleceu. (Trecho da conversa gravada com Padre Mauro)

Essa fala relata uma mudança no seu modo de subjetivação, de se colocar no mundo, pois, a partir de sua inserção no Santa Lúcia, Padre Mauro se reconhece enquanto negro, entende que há diferença nos espaços destinados a pessoas com a mesma cor de sua pele, começa, então, a discutir sobre a questão racial, os processos de segregação que levaram os negros a serem impedidos, inclusive de exercer a sua fé. Outro aspecto importante é dizer que Mauro Luiz da Silva, além de ser padre, é também pesquisador e denuncia, em seus escritos, processos de segregação dos negros associados também à proibição de práticas religiosas.

A história da construção da “Igreja de verdade” se inicia com a chegada de Padre Mauro ao Santa Lúcia. Segundo seu relato, onde hoje se localiza a capela, havia um “barracãozinho miserável, miserável, um barraco assim inacreditavelmente miserável”, onde um grupo de mulheres se unia para fazer suas orações. Mauro relata que isso chamou sua atenção e se

37 Entre elas podemos destacar: Quilombo do papagaio, Caminhada pela paz e a própria criação do museu.

perguntava como uma paróquia tinha uma comunidade religiosa tão miserável? Ele foi se aproximando dessas mulheres e começou a compreender o desejo de cada uma, que direcionavam a seguinte pergunta a ele: “Quando vamos ter nossa igreja de verdade?”. Essa pergunta diz da problemática envolvendo a utilização desse local, no início da década de 1990. Essas mulheres chegaram ao barracão e viram que ele havia sido colocado à venda. A fala de Dona Santa, relatada por Padre Mauro, representa o significado que aquele local tinha para essas mulheres:

elas chegaram um dia nesse barracãozinho que elas chamavam de igreja e ele tava sendo colocado à venda, aí uma delas relata que é a Dona Santa, o nome dela mesmo é Argentina, **ela fala que o dia que viu a placa de venda foi como se uma espada tivesse atravessado o coração dela**, aí eu fui perguntar como tinha acontecido e elas me narraram ne, essas mulheres.. que elas chegaram aqui, aí tava colocado a venda, aí elas ligaram para o telefone que estava na faixa e o telefone era da paróquia vizinha, que é a paróquia do bairro Santo Antônio, paróquia menino Jesus, na Paulo Afonso. (Trecho da conversa gravada com Padre Mauro)

As 14 Marias utilizavam aquele barracão desde a década de 1970. Além de fazerem suas orações, era um espaço em que se encontravam para costurar, conversar, cozinhar (Silva, 2019). Padre Mauro conta que as mulheres relataram que quando ligaram para o número que estava no cartaz descobriram que o terreno era da paróquia vizinha, e que eles iam vender. Quando afirmaram que estavam utilizando aquele local, não foram escutadas. Elas falam, então, que era isso que tinha acontecido:

(...) e elas me falaram isso que ficaram muito chateadas e a história terminou assim. Eu falei: terminou nada vocês ainda estão aqui, o que vocês fizeram? Aí uma fala da Emerenciana (que é aquela de verde lá em cima, aponta para pintura)... A Emerenciana fala: Não a gente só foi ficando, porque a gente não tinha para onde ir... Eu acho que essa é também uma fala importante né? Tem uma voz aí que eu sempre fiquei tentando entender de onde que vinha essa voz para falar: “a gente foi ficando, porque a gente não tinha para onde ir...” aí são tantas informações ne? Então aí com essa fala delas, mas aí eu falei: vocês resistiram, eu que coloquei essa palavra, vocês resistiram, vocês ficaram né? E elas começaram a falar então da necessidade de construir... já aí a Dona Santa de novo: porque a gente tá aqui nesse barraco né? Quando é que a gente vai ter a nossa Igreja de verdade aqui? (Trecho da conversa gravada com Padre Mauro)

Podemos compreender nessa fala – “a gente foi ficando” – um processo de resistência e luta por territórios que acompanham as famílias residentes das favelas. Além disso, o fato das 14 Marias não terem, nessa época, o que elas chamam de Igreja de Verdade também é fruto desse esquecimento que atravessa a Vila, como apontado por Dávila e Gláucia. Seja na luta pela construção dessa igreja ou outras intervenções no espaço, algo que acompanha as mulheres da

Vila Estrela é a resistência e a luta, que vão ganhando adeptos no percurso. Foi o que aconteceu com a chegada do Padre Mauro, que se identificou com essas mulheres e pela falta de “espaço” que elas apontam – o não ter para onde ir. Ele, então, aderiu à luta para a construção dessa igreja. Com ajuda de uma paróquia vizinha e outros recursos, eles conseguiram comprar o terreno, o sonho da “Igreja de verdade” tinha bases para ser iniciado. Padre Mauro começou então a destinar a pouca verba que a paróquia já tinha para a construção da capela da Vila Estrela, o que não aconteceu livre de conflitos, pois moradores de outras localidades da favela questionavam, porque também queriam fazer mudanças ou reformas nas próprias igrejas. No entanto, para ele era inadmissível que a paróquia se preocupasse com essas outras questões, enquanto uma vila não tinha um lugar digno para se reunir.

Em 2008 foi inaugurada a *Capela Maria Estrela da Manhã* e, posteriormente o *Muquifu* foi transferido para o prédio anexo, o museu também retrata a luta das moradoras para a construção da “Igreja de verdade”.



Figura 25: Canecas das *14 Marias* para o chá da Dona Jovem

Fonte: Arquivo caminhadas

Como já afirmamos, Padre Mauro é também pesquisador e está desenvolvendo uma pesquisa de doutorado, buscando compreender como as práticas religiosas dos negros foram segregadas e a relação com a construção das cidades. Em recente artigo publicado, intitulado *Os 200 anos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Belo Horizonte: Negligências, Silenciamentos e Resistências* (Silva, 2019), ele relata a história de criação da Capela Maria

Estrela da Manhã e faz uma correlação da quase remoção das 14 Marias com a proibição da festa do Rosário na nova capital do Estado, na década de 1920. Antes da criação de Belo Horizonte, havia um arraial, denominado curral Del Rei e, nesse arraial havia a Igreja do Rosário, que teve que ser removida para dar lugar à Comissão Construtora da Nova Capital. Até foi destinado, na cidade planejada, um lugar para que essa igreja fosse reconstruída. No entanto, em 1926 o Bispo Dom Cabral proíbe a comemoração do Rosário na nova capital, em uma atitude racista, excluindo assim essa manifestação religiosa dos negros dos limites da Avenida do Contorno³⁸ (Silva, 2019). A proibição da festa do Rosário indica que a cidade planejada foi construída para atender às necessidades, interesses e manifestações da branquitude, sendo uma ação completamente racista. As favelas são resposta e resistência a esse ideal de cidade e, por isso, nesses locais podemos encontrar diferentes manifestações e formas de se ocupar o espaço.

Novamente, quase 50 anos depois, 14 mulheres, quase todas negras, também correram o risco de exercerem a sua fé no lugar que escolheram. Por isso, podemos afirmar que a construção da *Capela Estrela da Manhã* constitui-se enquanto uma vitória do povo negro, em ter o seu território reconhecido, e uma resistência frente a esse modelo de cidade que se mantém segregador em vários aspectos. A igreja é um patrimônio para a Vila Estrela e deveria ser também visto dessa forma para a cidade. Para retratar a luta por sua construção, os afrescos que compõem a pintura da Igreja recontam essa história de luta pela igreja de verdade: as 14 Marias são representadas nas pinturas como santas, num painel intitulado *Igreja das Santas Pretas*:

As cenas narram, cronologicamente, a história de Maria, mãe de Jesus, e seguem uma liturgia católica que celebra, durante o período da Quaresma, as sete (7) Dores de Nossa Senhora, e durante o período da Páscoa, as sete (7) Alegrias de Maria. O cenário da Igreja das Santas Pretas é a favela com as “tintas” do cotidiano: casas, capelas, bares, vegetação, ruas e becos. (Silva, 2019, p. 215)

38 Em seu projeto inicial, Belo Horizonte seria envolvida por um cordão viário denominado Avenida do Contorno, a cidade ficaria “dentro” desse círculo. No entanto, com o crescimento populacional, a cidade se expandiu para muito além deste círculo.



Figura 26: Parte da Iconografia Igreja das Santas Pretas com o antigo barracãozinho
Fonte: Fotografia de Marcos Mendes



Figura 27: Parte da Iconografia Igreja das Santas Pretas
Fonte: Fotografia Marcos Mendes



Figura 28: Parte da Iconografia Igreja das Santas Pretas
Fonte: Marco Mendes

É importante ressaltar que conversei apenas com Padre Mauro porque a proposta de caminhada dialógica me leva até ele. Fui inicialmente para conhecer o *Muquifu*, e foi o movimento dessa experiência que me colocou em contato com a história dessas mulheres, e que achei importante apontar nesse trabalho, pois me leva a refletir sobre o protagonismo das mulheres na Vila Estrela, algo que percebi em outras caminhadas pelo território. Os caminhos que segui para essa pesquisa não me levaram até as 14 Marias, mas outras pesquisas nesse território-rizoma podem aprofundar sobre a história dessas mulheres e desta vila. É importante compreender que a quase expulsão das 14 Marias do barracão onde hoje se localiza a igreja é também fruto dessa construção de cidade que tenta excluir e apagar a memória de determinada população.

Nesse sentido, é mister apontar que os espaços da cidade são construídos tendo em vista vários processos, dentre eles podemos citar a segregação social e o racismo. Raquel Rolnik (1989) apresenta um estudo que evidencia a construção dos espaços ocupados pelos negros na cidade e o seu contínuo processo de estigmatização:

A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seus territórios na cidade; se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de

subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marcar de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em visita ao cortiço; do registro esquadrinhador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas. (Rolnik, 1989, pp. 88 e 89)

Foi construído, portanto, no imaginário social que os territórios ocupados por pessoas pobres, em sua grande maioria negras, são territórios marginais e, portanto, perigosos, que devem ser evitados. Cria-se, assim, muros invisíveis na urbe. É válido ressaltar que a favela não surge como uma opção para se viver na cidade, mas constituiu-se justamente como falta de opção, já que para aquelas pessoas não foi destinado local na cidade formal (recém planejada) para morar. No entanto, se no início não era uma escolha, podemos afirmar que hoje ter o território reconhecido é um desejo dos moradores das favelas, pelo menos daqueles com os quais caminhamos, que lutam para que seus locais de moradia sejam valorizados, mostrando a potência de criação existente nas favelas. As pessoas foram se apropriando do local, criando processos de resistências frente às remoções, construíram subjetividades e referências culturais nesses locais, cada um à sua maneira, pois como já afirmado as favelas não podem ser tomadas como um território homogêneo. Essa homogeneização não pode ser vista nem dentro do mesmo território: no Santa Lúcia, por exemplo, cada vila possui histórias, problemáticas e sentidos de moradia distintos – como vimos ao longo da pesquisa.

Se há uma contínua desvalorização dos espaços ocupados por pessoas negras e pobres, podemos afirmar que as construções da cidade são voltadas para os interesses e valorização de uma branquitude e, conseqüentemente, para os ricos. A questão de classe e raça, portanto, também são definidores do projeto da cidade formal. Existe explicação para que, em Belo Horizonte, assim como em outras cidades brasileiras, muitas favelas serem localizadas próximas a bairros ricos da cidade, pois a população residente da favela constitui-se como mão de obra barata para a população rica. Fato que comprova isso é a exposição já citada *Doméstica: da escravidão à exclusão*, que conta a história de trabalhadoras domésticas em casas de outras famílias, ofício realizado por muitas moradoras do morro.

Maíra Viana e Ricardo Trevisan (2016) fazem uma reflexão sobre o quartinho de empregada: desenvolvem uma pesquisa sobre a evolução da moradia, indicando que na era colonial existiam as senzalas, posteriormente com a contínua urbanização das cidades e a abolição da escravidão – a estrutura das casas muda, fazendo surgir o quartinho de empregada – localizado nos fundos da casa, que passa a ser dividida por áreas sociais, íntimas e de serviço (onde se localizavam os quartinhos):

Com a herança histórica dos escravos em nossa sociedade, e seu trabalho nas casas rurais e urbanas do período Colônia-Império, o empregado doméstico do século vinte assumiu no Brasil um papel de ajudante do lar que, inicialmente, não possuía direitos trabalhistas como outros assalariados. A regularização da profissão começa apenas em 11 de dezembro de 1972, com a Lei presidencial n.º 5.859 que a conceitua e lhe atribui direitos. Em 1988, com a nova Constituição Federal, aparecem outros direitos, como o repouso semanal remunerado, que já começaria a mudar certos hábitos dentro das residências. Antes disso, era comum encontrar uma cultura nas classes média e alta de que a empregada doméstica, vinda muitas vezes do interior, sem perspectiva de melhores condições de vida na cidade natal, dormisse na casa onde trabalharia, assim como acontecia desde a época das senzalas. Dessa forma, havia a necessidade de manter o quarto de serviço na composição funcional das habitações. Uma vez dormindo, tais empregados, na grande maioria mulheres, trabalhavam sem turno definido, manhã, tarde, noite e, também, de madrugada, caso fosse necessário. (Viana e Trevisan, 2016, p.13)

A ótica do quartinho de empregada gira em torno dessa cultura, ainda que a trabalhadora doméstica fosse oriunda da mesma cidade dos patrões, era comum que elas vivessem na casa onde trabalhavam, com o claro objetivo de servir à família a todo tempo. É uma herança colonial e escravista. Não cabe aqui fazermos uma análise extensa sobre o trabalho doméstico e o quartinho de empregada. No entanto, pensando no nosso objetivo de pesquisa – que é compreender os sentidos de moradia e sua relação com a construção subjetiva dos sujeitos –, é importante pensarmos nessa estrutura de moradia que acompanha ou acompanhou a vida de muitas mulheres da Favela Santa Lúcia, tal como podemos compreender a partir da exposição no *Muquifu*.

Compreendendo a história de preconceito e estigmatização que acompanham as empregadas domésticas (pensando a relação entre alteridade e subjetivação) e entendendo que tais processos se materializam com o sentido dado ao quartinho de empregada, compreendemos que esses processos afetam os sentidos de morar dessas mulheres – um morar estigmatizado e segregador. Da mesma forma, também podemos afirmar que o sentido de moradia daqueles que habitam essa casa (do lado íntimo e social) também são afetados, visto que na medida em que os espaços da casa assumem um significado, uma simbologia, eles são transformados em lugares, que estão relacionados aos sentidos de moradia. Os sentidos de morar têm, portanto, ligação com as relações de raça e gênero e, conseqüentemente, com os processos de exclusão construídos socialmente tendo em vista essas duas categorias.

Na entrada da exposição *Doméstica – da escravidão à exclusão*, foi afixado um texto de Cidinha da Silva, escritora mineira e ativista do movimento negro, que retrata a realidade vivida pelas mulheres que trabalham como empregadas domésticas:

Oxalá, caminhemos de um lado, para botar fim ao “você é quase da família”, e do outro, para extirpar do mapa o discurso passivo de trabalhadoras destituídas de tudo, o dolorido “meus patrões têm o coração tão bom, me tratam tão bem.” São faces da mesma moeda. A coroa passa açúcar (roupa usada, sobras de comida) na exploração das domésticas, compartilha de maneira simbólica e subalternizada o mundo que um salário ínfimo não pode comprar. A cara da moeda, privada do básico, até do direito ao trabalho para manter existência digna, tende a contentar-se ou iludir-se com o coração bom de mãos tiranas. O bom tratamento restringe-se à provável ausência de maus tratos sofridos em experiências anteriores ou narrados por familiares e colegas. Nada mais. (Cidinha da Silva)

O texto de Cidinha da Silva exemplifica o lugar ocupado pelas empregadas domésticas nas casas de seus patrões, um discurso que também aponta uma inclusão perversa com o “você é quase da família”, esse tratamento dado às mulheres que exercem esses trabalhos também é simbolizado nos espaços que elas devem ocupar na casa.

Há, portanto, uma relação entre a construção dos espaços e os estigmas e segregações sociais. Como já afirmamos a forma como as cidades são construídas, ajudam a produzir esses processos de exclusão, por exemplo ao não sermos convidados a lidar com as diferenças, transformamos aquele que não faz parte da mesma realidade social em um outro, estigmatizado e inferior. Como romper com essas barreiras? Essa pesquisa nos mostrou que entender a importância da produção do espaço nessa relação, revela-se, fundamental para o processo.

4) ATÉ AQUI CHEGAMOS

Onde chegamos? Ao apontar que o rizoma não tem fim, nem começo, não poderíamos dizer que essa caminhada se encerra, vários foram os caminhos percorridos até aqui – muitos foram os trajetos e os afetos que nos moveram. Compreendemos sentidos de moradia, nosso objetivo não era afirmar que existe apenas um sentido do morar na favela, mas justamente mostrar a multiplicidade deles em um espaço sensível à diferença e construído cotidianamente. Sobre a favela são criados muros simbólicos que a separam da cidade formal. Para compreender as nuances daquele território, foi preciso ver para além do muro, adentrar no seu cotidiano, ocupar-se de espaço. Não há como não sair transformado depois dessa viagem, que possibilita tantos outros caminhos a serem percorridos, uma bifurcação de possibilidades, seja pesquisando ou apenas como transeunte da cidade.

A pesquisa em movimento possibilitou compreender os diversos sentidos de moradia, vivenciar aquele território enquanto uma construção rizomática. Hissa (2013) nos aponta a potência da criação na pesquisa, pois pesquisar engloba justamente isso: construir afetos, desmistificar muros, construir pontes. Maria Luísa M. Nogueira (2013) afirma que “a cidade não esgotou o seu potencial de invenção” (p. 236), por mais que o desejo em construir espaços cada vez mais cartesianos componha o movimento de construção dos espaços, há algo que escapa, resiste, transpõe essa lógica. A favela pode ser considerada como uma resistência a um modelo de cidade que cada vez mais assume a lógica da indiferença, e sua estética nos convida a participar, nos convida ao encontro. Ludmila Brandão (2008) afirma a importância do corpo para a composição dos espaços – “sem corpo, resta-nos um espaço que se resume a uma imagem sem movimento” (p. 23). A favela, dotada de *ginga*, pede o corpo. Não há favela sem corporeidade, até porque a favela, como defendemos, é um espaço-movimento:

O espaço-movimento não seria mais ligado somente ao próprio espaço físico, mas, sobretudo, ao movimento do percurso, à experiência de percorrê-lo, o que é da ordem do vivido e, simultaneamente, ao movimento do próprio espaço em transformação, o que é da ordem do vivo. Diante disso, só podemos considerar a favela um espaço-movimento. (Jacques, 2011, p. 153)

Caminhamos, percorremos o nosso território-rizoma, espaço-movimento, pois o rizoma é fluído, assim como a favela, também é da ordem do improvisório. Falar de um território-rizoma é, portanto, falar de lugares que estão sempre se (trans)formando. Cartografamos, compreendendo as linhas que compõe aquele território, encontramos processos de resistência e também de estigmatizações, formas possíveis de fazer política, pensando na partilha do

sensível, processos de subjetivação – todas essas linhas ajudam a compor o que definimos por sentidos do morar. Questionei meu espaço enquanto pesquisadora e não habitante da favela, mas entendi que pesquisar é também lutar por um mundo diferente, e encontrar com as diferenças e conhecer as inúmeras vivências a partir delas é importante para pensarmos esse mundo (cidades) que queremos construir, novamente: criar pontes e afetos.

Sabemos, contudo, que não esgotamos as possibilidades de encontro do nosso território-rizoma, é sempre possível seguir diferentes caminhos, afirmamos isso para dizer das que nosso estudo não permite generalizações. No entanto, também entendemos que sua potência pode se encontrar exatamente nisso. Se falamos de lugar – ainda que concordemos com Milton Santos quando nos aponta que todo lugar tem um nível global e um local –, falamos de diferenças, e o bonito do diferente é, justamente, não ser generalizável.

Longe de querer romantizar os problemas sociais da favela, foi possível compreender que a dificuldade encontrada pelos moradores não pode ser reduzida no que se refere à sua estética: a favela não pode ser considerada como um lugar ruim para se viver devido à forma como suas casas foram construídas. É preciso ir além, entender os processos que estigmatizam aquele espaço (pensando em como o espaço da cidade formal é construído), e, num movimento dialógico, talvez seja possível compreender que a cidade não consegue incluir a favela, justamente porque não entende que a diferença é essencial para a existência daquele espaço – a favela com sua ginga, não cabe nessa cidade formal cartesiana.

Compreendemos que o Programa Vila Viva não pode ser analisado por meio de uma perspectiva maniqueísta. É preciso compreender que a favela precisa de algumas intervenções no espaço físico, no entanto, é necessário que haja maior participação da comunidade para que essas intervenções dialoguem com o cotidiano vivido, compreendendo as necessidades da população. Percebemos que as mudanças na estrutura da favela não conseguiram acabar com os estigmas construídos sobre aquele espaço e que algumas intervenções, como a criação de espaços comuns nas vilas, não foram feitas. Se os programas de intervenção estruturantes, como o PVV têm o objetivo de integrar a favela à cidade, deveriam fazer valorizando a estética daquele território, compreendendo a formação dos lugares, sua contínua transformação e a importância de se pensar nos processos de subjetivação que compõem a produção dos espaços. Morar abarca uma dimensão inventiva, estando, portanto, atrelado aos modos de subjetivação.

Criticamos a cidade cartesiana devido ao seu planejamento a partir do decalque, apesar de compreendermos que o decalque algumas vezes é importante, pois nos situa e compartilha

informações sobre a cidade. No entanto, as intervenções não podem se basear apenas neles, é necessário que o planejamento da cidade também tenha uma lógica rizomática.

Caminhando por outros espaços da cidade me deparei com um poema (estampado em um guardanapo de algum café) que diz muito sobre a construção das cidades em geral, e sobre a contínua (re)construção de Belo Horizonte em específico:

“Armaremos barricadas na praça central
Queimaremos as torres e seus vitrais
Festejaremos a grande queda

Para depois

Bem depois

Construiremos outra praça por cima da praça
Outra torre por cima da torre
Ainda maiores ainda mais duras
E tristes”

(Marcos Coletta)

Até quando iremos construir espaços tristes sem memória, sem encontro? Duros? Sem ginga? É preciso que a cidade formal se suje de favela. Este estudo tenta defender essa outra possibilidade de criação. Afinal se os afetos movem a construção dos espaços e nossa relação com o mundo, por que então não pensar em intervenções na cidade que abarquem essa dimensão afetiva?

5) REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2008). Notas sobre o gesto. *Artefilosofia*, (4), 9-14.
- Amorim, F. G. Barraco, casa, lar: Processos de subjetivação em experiências de reassentamento do programa Vila Viva da Vila São Tomaz. (2016). Monografia (Bacharelado em Psicologia) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Faculdade de Psicologia, Belo Horizonte.
- Bachelard, G. A. (1974) *Poética do Espaço*. Trad. Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Abril Cultural.
- Baptista, L. A. (1999) Histórias do lixo urbano. In.: Baptista, L. *A Cidade dos Sábios*, São Paulo, Ed. Summus.
- Bittencourt, E. M. R. (2014) Intervenções estruturantes na urbanização de assentamentos precários: o caso da Vila Nossa Senhora de Fátima. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Bosi, E. (1983 [1979]) *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz
- Bosi, E. (2003) *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial
- Brandão, Ludmila de Lima. (2002) *A casa subjetiva: matérias, afetos, e espaços domésticos*. São Paulo: Perspectiva.
- Caldeira, T. P. R. (2011). Muros e novas tecnologias do público. *J. Roca (curadoria). Muntadas: informação, espaço, controle*. São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado.
- Calvino, I. (2003). *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo.
- Certeau, Michel de. (1998) *A Invenção do Cotidiano: I. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Costa, H. S. M. (2006). A cidade (i)legal: Notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade (pp. 145-169). In C. A. L. Brandão (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, IEAT.
- Cruz, M. (2009). *Morro do Papagaio*. Belo Horizonte: Conceito.
- Deleuze, G. e Guatarri, F. (1995) *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol I*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Faria, A. A. C., & Barros, V. D. A. (2011). Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. *Psicologia & sociedade*, 23(3), 536-544.
- Fernandes, E., & Pereira, H. D. (2010). Legalização das Favelas: Qual é o problema de Belo Horizonte?. *Planejamento e Políticas públicas*, (1), 171-200. Acesso em 24 de outubro de 2019. Recuperado de : <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/171>>

Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(SPE), 51-64. Recuperado em 10 de março de 2017, de <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a05v26ns.pdf>.>

Furiati, L. (2014) Sem Lugar: a experiência de remoção de mulheres do Aglomerado Santa Lúcia e o atual contexto político de urbanização da Cidade de Belo Horizonte, 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Furiati, L., & Mayorga, C. (2016). Sem Lugar: A experiência de remoção de mulheres faveladas. *Revista Polis e Psique*, 6(2), 45-69

Goffman, E. (1988). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade. *Tradução: Mathias Lambert*, 4.

Gomes, J. L. (2011). *Condições de vida no passado, conquistas do presente: A luta das associações comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por cidadania*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Guattari, F. (1992). *Caosmose: Um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lucia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Editora 34.

Halbwachs, M. (2003). Memória Coletiva e o Espaço. In.: Halbwachs, M. *A Memória Coletiva*, Ed. 2. Centauro Editora p. 157-187

Harvey, D. (2013) A Liberdade da Cidade. In: Maricato, Ermínia et. al. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013, 122 p.

Herculano, S. (2008). O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente*, 3(1), 01-20.

Hissa, C. E. V. (2013) *Entrenotas: compreensão de pesquisa*. Belo horizonte: Editora UFMG

Hissa, C. E. V.; Corgosinho, R. R. (2006). Recortes de Lugar. *Geografias (UFMG)*, 2(1), 7-21.

Hur, D. U. (2018) *Psicologia, política e esquizoanálise*. Campinas: Alinea

Jacques, P. B. (org) (2003) *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Jacques, P. B. (2006). Elogio aos Errantes: a arte de se perder na cidade. *Henri Jeudy y Paola Berenstein. Corpos e cenários urbanos. Territórios urbanos e políticas culturais*, 117-139.

Jacques, P. B. (2011) *Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 4^o edição

Jacques, P. B. (2009). Notas sobre espaço público e imagens da cidade. *Rev.Arquitextos/Vitruvius*, n. 110.

- Kapp, S., & Velloso, A. (2006). R., Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investigação da Produção Habitacional. *Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo*, 4, 34-42
- Kehl, M. R. (2010) Delicadeza. Estado de São Paulo. 15 de maio de 2010.
- Lane, S. T. M., & Codo, W. (1984). *Psicologia social: o homem em movimento*. Brasiliense.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: Edufba.
- Lefebvre, H. (2000) *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos.
- Lefebvre, H. (2008). *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro.
- Libânio, C. D. A. (2016). O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. *Cadernos metrópole*, 18, 765-784.
- Lopes, J. T. (2009) Entre “cá” e “lá”: estudo comparado de casos - espaços públicos centrais em São Paulo e no Porto. *Revista PontoUrbe*, ano 3.
- Machado, F. V. (2011) *Psicologia Social e Formação de Psicólogos: Reflexões A Partir de Uma Experiência Docente*. *Revista Psicologia da Educação (Impresso)*, v. 32, p. 141-162. Acesso em 03 de novembro de 2018. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100009>
- Mahfoud, M.; Massimi, M. (2012) *História, memória e processos de subjetivação para a vida da cultura e da subjetivação*. Em M. Massimi (org). *Psicologia, cultura e história: perspectivas em diálogos*. Rio de Janeiro: outras letras.
- Melo, I. D. O. (2009) *O espaço da política e as políticas do espaço: tensões entre o programa de urbanização de favelas Vila Viva e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte*. (Dissertação de Mestrado) Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Moura, P. F. (2013) *Urbanização de vilas e favelas e preservação de referências culturais: convergências possíveis?* Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Motta, L. D. (2009) *A normatização da Limpeza e a da beleza no Aglomerado do Morro das Pedras-BH: estratégias legais, políticas e discursivas para implementação do Programa Vila Viva*. (Monografia) Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte
- Movimentos populares (2008). BH – Programa Vila-Viva ou Vila-Morta? Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/37354738/Artigo-Vila-Viva-Ou-Vila-Morta>. Acesso em: julho em 2019
- Nogueira, M. L. M. (2004). *Mobilidade Psicossocial: a história de Nil na cidade vivida*. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- Nogueira, M. L. M. (2009) Subjetividade e materialidade: Cidade, Espaço Trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(1), (pp.69-86). Acesso em 18 de outubro de 2018. Recuperado de: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100006>
- Nogueira, M. L. M. (2013) Espaço e subjetividade na cidade privatizada. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Nogueira, M. L. M., & Faria, G. C. (2019). A produção da cidade mercadoria e sua desconstrução poético-política: notas sobre a Praça da Estação em Belo Horizonte. *Mosaico: Estudos Em Psicologia*, 6(1), 61-76.
- Nunes, N. R. (2018). *Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares*. Gramma.
- Prado Filho, K., & Teti, M. M. (2013). A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, (38), 45-59
- Rancière, J. (2004) A partilha do sensível: Estética e política.; trad. *Mônica Costa Netto*. São Paulo: Editora, 34.
- Rancière, J.(1996) O dissenso. In: Novaes, A. *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, L. S., Jácome, M. P., Nogueira, M. L. M., Novaes, T. M., & da Silva, J. S. (2019). Vivência cotidiana e as intervenções do poder público na favela: uma análise do programa vila viva em belo horizonte. *Revista Percurso*, 11(1), 47-74.
- Rolnik, R. (1989). Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, 17, 1-17.
- Santos, M. (2006) *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (1978). *Por uma geografia nova*. São Paulo: HUCITEC.
- Sawaia, B. (1999). Introdução: exclusão ou inclusão perversa. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*, 7, 7-13. Petrópolis: Vozes
- Seemann, J. (2002). O espaço da memória e a memórias do espaço: Algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. *Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)*, 4(1).
- Siena, M. (2010) Política de Remoção: "fazer viver e deixar morrer". In: Norma Valencio. (Org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. 1ed. São Carlos: RiMa, v. II, p. 101-111.
- Silva, M. L. (2016) *No MUQUIFU as paisagens mudam, mas a cultura resiste!*. In: Clarice Libânio. (Org.). *Favelas e periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência*. Revista O Lutador, 8, 55-67.
- Silva, M. L. (2018) *HABEMUS MUQUIFU: Análise da criação e das coleções do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em ciências sociais, Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte.

Silva, M. L. (2019) Os 200 anos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Belo Horizonte: Negligências, Silenciamentos e Resistências. *Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (REAPCBH)*. 6(1), 201-225.

Silva, R. H. A. (2009). Cartografias Urbanas: construindo uma metodologia de apreensão dos usos e apropriações dos espaços da cidade. *Visões Urbanas*, 1-18.

Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42.

Valladares, L. d. P. (2000) *A Gênese da Favela Carioca: A produção anterior às Ciências Sociais*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(44) (p. 5-34). Acesso em 18 de outubro de 2018. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf>

Valencio, N. F. L. D. S. (2014). Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19, 3631-3644.

Viana, M. B. X., & Trevisan, R. (2016). O “quartinho de empregada” e seu lugar na morada brasileira. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre, RS, Brasil, IV*.

Viana, M. L. D.. (2010) Expressões Estéticas e comunidades. *Revista Eletrônica Diadorim Cultural*, 1, 34-41.

Vilela, T., & Barros, V. A. D. (2016). O acerto de contas no trabalho do tráfico de drogas varejista. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 9(2), 162-181

Zaluar, A., & Alvito, M. (2006) *Um século de favela*. FGV Editora, 5° edição.